

RICARDO MACHADO-ROCHA

O Redobro de Clítico no Português Brasileiro Dialectal

Belo Horizonte
Maio de 2016

RICARDO MACHADO-ROCHA

O Redobro de Clítico no Português Brasileiro Dialectal

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Jania Martins Ramos, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: (1F) Estudos em Sintaxe Formal

Belo Horizonte
Maio de 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

O Redobro de Clítico no Português Brasileiro Dialeto

RICARDO MACHADO-ROCHA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos em Sintaxe Formal.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2016, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Jania Martins Ramos - Orientador
UFMG

Prof(a). Lorenzo Teixeira Vitral
UFMG

Prof(a). Lílian Teixeira de Sousa
UFMG

Prof(a). Maria Aparecida Torres de Moraes
USP

Prof(a). Heloisa Maria Moreira Lima Salles
UnB

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2016.

R672r

Machado-Rocha, Ricardo.

O redobro de clítico no português brasileiro dialetal [manuscrito] /
Ricardo Machado-Rocha. – 2016.
127p., enc. : il., tabs., p&b.

Orientadora: Jânia Martins Ramos.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos em Sintaxe Formal.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 124-129.

1. Língua portuguesa – Regionalismo – Minas
Gerais – Teses. 2. Língua portuguesa – Pronomes –
Teses. 3. Língua portuguesa – Concordância – Teses.
4. Língua portuguesa – Variação – Teses. I. Ramos,

CDD : 469.798

Agradecimentos

Agradeço imensamente à Professora Jania Ramos: pela parceria, pela amizade, pelo privilégio de tê-la como minha orientadora durante toda minha formação acadêmica.

A toda a equipe do Poslin, pelo apoio.

Ao professor David Adger, pela disponibilidade e orientação durante o estágio sanduíche. Devo boa parte das ideias desta tese aos diálogos com ele.

Agradeço também ao departamento de linguística da Queen Mary University of London, por ter me recebido e me acolhido.

Ao professor Ricardo Augusto de Souza, que leu com tanta dedicação o texto de qualificação desta tese. Agradeço pelas sugestões.

Aos professores que se dispuseram a participar da minha banca de defesa e enriqueceram este trabalho: Heloisa Maria Moreira Lima Salles, Maria Aparecida Torres de Moraes, Lílían Teixeira de Souza e Lorenzo Vitral. Devo agradecimentos especiais à Professora Heloisa Salles, pelo interesse e disponibilidade sempre.

À minha família, pelo incentivo. E ao querido Marcelo: agradecimentos do coração.

Resumo

Esta tese investiga estruturas de Redobro de Clítico (RC) no Português Brasileiro (PB) dialetal, a partir de dados orais e escritos de Minas Gerais. Sob a perspectiva da sintaxe formal, quatro problemas centrais são discutidos: (i) a opcionalidade das construções de RC no PB; (ii) a restrição de ocorrência dessas estruturas para a 1.^a e a 2.^a pessoas pronominais, apenas; (iii) a amplitude de contextos sintáticos que permitem o redobrimento com as formas *me* e *te*; e (iv) o estatuto categorial das formas *me* e *te*. Argumentamos que as construções de RC do PB são casos de concordância opcional. Essa opcionalidade, no entanto, não é irrestrita, mas condicionada por um traço formal específico, qual seja, o traço [_Uautor:±], hospedado na projeção clítica ClP. É também devido a este traço que a ocorrência de RC se dá apenas com a 1.^a e a 2.^a pessoas. Uma vez que elementos de 3.^a pessoa não são especificados para o traço relevante da projeção clítica, eles não permitem a presença dessa projeção na derivação. Os RC no PB dialetal podem ocorrer com acusativos, dativos, possessivos, em construções de sujeito ECM, em miniorações e também com objetos dentro de expressões idiomáticas. Embora haja essa variedade de contextos, propomos que a estrutura básica do RC no PB é cl-V-DP. Para que a estrutura de RC seja possível, dois critérios precisam ser atendidos: (a) o DP precisa conter uma contraparte valorado do traço [autor]; e (b), é preciso que o argumento redobrado tenha seu traço de Caso valorado. Assumimos ainda que as formas *me* e *te* do PB dialetal não podem ser consideradas pronomes clíticos no sentido tradicional do termo, mas se aproximam do comportamento das marcas de concordância. A análise se filia, dessa forma, a uma corrente de propostas que localizam os fenômenos de RC dentro do conjunto das operações gerais de concordância.

Palavras-chave: Redobro de clítico; Pronomes; 1.^a e 2.^a pessoas; Concordância; Variação dialetal.

Abstract

This dissertation investigates Clitic Doubling (CD) structures in dialectal Brazilian Portuguese (BP), taking into account oral and written data from the state of Minas Gerais. Under a formal syntax perspective, four core problems are discussed: (i) the optionality of BP CD constructions; (ii) the person restriction of occurrence of CD, limited to 1st and 2nd person pronouns only; (iii) the amplitude of syntactic contexts that allow doubling with the forms *me* and *te*; and (iv) the syntactic status of the forms *me* and *te*. We argue that BP CD constructions are instances of optional agreement. This optionality is not unrestricted, however, but conditioned by an specific formal feature, namely, [_uauthor:±], which is hosted by the projection ClP. It is also due to this feature that CD takes place only with 1st and 2nd person. Since 3rd person elements are underspecified for the relevant feature of the clitic projection, they do not allow for that projection to be present in the derivation. Dialectal BP CD can occur with accusatives, datives, possessives and within ECM subject constructions, small-clauses and idioms. Despite this variety of contexts, we propose that the basic structure of BP CD is cl-V-DP. Two requirements must be met, for the CD structure to obtain: (a) the DP must bear a valued counterpart of the [author] feature; and (b) the doubled argument must have its Case feature valued. We also assume that the dialectal BP forms *me* and *te* cannot be treated as clitics pronouns, in traditional terms. Instead their behavior resembles agreement marks. Therefore this analysis is affiliated to a line of approaches that situate CD phenomena within a broader set of agreement operations.

Keywords: Clitic doubling; Pronouns; 1st and 2nd person; Agreement; Dialectal variation.

Lista de símbolos e abreviações

*	Sentença agramatical
?	Sentença degrada/julgamento de gramaticalidade variável
1P.PL	1. ^a pessoa do plural
1PS ou 1P.SG	1. ^a pessoa do singular
2P.PL	2. ^a pessoa do plural
2PS ou 2P.SG	2. ^a pessoa do singular
ACU	Acusativo
-AGR	<i>Agreement</i> - concordância
AgrP	<i>Agreement Projection</i> - projeção de concordância
au	autor
Cl	Clítico
ClP	<i>Clitic phrase</i> - sintagma do clítico
CP	<i>Complementizer phrase</i> - sintagma complementizador
DAT	Dativo
DP	<i>Determiner phrase</i> - sintagma determinante
ECM	<i>Exceptional case marking</i> - marcação excepcional de caso
F	<i>Feature</i> - traço
FF	<i>Formal Features</i> - Traços Formais
GEN	Genitivo
INF	Infinitivo
IP	<i>Inflectional phrase</i> - sintagma flexional
KP	<i>K phrase</i> - sintagma K (sintagma de caso)
LF	<i>Logical Form</i> - Forma Lógica
NOM	Nominativo
NP	<i>Nominal phrase</i> - sintagma nominal
nP	<i>Little n phrase</i> - Sintagma do “enezinho” (projeção funcional de N)
Ø	Marca zero default
OD	Objeto direto
OI	Objeto indireto
Part	Participante
PASS	Voz passiva
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
PF	<i>Phonological Form</i> - Forma Fonológica

PP	<i>Prepositional phrase</i> - sintagma preposicional
prep	Preposição
<i>pro</i>	<i>little pro</i> - “prozinho”
RC	Redobro de clítico
RL	Regência e Ligação
sing	Singular
Spec	<i>Specifier</i> - especificador
TP	<i>Tense phrase</i> - sintagma de Tempo
VP	<i>Verb phrase</i> - sintagma verbal
vP ou v*P	<i>Little v phrase</i> - sintagma do “vezinho”
XP	<i>X phrase</i> - sintagma X (hipotético)
φ P	<i>φ phrase</i> - sintagma φ (projeção de traços de gênero, n. ^o , pessoa)

Lista de diagramas e tabelas

Diagrama 1	DP complexo vs. DP regular
Diagrama 2	Clíticos fracos vs. clíticos fortes
Diagrama 3	DP redobrado, segundo Roberts (2010b)
Diagrama 4	Projeções Clíticas de Sportiche (1996)
Diagrama 5	Fusão na Componente Morfológica
Diagrama 6	A base estrutural da (não) indicialidade
Diagrama 7	Padrões morfossintáticos previstos para pronomes D e pronomes φ
Diagrama 8	Homofonia de pronomes D e pronomes φ
Diagrama 9	pro-DPs, pro- φ Ps e pro-NPs
Diagrama 10	Geometria de traços de Harley & Ritter (2002)
Diagrama 11	Estrutura dos pronomes de 1. ^a e 2. ^a pessoas em van Koppen (2012)
Diagrama 12	Projeções de concordância em McCloskey (1996)
Diagrama 13	A projeção clítica no PB
Diagrama 14	Derivação da estrutura simples com clítico
Diagrama 15	Derivação da estrutura redobrada
Diagrama 16	Derivação da estrutura simples com pronome pleno
Diagrama 17	Má formação da estrutura redobrada com clítico de 3. ^a pessoa
Diagrama 18	Má formação da estrutura simples com clítico de 3. ^a pessoa
Diagrama 19	Derivação da estrutura simples com pronome pleno de 3. ^a pessoa
Diagrama 20	Derivação da estrutura redobrada com argumento dativo
Diagrama 21	Derivação da estrutura redobrada com um determinante possessivo
Tabela 1	Clíticos e determinantes do galego
Tabela 2	Estruturas clíticas de acordo com Sportiche (1996)
Tabela 3	Clíticos do PE vs. Prefixos do PB
Tabela 4	Sistema de concordância de objeto no espanhol
Tabela 5	Composição de traços dos pronomes do inglês, de acordo com Adger (2006)

Sumário

1. Introdução.....	13
2. Revisão da literatura sobre os RC	26
2.1 O dilema movimento X inserção.....	28
2.2 RC como fracionamento de um constituinte complexo	30
2.2.1 Considerações sobre as abordagens baseadas no fracionamento de um DP complexo	40
2.3 RC como concordância/cadeia.....	41
2.3.1 Considerações sobre o modelo de concordância/cadeia	48
2.3.2 Evidências a favor de uma hipótese de concordância para os RC do PB.....	50
2.4 Síntese do Capítulo	52
3. RC no PB, efeitos interpretativos e cadeias paralelas.....	54
3.1 RC como uma estrutura de “pessoa específica”	55
3.2 RC, Teoria de Cópia e cadeias paralelas.....	57
3.3 Problemas da hipótese de efeito interpretativo.....	62
3.4 Síntese do capítulo.....	64
4. Particularidades morfossintáticas dos pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas ...	66
4.1 Clíticos de 1. ^a e 2. ^a pessoas como concordância	66
4.2 Agree e concordância operador-variável com pronomes de 1. ^a e 2. ^a pessoas.	70
4.3 Concordância independente para traços de Participante	81
4.4 O traço relevante para os RC do PB.....	87
4.5 Síntese do capítulo.....	89
5. Os RC no PB como instâncias de concordância de objeto.....	91
5.1 Fundamentação da hipótese	95
5.1.1 Sportiche (1996): Projeções clíticas.....	95
5.1.2 McCloskey (1996): Projeção de concordância opcional	97
5.1.3 Adger (2006): Sistema de traços e operações de checagem nos pronomes	99
5.2 Estruturação da hipótese	101
5.3 Aplicação da hipótese	103
5.4 O traço [_{autor} : ±] na concordância do PB	116
5.5 Síntese do capítulo.....	119

Conclusões	120
Referências	124

1. Introdução

O objetivo desta tese é oferecer uma explicação formal para os Redobros de Clíticos (RC) no português brasileiro (PB), tendo-se em conta, principalmente, dados de falares do estado de Minas Gerais¹, como exemplificado em (1):

1) Redobros de clítico no PB

Com pronomes de 1.^a pessoa

- a. Ele me ajuda eu
- b. tinha cinco médico lá me oinano eu assim²

Com pronomes de 2.^a pessoa

- c. Eu te ajudo você
- d. se cê uma hora acha um que te acerta ocê³

O redobrimento de clítico é uma estrutura em que um clítico coocorre com um DP pleno ou um pronome livre, formando uma espécie de constituinte descontínuo (Anagnostopoulou, 2006, p. 520). Esse fenômeno é atestado em muitas línguas (para uma revisão dos vários estudos e comparações interlinguísticas, ver principalmente Anagnostopoulou (2006, 2015)).

2) Juan la conoce a ella.

(espanhol)

Juan a conhece a ela

(“Juan a conhece.”)

(TORREGO, 1995, p. 403)

¹ Os dados orais e escritos analisados neste trabalho são extraídos de RAMOS (2010) (*Corpus do dialeto mineiro: textos orais; textos escritos dos séculos XVIII, XIX e XX*); MACHADO-ROCHA (2013) (*Fala espontânea - estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte*. Corpus inédito); VITRAL (2014) (*Projeto Cartas ao Papai Noel - A escrita em Minas Gerais*). Além dos dados reais, utilizamos também alguns dados de introspecção, baseados no dialeto do autor.

² Ramos (2010), fala de Piranga, MG.

³ Idem.

- 3) Tu *to* edhosa tu Jani *to vivlio*. (grego)
Cl-GEN Cl-ACU dei o Janis-GEN o livro-ACU
 (“Eu dei o João o livro.”)

(ANAGNOSTOPOULOU, 2006, p. 545)

Na tradição formalista, as principais perguntas de pesquisa sobre os RC, desde o modelo de Regência e Ligação (RL) até os trabalhos pré-minimalistas se relacionavam principalmente com:

- (i) Os parâmetros envolvidos na ocorrência do RC interlinguisticamente. Em outras palavras, vários trabalhos se dedicaram a entender por que o RC ocorre, por exemplo, no espanhol e no grego, mas não no francês (JAEGLI, 1982, 1986; BORER, 1984); e
- (ii) Quais são as estruturas especiais que licenciam o RC. Uma resposta inicial, com grande adesão, foi a então chamada Generalização de Kayne, segundo a qual o RC ocorreria apenas quando o DP redobrado fosse precedido de uma preposição especial, como em (2), em que o DP é precedido da preposição *a*.

No entanto, não demorou muito para que esta generalização fosse desafiada. Os dados em (3) do grego, por exemplo, mostram que o redobro é possível na ausência de preposição. Em grego, ao contrário, a presença de preposição impede que o DP seja redobrado:

- 4) *Tu edhosa *to vivlio* s-ton Jani.
Cl-GEN dei *o livro-ACU prep-* o Janis
 (“Eu dei o João o livro.”)
 (ANAGNOSTOPOULOU, 2006, p. 546)

Mesmo para o espanhol, Suñer (1988) mostrou que é possível encontrar RC sem preposição:

- 5) Yo **lo** voy a comprar **el diário** justo antes de subir. (espanhol portenho)
Eu **o** vou prep comprar **o jornal** logo antes de subir
("Eu vou comprar o jornal logo antes de subir.")

(SUÑER, 1988, p. 180)

A maior parte da literatura sobre o assunto se concentra em fenômenos de RC com 3.^a pessoa. O RC com pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas não foi amplamente analisado (cf. JAEGLI, 1982, 1986; BORER, 1984; SUÑER, 1988; DOBROVIE-SORIN, 1990; SPORTICHE, 1996; ANAGNOSTOPOULOU, 1994, 2003, 2006; URIAGEREKA, 1988, 1995; TORREGO, 1998). Os estudos interlinguísticos sobre os RC têm demonstrado também uma tendência para tratar RC acusativos e RC dativos separadamente, principalmente a partir do argumento de que clíticos dativos não exibem as mesmas restrições interpretativas típicas dos acusativos (cf. SPORTICHE, 1996; URIAGEREKA, 1988, 1996; TORREGO, 1998; ROBERTS, 2010b).

O tratamento do RC no português brasileiro pode ser referido em quatro trabalhos: Castilho (2005), Diniz (2007) e Machado-Rocha (2010, 2011).

Diniz (2007) analisa construções de redobro, como exemplificados em (6):

6)

- a. Cê ia ajudar um camarada desse e se os camarada voltar e **te** matar **você** também?

(Corpus de fala belo-horizontina)

(DINIZ, 2007, p. 71)

- b. Tenho uma cliente de sábado que num **me** larga **eu** de jeito nenhum.

(Corpus de Venda Nova)

- c. Ah... eu era menina, não tinha meio de ninguém **me** tratá de **mim**, **né**...

(Corpus de fala ouro-pretana)

(DINIZ, 2007, p. 49)

Diniz propõe que, por não serem argumentos verbais, os clíticos de redobro não participariam das operações de valoração dos traços de Caso e da atribuição de papel temático e, por essa razão, não fariam parte da sintaxe estrita. O clítico seria, então,

inserido diretamente no verbo, por meio de uma operação pós-Spell-out e este fato evidenciaria, ou confirmaria, sua natureza afixal.

A autora postula que, para as construções com redobro, os pronomes clíticos apresentariam uma natureza híbrida que permitiria classificá-los como uma espécie de “clítico-afixo”. Diniz Sintetiza que redobros:

- (i) são cópias de traços- ϕ do DP no verbo;
- (ii) são (morfo)fonologicamente dependentes de um hospedeiro – o verbo;
- (iii) não participam dos mecanismos de valoração de Caso e atribuição de papel temático.

(DINIZ, 2007, p. 103)

Diniz assume que os redobros “*não alteram o significado da sentença. É possível a ocorrência de um clítico redobrando um D/NP no PB sem que haja alteração do significado básico da oração*” (DINIZ, 2007, p. 104).

Castilho (2005) analisa várias construções com redobrimento no português medieval. Seu interesse maior é pela relação entre o redobrimento do clítico locativo *hi* e a formação de perífrases com os verbos *ser* e *estar*. Ainda assim, ela propõe uma interessante análise das formas pronominais redobradas no português medieval. Nessa análise, a autora visa a demonstrar que o redobrimento de clítico e DP com preposição era uma possibilidade desde o português medieval. O corpus analisado é composto de textos literários e não literários, datados dos séculos XIII e XVI.

Castilho define da seguinte maneira o redobro pronominal:

Quando duas categorias estão ligadas pelo processo de coreferencialidade, elas são pronomes e constituem um caso de duplicação pronominal. Um dos pronomes corresponde a um pronome fraco, que pode ser representado por um clítico acusativo, dativo ou locativo, por um pronome pessoal do tipo *ele* no PB, por um pronome não realizado foneticamente, etc. O outro pronome corresponde a um constituinte redobrado, ou seja, a um PP, a um NP, ou a um pronome pessoal forte do tipo *ELE*, também existente no PB (CASTILHO, 2005, p. 32).

Note-se que a definição de Castilho é compatível com as análises de Torrego (1995), Sportiche (1996) e Uriagereka (1988, 1995), que defendem a necessidade de se postular um *pro* na posição do DP não realizado em línguas de redobro. De modo

semelhante, os redobros analisados por Castilho ocorrem na presença de uma preposição. Listamos a seguir alguns exemplos:

7) Redobros no português medieval:

- a. [XIII SG 325:8][...] e entom aguilharom mais de X a Paramades e matorom-lhe o cavalo e chagarom-**no a el** de muitas chagas.
- b. [XV CDP 276:25][...] se este he o seu filho Joane de que **me a mim** algũuas vezes fallarom.

(CASTILHO, 2005, p. 33)

- c. [XIII CA 754:1] Toda'-las gentes **mi-a mi** estranhas son, / e as terras, senhor, per u eu ando / sen vos

(CASTILHO, 2005, p. 130)

Segundo Castilho, no redobrimento pronominal em (7), um dos pronomes deve ser fraco e o outro forte ou preposicionado; eles devem ser correferenciais e estar contidos numa mesma fronteira sintática (abrangência da categoria CP); e o pronome e seu redobro devem funcionar como dêiticos. Os dois pronomes estariam sempre vinculados a um verbo e “o pronome fraco representaria uma espécie de flexão dos objetos que o verbo possui: objeto direto, indireto ou oblíquo” (CASTILHO, 2005, p. 43). Os dois pronomes correferenciais poderiam ocorrer de três maneiras: (i) os dois pronomes realizados, com um clítico e um DP ou PP; (ii) com apenas um dos pronomes realizados, ou o clítico ou o sintagma pleno; e (iii) com os dois pronomes nulos. Quando os dois pronomes são realizadas, a adjacência ao verbo pode ocorrer, mas não é obrigatória, havendo casos de deslocamento para posições periféricas da sentença.

Como se pode perceber, Castilho também analisa os redobros como uma forma de concordância, classificando os clíticos (pronomes fracos) como forma de “flexão dos objetos” no verbo. Semelhantemente a Torrego (1995) e Sportiche (1996), Castilho assume que, mesmo quando não realizado algum dos pronomes, há um redobrimento sintático com elementos nulos.

Machado-Rocha (2010, 2011) analisa a ocorrência das formas pronominais *me* e *te* em estruturas de redobro e argumenta que, no PB, essas formas foram reanalisadas como prefixos de concordância para os traços de pessoa [+falante] e [+destinatário].

Machado-Rocha argumenta que a entrada dos pronomes tardios *você*, *a gente* e *o senhor* na série dos pronomes pessoais denuncia a tendência do paradigma de pronomes do PB de se regularizar para conter apenas formas default para Caso. Essa regularização estaria levando pronomes clíticos a perderem espaço no paradigma. Vários pronomes clíticos deixaram de ser usados a partir da segunda metade do século passado, como tem demonstrado extensivamente a literatura (KATO, 1993; CYRINO, 1994; GALVES & ABAURRE, 1996; CYRINO & REICH, 2002; entre vários outros). Por outro lado, como aponta Diniz (2007), os clíticos *me* e *te* se mantêm firmes no léxico, em estruturas simples e em estruturas de redobro. Nesse sentido, Machado-Rocha argumenta que o uso dos redobros no PB atual começa a preencher lacunas no sistema integrado do paradigma pronominal e das desinências de concordância. Como atesta a literatura, uma nova marca morfológica de concordância surge historicamente apenas em contextos do paradigma em que a marca pré-existente já não é distintiva (FUß, 2005, retomando GIVÓN, 1976 e SIEWIERSKA, 1999). Nessa via de análise, Machado-Rocha investigou a ocorrência de pronomes retos (default) em posição de objeto, em oposição ao uso tradicional de forma clítica, como nos exemplos em (8):

8)

- a. Ajuda **eu**.
- b. **Me** ajuda.
- c. **Me** ajuda **eu**.

(MACHADO-ROCHA, 2010, p. 102)

Assumindo-se que o PB está caminhando na direção de preferir pronomes DP default, formas uniformes para Caso que podem ocorrer em todos os contextos sintáticos, a ocorrência de redobros se coloca como um problema (8-c).

Machado-Rocha sustenta que lacunas nos traços de definitude dos pronomes DP default *eu* e *você*, em posição de objeto, estão sendo compensadas pelas formas *me* e *te*, que passam a compor, no paradigma integrado de pronomes e marcas de concordância, a função de *concordância de objeto para os traços [falante] / [destinatário]*. Além disso, o autor propõe que as formas *me* e *te* são sempre redobros, ora concordando com o pronome lexical, ora concordando com *pro*, em conformidade com Sportiche (1996), Torrego (1995, 1998) e Castilho (2005).

Embora os estudos sobre o PB, acima referidos, tenham avançado na compreensão de alguns aspectos das construções com redobros pronominais, várias questões permanecem em aberto. Entre os problemas presentes em Machado-Rocha (2010, 2011), destaca-se a postulação de um efeito interpretativo para os RC que, como veremos, parece não se sustentar. No presente trabalho, a correlação entre as formas clíticas e as formas plenas nos pares *me/eu*, *te/você* serão tratadas como relações de concordância puramente sintática, sem condicionamentos semânticos. Como discutiremos, há várias evidências empíricas que determinam essa mudança de perspectiva.

Quando comparado com os dados e análises interlinguísticas, o RC do PB é curioso em vários aspectos. Por exemplo, o RC no PB ocorre apenas com a 1.^a e a 2.^a pessoas pronominais, como mostrado nos exemplos em (1). A tentativa de formar RC com a 3.^a pessoa, tendo-se em conta as variedades dialetais analisadas, é mal sucedida:

9)

- a. *Eu o ajudo ele.
- b. *Eu lhe falei pra ele.

Na história do português e também na variante padrão, encontramos reduplicação de pronomes para a 3.^a pessoa. Mas essas construções são estruturalmente diferentes da que estamos analisando aqui, para o PB dialetal.

10)

- a. Português Medieval (século XIII)
e chagarom-no a el de muitas chagas

(CASTILHO, 2005, p. 33)

- b. Português padrão
Viu-me a mim (e não a ele).

(CASTILHO, 2005, p. 35)

Na escrita padrão, a estrutura redobrada resulta numa interpretação contrastiva, como exemplificado em (10-b). O redobro contrastivo estilístico ocorre com um pronome oblíquo forte precedido da preposição *a* e o clítico aparece normalmente

enclítico, padrão muito distante do PB atual, predominantemente proclítico. Os RC apresentados em (1), por outro lado, não permitem leituras contrastivas⁴.

Embora os clíticos de 3.^a pessoa ainda estejam presentes na escrita padrão, é amplamente aceito que essas formas são usadas na fala apenas como resultado de escolarização e em registros bastante formais (CORREA, 1991; GALVES 2001; KATO, 2005; NUNES, 2011a). Além disso, nas falas de Minas Gerais que estamos investigando, o RC com 3.^a pessoa não ocorre, como também não há nenhuma ocorrência de cliticização simples de 3.^a pessoa. Para a intuição da maioria dos falantes (inclusive a do próprio autor), RC de 3.^a pessoa são agramaticais.

11)

- a. *Eu o ajudo ele.
- b. ??Eu o ajudo.
- c. Eu ajudo ele.

Outra propriedade do RC no PB é que ele parece ser completamente opcional. Jaeggli (1982) mostrou que há, no espanhol, contextos em que o redobro de clítico ou a cliticização simples são obrigatórios. Os contextos em questão são os de posse inalienável ou construções com pronomes plenos em posição de objeto.

⁴ Em várias situações em que apresentei esses dados a audiências de congressos, fui questionado sobre uma possível focalização dos pronomes livres em (1) e (2). Mas não é isso o que acontece. (1b) e (2b) são gravações da fala de Piranga/MG e revelam que a estrutura cl-V-pronome pleno acontece sem pausa e sem destaque prosódico para o pronome livre. É verdade que esse pronome pode, obviamente, ser focalizado. Mas isso não tem a ver diretamente com a presença do clítico.

(i) Tinha cinco médico (me) oiano EU assim.

Em vários momentos deste trabalho, me senti tentado e de fato procurei restrições semânticas para a ocorrência dos redobros. O desenvolvimento dessas tentativas será apresentado no capítulo 3. Mas, como veremos, restrições semânticas são próprias dos RC acusativos de 3.^a pessoa, analisados pela literatura, quase que unanimemente, como marca de *especificidade*, o que também não parece se aplicar aos dados do PB.

12) Construções de posse inalienável

- a. Le lavaron las manos a Luis. (todos os dialetos do espanhol)
Cl-DAT lavaram as mãos a Luis
("Lavaram as mãos ao Luis.")
- b. Le lavaron las manos.
- c. *Lavaron las manos a Luis.

13) Pronomes plenos

- a. *Vimos a él. (todos os dialetos do espanhol)
vimos a ele
- b. Lo vimos.
Cl-ACU vimos
- c. Lo vimos a él.
Cl-ACU vimos a ele

Ainda para o espanhol, Ormazabal & Romero (2010) mostram que o RC é obrigatório com o quantificador universal *todo*.

- 14) Ayer *(los) vimos a todos
Ontem os vimos a todos
("Ontem, nós vimos todos eles.")

Anagnostopoulou (2015, p. 24) também aponta que, no grego, o RC é obrigatório com DPs definidos, funcionando como quasi-pronomes/epítetos.

15) Prospathisa na episkefto ton Jani tin perasmeni edvomada ala

Tentei INF visitar o Janis na última semana mas

den boresa na ?*(ton) piso ton vlaka na me dhi

não pude INF o persuadir o idiota INF me ver

(“Tentei visitar o Janis na última semana, mas não conseguir persuadir o idiota a me ver.”)

Para o italiano dialetal, Poletto (2006) mostra que os RC de sujeitos são obrigatórios em vários contextos.

16)

a. Al pi al mangia al pom (Dialeto do Leste da Lombardia)

O garoto ele-come a maçã

b. Vargu al rierà n ritardo

Alguém ele-chegará atrasado

(POLETTI, 2006, p. 215)

O PB não parece ter nenhum contexto obrigatório de RC ou de cliticização simples, e ora o clítico, ora o DP pós-verbal podem estar ausentes.

17)

a. Eu te ajudo você

b. Eu ajudo você

c. Eu te ajudo

d. * Eu ajudo (Em que *pro* é de 2.^a pessoa)⁵

Uma terceira propriedade do RC no PB é que ele parece desafiar a Generalização de Kayne, ocorrendo com ou sem um elemento preposicional⁶:

⁵ Aqui não se trata, obviamente, de contextos com operadores, como em pares pergunta/resposta, do tipo “Você me ajuda?/ Eu ajudo__.”

⁶ Vamos discutir, no capítulo 5, que PPs não cliticizam no PB, e o item *pra* em (18-b) é uma marca de Caso.

18)

- a. Eu te ajudo você
- b. Eu tô te falando pra você

Como se vê, o RC ocorre para acusativos e para dativos. Além disso, os clíticos *me* e *te* aparecem em vários contextos de redobramento pronominal:

19) RC com acusativos⁷

- a. cê pode intrá qu'eu te ajudo ocê no qu'eu pudé
- b. aí começô a me xingá eu

20) RC com dativos⁸

- a. deixa eu te perguntar ocê um negócio
- b. eu tô te falando pra você

21) RC com sujeitos ECM⁹

- a. tem vez qu'es num gosta munto de me dexá eu ficá lá não
- b. ela pediu pai pa me dexá eu ficá com ela uns tempo

22) RC com sujeito de minioração

- a. aí ele cumeçô me xingá eu de maria-vai-com-as-zôta¹⁰
- b. Me chama eu de moça não... qu'eu fico bravo¹¹

23) RC com possessivos

- a. argum fi que me ... que me atendê meu pedido¹²
- b. Troca iss'aqui no banco e me paga meu dinheiro¹³

⁷ Ramos (2010), fala de Piranga.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Machado-Rocha (2013), estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte.

¹² Ramos (2010), fala de Piranga.

¹³ Machado-Rocha (2013), estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte.

24) RC com expressões idiomáticas

- a. toda casa que ele ia, me metia ne mim o ferro¹⁴
- b. num sei o quê que me deu na minha cabeça¹⁵

A possibilidade de redobramento de modo tão amplo coloca algumas questões sobre a estrutura dos redobros no PB e sobre o estatuto categorial das formas *me* e *te*. Em um grupo numeroso de problemas que os RC do PB levantam, vamos destacar os seguintes:

- (i) A opcionalidade do RC no PB. Pretendemos investigar a covariação entre a estrutura redobrada e as estruturas simples, uma vez que outras línguas, como o espanhol, o italiano e o grego, apresentam contextos de redobro obrigatório.
- (ii) O fato de que, no PB dialetal, o RC não ocorre para a 3.^a pessoa, mas apenas para a 1.^a e a 2.^a.
- (iii) A amplitude de contextos sintáticos que permitem o redobramento pelas formas *me* e *te*.
- (iv) O estatuto categorial das formas redobrantes *me* e *te*.

Temos em (i-iv) um cenário bastante complexo. As partículas redobrantes *me* e *te* podem ocorrerem em posições sentencias diversas, se comportando como marcas de concordância, num sentido amplo, hipótese que vamos perseguir neste trabalho. Nesse sentido, a perspectiva do redobramento como condicionado por um fator interpretativo precisa ser abandonada.

A tese está organizada da seguinte maneira: no capítulo 2, revisamos a literatura sobre os RC, agrupada de acordo com duas grandes perspectivas de abordagens: as que tratam redobramentos como fracionamento de um constituinte complexo, por um lado, e as que consideram redobramentos como fenômenos de concordância, por outro; no capítulo 3, apresentamos uma tentativa de análise, motivada por boa parte da literatura e por dados do registro formal e da diacronia do português, em que fundamentamos

¹⁴ Ramos (2010), fala de Piranga.

¹⁵ Ramos (2010), fala de Acerburgo.

nossas explicações em um suposto efeito interpretativo para os RC no PB; no capítulo 4, discutimos particularidades morfossintáticas dos elementos de 1.^a e 2.^a pessoas; o capítulo 5 contém nossa proposta de análise central, as discussões finais e conclusões.

2. Revisão da literatura sobre os RC

As variações interlinguísticas quanto à possibilidade de as línguas apresentarem ou não construções de RC receberam muita atenção nos trabalhos pioneiros. (25) apresenta exemplos dessa variação. Em (25-a), temos uma construção de RC/OI (objeto indireto) no espanhol e em (25-b) sua contraparte agramatical no francês (JAEGGLI, 1986, p. 32):

25)

- a. Miguelito (**le**) regaló un caramelo **a Mafalda** (todos os dialetos do espanhol)
Miguelito **lhe** deu um doce **a Mafalda**
- b. Jean (***lui**) a donné des bonbons **à Marie** (francês)
Jean **Cl-DAT** tem dado os doces **à Marie**
("Jean deu doces à Marie.")

Nos estudos sobre os RC, dentro do modelo de Regência e Ligação, iniciados em Strozer (1976), Rivas (1977), Aoun (1981), Jaeggli (1982, 1986), Borer (1984), entre outros, perseguiu-se a crença em uma análise interlinguística unificada para os fenômenos de redobrimento, o que deu origem à perspectiva do “parâmetro do redobro”, o qual seria capaz de explicar as diferenças entre (25-a) e (25-b). Mas as investigações que se seguiram, principalmente a partir dos desenvolvimentos da teoria sintática no fim da década de 80 e durante a década de 90, demonstraram que o rótulo “redobro pronominal” abarcava domínios empíricos muito diversos, variando de construção para construção e de língua para língua. Em uma síntese histórica das análises dos RC, Anagnostopoulou (2006, 2015) apresenta tendências bem diversificadas dos redobramentos nas línguas:

- a) Os RC de objetos diretos (RC/OD) podem variar nas línguas, ocorrendo com:
- apenas pronomes ou também com DPs;
 - humanos, animados, ou também inanimados;
 - com indefinidos específicos, partitivos ou apenas definidos.

b) Os RC de objetos indiretos (RC/OI) podem ser obrigatórios ou opcionais.

Barbiers (2008) aponta que uma análise unificada para os RC nas línguas é inviável, dada a heterogeneidade dos fenômenos reunidos sob este rótulo. Segundo este autor (BARBIERS, 2008, p. 23), há três grandes grupos de abordagens para os redobramentos de clíticos na literatura:

- i. RC como a separação de elementos de um grande constituinte (a hipótese do Grande-DP);
- ii. RC como múltiplos Spell-outs de nós de uma cadeia; e
- iii. RC como concordância.

Nesse agrupamento, as perspectivas das abordagens fundamentadas em (i) são claramente discerníveis das análises baseadas em (ii) e (iii). Por outro lado, as abordagens (ii) e (iii) compartilham muitos elementos em comum, sendo às vezes difícil qualificar uma análise particular como pertence ao grupo (ii) ou ao grupo (iii), especificamente.

Barbiers também aponta a inadequação de se classificar os fenômenos de RC em termos de funções ou significados, uma vez que, em muitos casos, o RC não parece contribuir em nada para a semântica ou a pragmática da sentença.

Nesta revisão, vamos partir da síntese oferecida em Barbiers (2008) e discutir os trabalhos mais relevantes para a nossa proposta de análise, dentro de duas perspectivas analíticas, ao invés de três: de um lado, as análises que adotam a hipótese do Grande-DP, iniciada em Uriagereka (1988); e de outro, abordagens fundamentadas na noção de cadeia/concordância, cujo representante principal é Sportiche (1996). Vamos seguir também Anagnostopoulou (2006, 2015), para a discussão dos desenvolvimentos teóricos e os avanços sobre o tema ao longo das últimas quatro décadas.

2.1 O dilema movimento X inserção

As análises mais recentes para os fenômenos de cliticização têm tentando conciliar abordagens que durante muito tempo ficaram às voltas com duas hipóteses: (i) de um lado, as que acreditavam que clíticos resultavam de movimento a partir da posição de argumento; e (ii) as que defendiam que clíticos são inseridos diretamente em suas posições clíticas. As análises baseadas na hipótese de inserção consideravam que o complexo cl-V se formava no léxico (modelo lexicalista); abordagens de movimento defendiam que a cliticização se dá na sintaxe (modelo transformacional).

Kayne (1975) defendeu a hipótese do movimento, baseando-se na suposição de que, no francês, clíticos e DPs objetos estariam em distribuição complementar. Para Kayne, o clítico era visto como morfema ligado ao verbo (KAYNE, 1975, p. 82).

26)

a. Je **le** vois

Eu **o** vejo

b. *Je **le** vois **Jean**

Eu **o** vejo **Jean**

A hipótese baseada na distribuição complementar começou a ser questionada, à medida que surgiram vários estudos sobre os RC, inicialmente para o espanhol, o romeno e o hebraico (JAEGGLI, 1982) e (BORER, 1984).

Borer (1984) e Jaeggli (1986) viam o clítico como parte do núcleo verbal, numa versão inicial altamente lexicalista. Como destaca Anagnostopoulou (2015, p. 12), uma evidência forte utilizada por esses autores vem dos apontamentos de Perlmutter (1971), sobre os dativos éticos em espanhol. Nessa língua, dativos éticos são obrigatoriamente clíticos e não podem ser substituídos por uma contraparte livre.

27)

- a. Me le arruinaron la vida a mi hijo (todos os dialetos do espanhol)

Me lhe arruinaram a vida a meu filho

- b. *Le arruinaron la vida a mi hijo a Mí

Lhe arruinaram a vida a meu filho a mim

(ANAGNOSTOPOULOU, 2015, p. 12)

Nas análises de inserção, mesmos em construções de clíticos não redobrados visivelmente, o clítico está associado com uma categoria vazia na posição do argumento (JAEGLI, 1982, 1986; BORER, 1984; BOUCHARD, 1982; BURZIO, 1986). Como veremos na seção 2.3, essa análise será reelaborada em Sportiche (1996), que reconcilia as hipóteses de inserção e movimento e apresenta um desenho teórico que pretende unificar as análises para a cliticização em geral.

A hipótese inicial de Kayne (1975), baseada no movimento e na distribuição complementar, vai ser revista por ele próprio mais recentemente (Kayne, 2000). Neste trabalho, o autor reconhece que o francês, que serviu de argumento por tantos anos para a teoria do movimento de clítico, por não apresentar redobramentos, possui na verdade RC com pronomes (apenas) (Kayne, 2000, p. 164-165).

28)

- a. Jean me connaît moi

Jean me conhece (a) mim

- b. Jean la connaît elle

Jean a conhece ela

- c. Jean me parle à moi

Jean me fala a mim

- d. Jean lui parle à ele

Jean lhe fala a ela

29)

a. *Jean lui parle à Marie

Jean lhe fala a Marie

b. *Jean la connaît Marie

Jean a conhece Marie

Um aspecto importante da hipótese de inserção é o pressuposto de que clíticos são núcleos funcionais ou núcleos de concordância, gerados numa posição mais alta que a dos objetos com os quais eles se relacionam (SPORTICHE, 1996; TORREGO, 1995; FRANCO, 1993). Porém, nesses trabalhos há também um componente de movimento. Esses autores assumem que o argumento, seja ele visível ou nulo, se move para a posição de Spec da projeção do clítico. Assim, essas abordagens podem ser vistas como uma combinação entre ambas as hipóteses, a de movimento e a de inserção.

2.2 RC como fracionamento de um constituinte complexo

As análises reunidas neste grupo assumem que o que aparece na superfície como a múltipla ocorrência de um constituinte se origina como um grande constituinte que contém todas as ocorrências visíveis. Iniciada em Uriagereka (1988), essa abordagem ficou conhecida como a hipótese do “Grande DP”.

Seguindo Torrego (1988), Uriagereka (1988, 1995) argumentou que clíticos de 3.^a pessoa são determinantes transitivos.

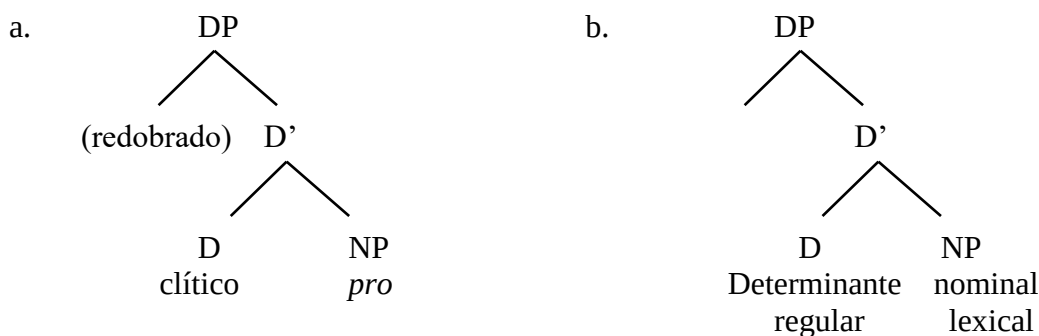


Diagrama 1 - DP complexo vs. DP regular
(URIAGEREKA, 1995, p. 81)

Essa proposta se baseia em três argumentos: (i) D° pode selecionar NPs complementos nulos; (ii) DPs redobrados são especificadores em DPs complexos, que consistem de um D e um complemento nulo; e (iii) clíticos são determinantes (com um NP complemento nulo).

Para o argumento (i), Uriagereka (1988, p. 402; 1995, p. 81, nota 6) aponta que determinantes podem tomar complementos nulos em sequências que correspondem às estruturas do inglês *the one he came*, *the one from France*. Em algumas línguas românicas, o determinante licencia um NP *pro* modificado pela oração relativa ou por um PP, no lugar da forma pronominal *one*.

30)

- a. El/la que vino (espanhol)
O/a que veio
- b. El/la de Francia
O/a da França

O argumento (ii) é sustentado assumindo-se que a única diferença entre as construções em (30) e construções com clítico é que, em (30), o determinante permanece in situ, enquanto que, em cliticizações, o determinante se move para o domínio funcional. Uriagereka assume que o RC seria sistematicamente atestado em línguas que permitem que determinantes in situ selecionem complementos nulos. O autor defende que as línguas românicas que permitem sentenças como em (30) possuem determinantes “fortes”, ao passo que as que não aceitam tais construções possuem determinantes “fracos”. Em línguas com determinantes fortes, um redobro pode ser

licenciado dentro do DP complexo, resultando em RC. Em línguas com determinantes fracos, um redobro não pode ser licenciado, e o RC é proibido¹⁶.

Para o argumento (iii), Uriagereka (1995, p. 80-82) oferece um número de evidências para sustentar que clíticos são determinantes. Primeiro, clíticos de 3.^a pessoa e determinantes nas línguas românicas derivam diacronicamente da mesma fonte, qual seja, dos demonstrativos latinos *illum*, *illam*, etc. (cf. WANNER, 1987). Segundo, do ponto de vista sincrônico, clíticos são ou semelhantes ou idênticos aos determinantes. No galego, por exemplo, as formas são idênticas.

Tabela 1 - Clíticos e determinantes do galego

	Clítico	Determinante
Masc. sing.	o (ouvimo-lo)	o (o neno)
Fem. sing.	a (ouvimo-la)	a (a nena)
Masc. pl.	os (ouvimo-los)	os (os nenos)
Fem. pl.	as (ouvimo-las)	as (as nenas)

(URIAGEREKA, 1995, p. 81)

Para Uriagereka, a identidade morfológica pode ser explicada, se clíticos e determinantes forem considerados como sendo o mesmo item lexical projetados em estruturas sintáticas diferentes. Além disso, no galego, determinantes podem opcionalmente ser cliticizados ao verbo.

31)

- a. Comemos o caldo
- b. Comemo-lo caldo

(URIAGEREKA, 1988, p.403)

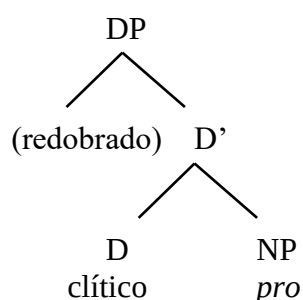
Dessa forma, determinantes também poderiam se mover para fora do DP em direção ao verbo, assim como fazem os clíticos. Numa abordagem que trata clíticos

¹⁶ Anagnostopoulou (2015, p. 36) aponta, porém, que esta correlação não se sustenta para o grego, língua em que os determinantes são fracos, ou seja, não permitem construções como em (30), mas mesmo assim o redobro é largamente atestado.

como determinantes, as propriedades de movimento das construções com clíticos derivam do pressuposto geral de que clíticos uniformemente saem de sua posição interna ao VP e se movem para o domínio funcional.

Uriagereka ainda faz uma pequena menção aos clíticos de 1.^a e 2.^a pessoas. Numa nova oposição forte X fraco, o autor propõe que clíticos de 1.^a e 2.^a são clíticos fortes, comparando-os estruturalmente aos clíticos de 3.^a, da seguinte forma:

a. Clíticos fracos (de 3.^a pessoa)



b. Clíticos fortes (de 1.^a e 2.^a pessoas)

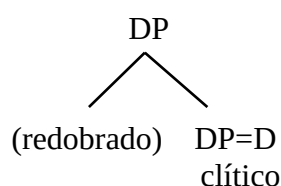


Diagrama 2 - Clíticos fracos vs. clíticos fortes
(URIAGEREKA, 1995, p. 113)

Perceba que aqui não se trata da distinção interlinguística anterior, em que determinantes fortes podem licenciar um *pro* complemento, ao passo que os fracos não o podem. Nesta oposição, Uriagereka argumenta que clíticos de 1.^a e 2.^a pessoas são [-projetados, +máximos] e seus associados redobrados teriam o status de adjunto, como representado no (diagr. 2-b).

Partindo da hipótese do Grande-DP, Poletto (2006) analisa redobramentos de sujeitos no italiano, com base em Uriagereka (1995), Kayne (1994) e Belletti (2005). Diferentemente desses autores, no entanto, ela recusa a postulação de um DP complexo. Para Poletto, o RC é um recurso de economia, e os DPs envolvidos nesse fenômeno, são DPs comuns, com a diferença de que um elemento interno ao DP é movido, antes do fracionamento.

Um problema fundamental para Poletto (2006) é conciliar os aspectos minimalistas do design da linguagem, segundo os quais “nada supérfluo deveria ser permitido” (p. 212) e a ampla ocorrência de redobramentos em variantes não padrão. Se encarados como redundâncias, os redobramentos não deveriam nem sequer existir e, muito provavelmente como resultado desse tipo de perspectiva, são frequentemente banidos de gramáticas normativas.

Poletto defende, porém, que a existência dos redobros se adequa a uma exigência de economia, quando um XP precisa checar mais de um traço funcional na sintaxe, podendo recorrer a uma forma de fracionamento do constituinte, ao invés da realização de movimentos com pied-piping integral. O redobro ocorre, então, quando há fracionamento dos traços do DP, para checagem separada no domínio de IP. Isso garantiria que apenas a parte relevante da projeção funcional do DP fosse movida, sem cópias desnecessárias de traços.

A autora sustenta que este tipo de operação não depende de nenhuma estrutura especial ou DPs complexos, como proposto originalmente por Uriagereka (1988, 1995). Ao contrário, o redobro estaria relacionado ao quanto de pied-piping pode ocorrer. Segundo Poletto, as configurações que permitem o RC deveriam ser universais. Seria então a possibilidade de realizar o fracionamento do XP e evitar a cópia completa que estaria na base das línguas que permitem o redobro. Para trazer de volta os RC para a esfera do DP comum, Poletto modifica levemente a estrutura proposta por Uriagereka (1988), como apresentada no diagrama (1). De acordo com Kayne e Uriagereka, num DP complexo, o DP redobrado é inserido no Spec do clítico, e a posição do NP complemento é ocupada por um *pro*. Poletto, por outro lado, argumenta que essa postulação não é necessária, se se assumir que o fracionamento da parte relevante da estrutura funcional do DP é precedido de movimento do DP (do NP, na estrutura de Uriagereka) para a posição de especificador do clítico. Poletto (2006, p. 218-219), propõe, então, a seguinte estrutura:

32)

- a. [[KP [K° cl] [DP]]
- b. [[_{XP} DP [_{X°} [_{KP} [K° cl] [~~DP~~]]

Nesta configuração, o DP que primeiramente se moveu para o Spec-XP, criando o KP remanescente, pode, então, ser movido independentemente do Spec-XP para uma posição de Spec em IP ou CP, se houver mais traços a serem checados.

Para Poletto, esta estratégia de redobro é pelo menos tão econômica quanto o Merge interno/movimento (“*re-merge*”) de todo o DP complexo dentro da posição funcional do IP. Se um movimento mais curto é mais econômico que um movimento mais longo, por questões de memória, então o redobro é até mesmo mais econômico do que o pied-piping de todo o XP complexo para uma posição mais alta. Em outras

palavras, o redobro pode se visto como o oposto do pied-piping, com a adição de um movimento interno ao DP, que cria as duas peças (no caso acima KP e DP), um dos quais é então movido, enquanto o outro permanece no lugar (POLETTTO, 2006, p. 219).

Segundo Poletto, esta análise prediz que os dois duplos não são idênticos: um contém apenas a parte funcional, o mais alto, enquanto que outro contém a porção mais baixa da estrutura interna do DP, incluindo-se aí o núcleo lexical. Nessa hipótese, o redobro não depende da porção lexical da estrutura do DP, mas da porção funcional e, portanto, de quantos traços precisam ser checados na estrutura funcional. Quanto mais traços funcionais, mais provável se torna que o fracionamento possa ocorrer.

A autora discute que o processo de fracionamento segue uma ordem: ele vai arrancar do item inicial um subconjunto próprio de projeções funcionais, começando da camada mais alta (ver Cardinaletti & Starke (1999), para uma ideia similar sobre a derivação de clíticos, pronomes fracos e pronomes fortes tônicos). Portanto, ou F1 é arrancado e movido (ou seja, copiado) em direção a uma projeção em IP ou CP, ou F1+F2, mas nunca F2 sozinho, ou F2+F3 deixando F1 para traz.

33) [FP1 [FP2 [FP3 [Cat. Lex.]]]

(POLETTTO, 2006, p. 221)

Uma reformulação recente da hipótese de fracionamento de um constituinte complexo é a apresentada em Roberts (2010b). Roberts explora duas possibilidades de explicação dos RC. Na primeira, clíticos redobrantes seriam tratados como a realização morfológica dos traços- ϕ da sonda v^* . Nessa abordagem, ele segue a análise para argumentos nulos proposta em Roberts (2010a), baseada em Muller (2005), que implica que v^* tem um traço-D. Quando comparados o conjunto de traços- ϕ da sonda e do alvo (v^* e o DP complexo, respectivamente), por possuir um traço a menos que a sonda (o traço D de v^*), o DP objeto constituiria uma instância de alvo defectivo, de acordo com a proposta geral de Roberts (2010b) (para uma visão geral, ver Roberts (2010b) cap. 1 e 2). Nesta teoria, alvos defectivos permitem o licenciamento de argumentos nulos, e no caso em questão, v^* licencia o argumento nulo. Esse seria o caso em que o clítico não é redobrado, como proposto por Borer (1984) e Jaeggli (1986).

Roberts aponta que o problema dessa abordagem é que ela não consegue lidar com dois aspectos bem conhecidos do RC objeto: a Generalização de Kayne e os efeitos

de especificidade. Para lidar com esses problemas, Roberts propõe uma variante da análise de Uriagereka (1988, 1995), ao invés de assumir um traço-D em v^* .

Sua análise parte da reformulação da seguinte estrutura proposta em Uriagereka:

- 34) La oían a Paca/ à la niña / à la gata.
 a ouviam a Paca a a menina a a gata
 (“Ouviam a Paca / a menina / a gata.”)

(ROBERTS, 2010. Versão Kindle, posição 1716, ex. (146-a))

- 35) $[_{DP} [a \text{ niñã}] [_{D'} [_{D} \text{ la}] [_{NP} \text{ pro}]]]$

(ROBERTS, 2010. Versão Kindle, posição 1723, ex. (149))

Para adaptar esta estrutura à sua análise, Roberts propõe duas modificações, como representado em (33) (acrescento um diagrama arbóreo, para clareza de compreensão):

- 36) $[_{DP} [_{D} \text{ la}] [_{\phi P} [_{nP} \text{ niñã}] [_{\phi} \text{ la}] (nP)]]]$

(ROBERTS, 2010. Versão Kindle, posição 1728, ex. (150))

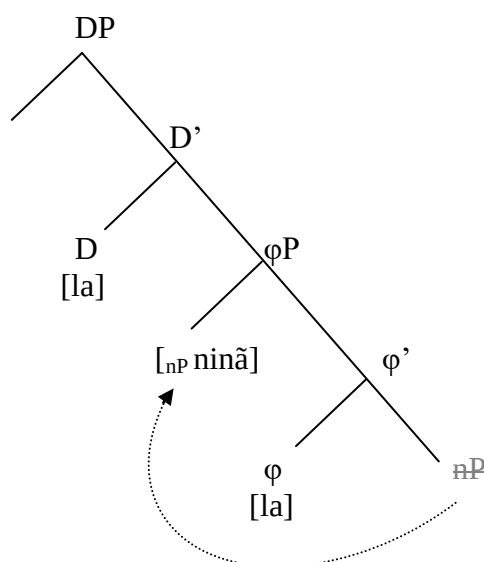


Diagrama 3 - DP dobrado, segundo Roberts (2010b)

Uma das modificações introduzidas diz respeito ao NP *pro*. Roberts assume que *pro* é o resultado do apagamento de um pronome fraco, garantidas certas condições

específicas (ver Roberts 2010a). No caso do DP redobrado, há duas possibilidades. Uma delas é assumir que não há uma “fase interna” a esses DPs, ou seja, não há nP/NP. Nesses casos haveria simplesmente D e ϕ (e Roberts ainda vai sugerir adiante que seria apenas ϕ). A outra possibilidade é assumir que o redobro constitui a parte mais baixa dessa fase.

Deixando de lado o status de *a* (em 34-35) por um momento, Roberts supõe que o nome *niña* vai subir de N para D, para ser licenciado como um sintagma referencial, conforme os critérios gerais descritos em Longobardi (1994). Essa ideia não pode ser mantida em sua forma simples, uma vez que, como o próprio exemplo (34) demonstra, DPs plenos podem ser redobrados. A suposição então é que o elemento redobrado corresponde à raiz NP da fase (provavelmente com subida de N para n). Após a subida de N para n, nP sobe para o Spec- ϕ P. Ambos ϕ e D são ocupados por um cacho de traços realizado como **la** (3.^a P, Fem, Sing.), com a diferença de que *la_D* também porta um traço de definitude. Assim tem-se uma estrutura parcial para o DP com redobro de clítico.

Nessas circunstâncias, o RC envolve explicitamente a reduplicação do formativo *la*, com um ocorrendo em D e outro em ϕ , embora os dois tenham uma composição de traços diferente: o primeiro tem um traço-D além de seus traços- ϕ , e *la _{ϕ}* tem um traço-N.

Roberts advoga que é possível motivar a subida do nP por meio de traços, atribuindo um traço-N não interpretável e um traço-EPP a ϕ . A presença desses traços constituiria a “força” dos determinantes em espanhol, como apontado por Uriagereka (1995)¹⁷. Dessa forma, a subida do nP para o spec- ϕ P seria o análogo nominal da subida de vP para o Spec-TP na sentença (de acordo com Biberauer (2003), Richards e Biberauer (2005) e Biberauer e Roberts (2005)). Uma vez que o redobro é essencialmente opcional nas línguas mencionadas por Roberts (espanhol, romeno e o dialeto napolitano, do italiano), ϕ em (36) precisa ter uma realização visível opcional.

A outra modificação na estrutura (35) de Uriagereka proposta por Roberts é colocar o clítico em ϕ . Assim, haveria também um artigo D. De acordo com Roberts, isso soluciona um problema. Se o clítico for colocado exclusivamente em D, ao invés de em ϕ , então é preciso assumir um traço-D em v*, para que a cliticização seja possível

¹⁷ Aqui Roberts está se referindo à primeira distinção “forte X fraco”, proposta por Uriagereka (1995), segundo a qual algumas línguas possuem determinantes fortes, que permitem o licenciamento de NPs *pro* e, por isso, o RC, enquanto outras possuem determinantes fracos, que não permitem RC.

dentro do modelo de Roberts (2010b). Isso, por sua vez, implica a expectativa geral de objetos nulos definidos e referenciais em línguas com larga ocorrência de redobros de clíticos, como, por exemplo, no espanhol rio-platense. Mas não é isso que ocorre.

Essa segunda modificação altera bastante o modelo inicial de Uriagereka (1988, 1995), para quem a cliticização de OD de 3.^a pessoa é o movimento de um determinante para fora do DP em direção ao domínio funcional do verbo. Para Uriagereka, esses clíticos são sempre determinantes. No modelo de Roberts, há uma especialização bem delimitada dos traços de D e dos traços de ϕ , e o elemento responsável pelos fenômenos de redobrimento de objeto é ϕ e não D.

Roberts aponta ainda que, diferentemente dos redobros de clíticos sujeitos, que estão associados a sujeitos nulos, redobros de clíticos objetos não estão associados a objetos nulos. Uma vez que objetos nulos definidos e referenciais não estão disponíveis em línguas com ampla ocorrência de redobro de clítico objeto, é preciso assumir que v^* não tem nenhum traço-D. Portanto, para que a cliticização de objeto seja possível, o sintagma correspondente ao clítico não pode ser um DP (ou seja, ele deve ser ϕP).

No modelo de Roberts (2010b), a cliticização é analisada como incorporação de traços- ϕ em v^* . v^* , por sua vez, é inserido com um traço-V interpretável e traços- ϕ não interpretáveis (ver Roberts 2010b, seções 3.1 e 3.2). Neste ponto, Roberts retoma a Generalização de Kayne. Segundo ele, é preciso garantir que será la_ϕ , e não la_D nem $niña$, que será sondado por v^* . O problema aqui é que ambas as ocorrências de la e também $niña$ possuem traços- ϕ interpretáveis. Além disso, $niña$ possui um traço de Caso não interpretável e la_D possui um traço-D.

Depois de subir para o Spec- ϕP , $niña$ está mais perto de uma sonda- ϕ externa do que la_ϕ , uma vez que o primeiro c-comanda assimetricamente o segundo. Além disso, la_D também está obviamente mais próximo de uma sonda- ϕ externa do que la_ϕ . Uma vez que se assume que v^* não tem um traço-D no espanhol, la_D não representa um alvo defectivo para v^* , e portanto este elemento não pode cliticizar, embora ele ainda possa atuar como um alvo regular. Se nada mais acontece, então la_D atua como o alvo de v^* e la_ϕ falha em cliticizar. Nesse caso, não há cliticização, mas apenas Agree entre v^* e la_nina , com a consequente checagem de Caso.

Roberts prossegue e aponta que a deve ser considerado, como proposto por Kayne e Jaeggli, essencialmente como um atribuidor de Caso. Assim sendo, pode-se classificar essa partícula tanto como um PP quanto como um KP. Roberts usa a notação KP.

37) [_{KP} a [_{DP} [_D la] [_{φP} [_{nP} niña] [_φ la] (nP)]]]

(ROBERTS, 2010. Versão Kindle, posição 1766, ex. (154))

Roberts assume que *a* tem traços-φ não interpretáveis e um traço interpretável de Caso (uma suposição que, como aponta Roberts, pode ser uma maneira de formalizar, em termos da operação Agree, a intuição de que *a* é um atribuidor¹⁸ de Caso). Dessa forma, *a* valoriza o traço de Caso do nP, independentemente de v*, e tem seus traços-φ e traço-D valorados por *la_D*. Isso faz com que *la_φ* se torne o alvo-φ mais próximo de v*, porque *la_D*, uma vez estabelecida a relação Agree com a sonda *a*, deixa de atuar como alvo interveniente, já que seus traços não interpretáveis já foram valorados e assim não estão mais ativos para sondagem. A presença de *a*, portanto, é essencial para o licenciamento da estrutura de RC.

Como se vê, a análise de Roberts (2010b) adere à Generalização de Kayne e não leva em conta os contraexemplos oferecidos por Suñer (1988) e por outros, em que RC são realizados no espanhol sem a presença de preposição. Por outro lado, ele propõe uma análise unificada, de modo que mesmo as línguas que vão na contramão da GK e só ocorrem sem preposição, como por exemplo o grego, se enquadram na estrutura ilustrada em (37), estabelecendo um paralelo entre a partícula *a* (do espanhol) e a morfologia de caso (do grego). Roberts retoma os seguintes exemplos de Anagnostopoulou (2006).

38)

- a. **Tin** efage **tin turta** o Janis
o comeu **o bolo** o Janis
 (“Janis comeu o bolo.”)
- b. **To** katestrepse **to vivlio** enas mathitis tu
o destruiu **o livro** um aluno dele
 (“Um aluno dele destruiu o livro.”)

¹⁸ Roberts emprega alternadamente as expressões “atribuidor de Caso” e “marcador de Caso” para se referir à partícula *a*. Nesta revisão, optei, porém, por empregar sempre o termo “atribuidor de Caso”, porque esses dois termos já renderam muita discussão na literatura, considerando-se que eles se referem a elementos de natureza diferentes (ver, por exemplo, Bayer et al (2001), Pesetsky & Torrego (2011), entre muitos outros). O *atribuidor* seria um elemento responsável pela checagem de traços não interpretáveis em outro elemento. Assim, verbos e preposições seriam *atribuidores*, enquanto que o *marcador* representaria uma manifestação morfológica de traços de Caso em um dado nominal, como, por exemplo, as marcas de acusativo ou dativo em nominais e pronomes. A não distinção entre *marcador* e *atribuidor* de Caso obscurece a análise da partícula *a*. Tendo-se em conta a formulação de Roberts, em que *a* tem traços de Caso interpretáveis e traços-φ não interpretáveis, o que qualifica este elemento como uma sonda-φ, julgo mais adequado tratá-lo como um *atribuidor* de Caso, e não como um *marcador*, ou *marca*.

- c. *Tu edhosa to vivlio s-ton Jani
lhe dei o livro para-o Janis

(ROBERTS, 2010. Versão Kindle, posição 1797-1801, exs. (158-159))

Roberts defende que estes fatos são completamente compatíveis com sua análise. Para ele, o grego difere do espanhol, do romeno e do napolitano, por possuir marcação morfológica de caso em artigos e nominais. Dessa maneira, podem-se tratar formas como ‘tin turta’ e ‘to vivlio’ em (38) como casos de incorporação de D por K em estruturas como a em (37). Essa incorporação é presumivelmente desencadeada pelo fato de os Ds em grego terem um traço não interpretável de Caso que não está presente nos Ds do espanhol. Portanto, em grego, D é um alvo defectivo em relação a K (e por isso pode ser incorporado). O clítico *tin/to* é incorporado por v^* da mesma forma que acontece com o clítico *la_φ* do espanhol. A impossibilidade de RC com PP é diretamente comparável com as situações gerais das línguas românicas, em que a cliticização de objetos de preposição é geralmente impossível.

2.2.1 Considerações sobre as abordagens baseadas no fracionamento de um DP complexo

Barbiers (2008) aponta que análises baseadas no fracionamento de um constituinte complexo levanta uma série de problemas. O primeiro deles diz respeito ao fato de o constituinte complexo nunca aparecer como tal na superfície. Outro problema é responder por que um tal constituinte existiria, para começo de conversa. E ainda há o problema de esse tipo de análise requerer extração de posições que, a princípio, não permitem extrações, como, por exemplo, Spec de Spec.

Há vários fatores que nos desencorajam a perseguir uma análise dos RC no PB baseada no fracionamento de um constituinte maior, a saber:

- a. Essas análises descrevem fenômenos relacionados sempre com clíticos de 3.^a pessoa; veja que, na proposta de Uriagereka (1995), os clíticos de 1.^a e 2.^a,

tratado como fortes, equivalem a um DP, e não a um D, e por isso não permitem a operação de movimento de D para v, pré-requisito para o redobramento.

- b. Em sua maioria, elas assimilam clíticos a determinantes, o que é completamente incompatível com uma análise dos clíticos *me* e *te*, do PB.
- c. A não ocorrência do suposto DP complexo na superfície é ainda mais suspeita para os dados do PB. Na hipótese de que, em espanhol, haveria duas ocorrências de *la* no DP, é possível assumir o apagamento de um deles, com a cliticização simples, ou o movimento de um deles, no RC. Em PB, temos o complicador de os pares pronominais que constituem o redobro serem morfologicamente bastante distintos: *me/eu*, *te/você*. O par *te/você* nem sequer possui uma história morfológica comum.
- d. De uma forma geral, as análises baseadas no Grande-DP assumem um efeito interpretativo para o RC, o que, como veremos, é uma hipótese controversa para os dados do PB.

2.3 RC como concordância/cadeia

Dentro das abordagens do RC como nós de uma cadeia, um constituinte pode estar associado a mais de uma posição em uma estrutura sintática, e o redobro surge quando mais de uma dessas posições é pronunciada. Como veremos ao longo dessa seção, vários trabalhos relacionam os conceitos de cadeia e concordância, mas, nessas associações a noção de concordância é central.

As abordagens para os RC como uma forma de concordância encontram vários desenvolvimentos e sustentações na literatura. Pode-se dizer que, entre as análises para os redobramentos vistos com uma forma de concordância, há uma distinção quase consensual: os RC/OD e os RC/OI devem ser analisados separadamente. Posto de modo geral, RC/OI apresentam o comportamento de marcas de concordância (entendendo-se

aqui concordância- ϕ), ao passo que RC/OD envolvem a checagem de um traço de especificidade.

Os RC/OD em várias línguas possuem a propriedade comum de apresentarem efeitos interpretativos, codificando principalmente *especificidade*¹⁹ de várias formas, ao passo que RC/OI não apresenta efeitos interpretativos.

O trabalho de Borer (1984) é visto como o primeiro a propor que clíticos são marcas de concordância, assumindo que clíticos são [+V] em romance. Seguindo este insight, Suñer (1988) propôs que clíticos são flexões geradas como parte de V. Para Suñer, clíticos são listados no léxico, de modo que seus traços podem ser especificados lá. Clíticos de OD e clíticos de OI seriam definidos para os traços [específico], [animado], [gênero], [número] e [pessoa], sendo a diferença entre os dois o fato de que clíticos de OD são inerentemente [+específico]. Por serem marcas de concordância, clíticos precisam concordar em traços com o constituinte com qual eles formam cadeia (o Princípio de Equivalência). Isso, segundo Suñer, explica o requerimento de especificidade para os casos de RC/OD. Uma cadeia só é bem formada, quando não há quebra na relação de traços, e um NP [-específico] não pode formar cadeia com um clítico [+específico].

¹⁹ *Especificidade* é um conceito semântico que recebe vários tratamentos na literatura (ver, por exemplo, Rijkhoff & Seibt (2005), Ionin (2006), von Heusinger (2011), que variam de perspectivas semântico-pragmáticas a abordagens formalistas, relacionando especificidade a efeitos de escopo, topicalidade e partitividade (von HEUSINGER, 2011). De um modo geral, pode-se distinguir entre dois tipos de indefinidos: os *específicos* e os *não específicos* (von HEUSINGER, 2011, p. 1027):

- (i) **Um aluno** colou no exame de sintaxe. (Eu o conheço: é o Jim Miller.)
- (ii) **Um aluno** colou no exame de sintaxe. (Mas eu não sei quem foi.)

Em (i), “um aluno” se refere a um elemento preciso, pertencente a um conjunto saliente no contexto. Não se trata de um estudante qualquer, mas de um elemento previamente selecionado em um conjunto que ao menos o falante tem em mente; (i) apresenta um caso de *indefinido específico*. Em (ii), por outro lado, “um aluno” é um elemento cuja existência é pressuposta, mas que não pode ser identificado prontamente num conjunto saliente; assim, a referência de “um aluno” em (ii) é *indefinida e inespecífica*. Situação semelhante ocorre numa sentença como “Estamos procurando **um aluno** para vaga de estágio”, em que “um aluno” não faz referência a nenhum elemento específico de um conjunto previamente dado.

Embora a distinção “específico X inespecífico” seja mais associada a NPs indefinidos, Rijkhoff & Seibt (2005) apontam que as oposições “definido X indefinido” e “específico X inespecífico” não estão condicionadas, uma vez que há, também, definidos inespecíficos, com se vê em (iii):

- (iii) O professor vai premiar **o aluno** com os melhores resultados.

(iii) É um caso de NP definido, pois pressupõe existência e unicidade. Porém, sua referência é inespecífica, no sentido de que, embora haja um conjunto saliente no contexto do qual o elemento “o aluno” faz parte, não é possível retornar o elemento preciso desse conjunto.

Em (39), temos exemplos do espanhol de RC/OD que, por redobramem DPs específicos, são gramaticais. (40) exemplifica tentativas mal sucedidas de redobramento de DPs não específicos (Bleam, 1999, p. 12).

39)

- a. (Lo) ví a Juan
o vi a Juan
- b. (La) oían a Paca/ a la niña/ a la gata
a ouviam a Paca/ a a menina/ a a gata

40)

- a. No (*lo) oyeron a ningún ladrón
Não (*o) ouviram a nenhum ladrão
- b. (*La) buscaban a alguien que los ayudara
(*a) procuravam a alguém que os ajudasse
- c. (*Lo) alabarán a-l niño que termine primero
(*o) elogiarão ao menino que termine primeiro

Ao contrário dos RC/OD, os RC/OI não estão sujeitos a efeitos de especificidade (SUÑER, 1988, p. 395).

41)

[-específico, -definido]

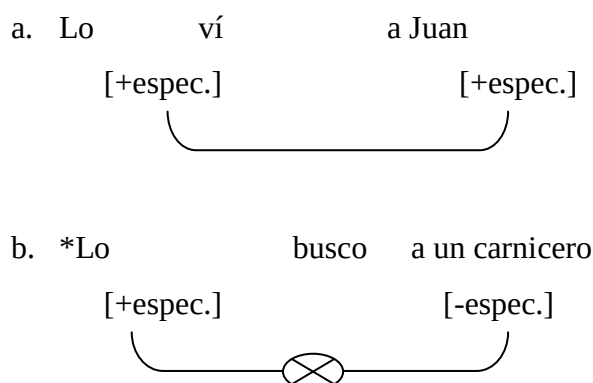
- a. Les ofrecerion queso y leche a familias de pocos medios
Lhes ofereceram queijo e leite a famílias de poucos recursos

[-específico, +definido]

- b. Les dejaré todo mi dinero a los pobres
Lhes deixarei todo meu dinheiro a os pobres

Como aponta Bleam (1999), Suñer (1988) considera clíticos como morfemas de concordância que, como tal, precisam se adequar à Princípio de Equivalência (*Matching Principle*), como proposto originalmente em Borer (1984). Esse princípio prediz que clíticos precisam concordar em traços com o NP pleno que eles redobram. Porque os clíticos acusativos do espanhol são [+específico], o NP redobrado precisa ser igualmente marcado como [+específico]. Os clíticos dativos, por outro lado, por serem subespecificados para o traço de especificidade, podem redobrar tanto NPs específicos com os inespecíficos.

42) Princípio de Equivalência (BLEAM, 1999, p. 13)



Um trabalho emblemático na linha dos RC como concordância é o proposto em Sportiche (1996). Sportiche considera que Clíticos e NPs não estão em distribuição complementar e clíticos seriam gerados em suas posições superficiais, uma adesão parcial ao modelo de inserção. Em sua proposta, há condições de localidade entre o clítico e o NP, sugerindo que também há movimento envolvido. Para dar conta disso, ele assume que é o NP redobrado que se move para o Spec do clítico em algum ponto da derivação, seja na sintaxe ou na LF²⁰. A estrutura geral proposta por Sportiche (1996, p. 235) é a seguinte:

²⁰ “Forma Lógica” (de *Logical Form*).

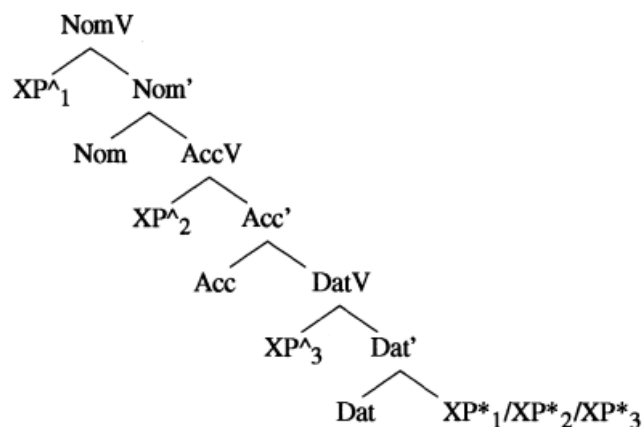


Diagrama 4 - Projeções Clíticas de Sportiche (1996)

Sportiche explica os redobros de acusativo e dativo de um modo muito similar ao de Suñer (1988). Tanto o clítico dativo quanto o acusativo são núcleos de concordância, num sentido mais geral do termo. O clítico dativo envolve checagem de Caso e concordância, apenas, e não é restrito por considerações sobre especificidade. Os clíticos acusativos, além de Caso e concordância (aqui entendida com concordância- ϕ) ainda licenciam o traço [+específico]. A hipótese de trabalho de Sportiche é que ambos os clíticos possuem uma sintaxe unificada. Assume-se que ambos projetam VoiceP (Anagnostopoulou, 2006, 2015 reescreve essa projeção como CLP, em sua revisão), projeção na qual eles entram numa relação de concordância com seus NPs associados (NP visível ou *pro*). As diferenças no comportamento de um e outro são explicadas com base nas diferenças de traços léxico-sintáticos de cada um desses núcleos flexionais.

Nessa abordagem, a sintaxe dos clíticos seria completamente assimilada à dos outros núcleos funcionais. O XP* (que seria o DP na posição argumental) relacionado com o clítico se moveria para a posição XP^ (que é a posição do clítico inserido) em algum momento da derivação (na sintaxe visível ou na LF). A relação de concordância entre o clítico e o XP* é derivada como uma relação Spec-núcleo. O RC então difere minimamente da estrutura não redobrada, no sentido de que, no RC, XP* é visível e, na estrutura simples, XP* é nulo.

A proposta de Sportiche permite ressuscitar o parâmetro das construções com clíticos, que podem ser sumarizadas da seguinte maneira (Sportiche, 1996, p. 237):

- i. O movimento de XP^* para $XP^\wedge$ pode ocorrer de modo visível ou de modo encoberto;
- ii. O núcleo (ou seja, o clítico) pode ser visível ou nulo;
- iii. XP^* (ou seja, DP) pode ser visível ou nulo.

Esses parâmetros variáveis seriam então capazes de explicar os fenômenos interlinguísticos de cliticização, redobramento e scrambling. A tabela abaixo é o panorama resumido dessas possibilidades (como descrito em Sportiche, 1996, p. 237):

Tabela 2 - Estruturas clíticas de acordo com Sportiche (1996)

XP^* (DP)	Movimento para $XP^\wedge$	Núcleo	Construção resultante
encoberto	visível ou encoberto	visível	clítico simples (francês, italiano, holandês)
visível	encoberto	visível	RC (espanhol, romeno)
visível	visível	visível	concordância de objeto (árabe libanês)
visível	visível	encoberto	scrambling (holandês)

O movimento de XP^* para $XP^\wedge$ é atribuído ao Critério do Clítico, que, por sua vez, se encaixa no Critério Generalizado de Licenciamento (ver Rizzi (1991), para o Critério Wh, a partir do qual Sportiche deriva o Critério do Clítico e o Critério Generalizado de Licenciamento):

43) Critério do Clítico (SPORTICHE, 1996, p. 236)

Na LF:

- a. Um clítico precisa estar numa relação Spec-núcleo com um XP [+F];
- b. Um XP [+F] precisa estar numa relação Spec-núcleo com um clítico.

44) Critério Generalizado de Licenciamento (SPORTICHE, 1996, p. 236)

Na LF:

- a. Um núcleo [+F] precisa estar numa relação Spec-núcleo com um XP [+F];
- b. Um XP [+F] precisa estar numa relação Spec-núcleo com um núcleo [+F].

Em (44), $[\pm F]$ representa um conjunto de propriedades, tais como Wh, Neg, Foco etc., as quais acionam movimento. Para o caso das construções com clítico OD, Sportiche propõe que o clítico licencia especificidade em seu associado. Por outro lado,

os clíticos de OI são tratados como marcas de concordância, uma vez que eles não resultam em efeitos de especificidade (como em Suñer, 1988), ou seja, para os clíticos OI, ClP é uma projeção de concordância, ao estilo de AgrP.

A abordagem de Sportiche reconcilia os modelos de movimento e de inserção, uma vez que se tem tanto o inserção do clítico em $XP^{\wedge}$, quanto o movimento do associado XP^* .

O trabalho original de Sportiche (1996) rendeu vários desenvolvimentos e reformulações. Bleam (1999) propõe uma análise mista Sportiche-Uriagereka, em que ela aplica a hipótese do constituinte complexo para um grupo de clíticos e a hipótese de concordância para outro. Ela adota Uriagereka (1988, 1995), de acordo com o qual os clíticos acusativos *lo* e *la* e o clítico dativo *le* se originam de derivações diferentes. Clíticos dativos seriam núcleos funcionais da projeção verbal (esta parte é consoante com Sportiche (1996)), enquanto que clíticos acusativos de 3.^a pessoa são analisados como determinantes que se movem de dentro da posição de argumento, conforme Uriagereka (1988, 1995).

Ainda na esteira das análises de RC como concordância, Anagnostopoulou (2006, 2015) apresenta alguns desenvolvimentos recentes, que consideram a análise de Sportiche (1996), levando em conta principalmente que clíticos devem ser analisados como núcleos com uma projeção funcional própria no domínio de IP.

A autora aponta que, dentro do modelo de Chomsky (2000, 2001), a relação entre o XP^* e a posição do clítico pode ser refeita como uma relação Agree, entre a posição que hospeda o clítico, apontada por ela como sendo T, e o sintagma redobrado. O clítico pode então ser visto como um sinal visível de Agree entre T e o objeto²¹. Essa análise dispensaria o movimento de fato, mas manteria as características de localidade do movimento.

Anagnostopoulou (2015) discute brevemente dois trabalhos representativos sobre o tema: Preminger (2009) e Nevins (2011). A conclusão surpreendente desses dois trabalhos é que muito do que se pensa ser concordância de objeto deveria ser reanalisado como RC e não o contrário, diferentemente do que muito da literatura antecedente sobre o tópico tem apontado. No entanto, essas conclusões reembaralham as terminologias, mas não desfazem a fronteira sutil existente entre os fenômenos de cliticização e concordância. O balanço das análises apresentadas aqui revela que, de

²¹ Compare esta hipótese à proposta por Roberts (2010b) (discutida na seção 2.2), em que o clítico é a expressão morfológica de Agree em v^* .

modo mais ou menos acentuado, assume-se que fenômenos de RC envolvem operações de concordância.

2.3.1 Considerações sobre o modelo de concordância/cadeia

Barbiers (2008) discute a dificuldade em se discernirem redobramentos e relações de concordância. Como ele aponta, a concordância sujeito-verbo tem sido central no desenvolvimento da teoria sintática, figurando como um caso arquetípico de relação de concordância. Nesse tipo de relação, traços morfossintáticos do sujeito aparecem repetidos no verbo, o que permitiria dizer que a concordância sujeito-verbo é uma instância de redobro sintático. O autor relembra também que a concordância de verbos finitos é associada com uma posição sintática específica. Muitas línguas possuem uma posição na sentença acessível apenas para verbos finitos, qual seja, T. Essas observações levaram à assunção de que a concordância finita se origina numa posição que precede a negação e que o sujeito precisa (em algumas línguas) se mover para uma posição imediatamente precedente a esta, a fim de checar esses traços de concordância. Percebemos aqui claras ressonâncias com a proposta de Sportiche (1996), para os clíticos. Barbiers ainda relembra que relações de concordância semelhantes se estabelecem entre elementos Qu-, negação, foco, etc., e eles são frequentemente visíveis, porque eles podem fazer com que o constituinte se mova para a posição onde estes traços são gerados. Mais uma vez, a análise de Sportiche parece bastante coerente com os aspectos mais gerais da componente sintática.

45) Esquema das configurações de concordância (BARBIERS, 2008, p. 29)

a. F[x,y,...] XP [x,y,...]
 └──────────┘
 concordância

b. F[3sing] DP [3sing]

c. F[Wh] DP [Wh]

Neste esquema, um núcleo funcional (abstrato) *F* está numa relação de concordância com um constituinte ou núcleo que compartilha traços morfossintáticos com *F*. Barbiers aponta que configurações tais como a em (45) podem dar origem a dois tipos diferentes de redobramento. Quando não há movimento, o redobro envolve um elemento funcional alto na estrutura e um elemento concordante baixo na estrutura. Quando há movimento, o redobro envolve o que se convencionou chamar de configuração Spec-núcleo, na qual o constituinte movido é adjacente à esquerda do núcleo funcional concordante.

As análises do RC como uma instância de concordância parecem mais compatíveis com o fenômeno do PB que estamos investigando, principalmente porque:

- a. A maior parte das abordagens trata como elementos de concordância clíticos que estabelecem unicamente relações- ϕ . Nomeadamente, as análises predizem que RC/OI, que não envolvem efeitos interpretativos, são marcas de concordância. Como veremos, as partículas *me* e *te* não parecem envolver efeitos interpretativos, mas apenas a valoração de um traço da categoria de pessoa (como veremos, o traço [autor]).
- b. Abordagens em termo de concordância predizem uma posição fixa e dedicada para os clíticos, como é próprio de projeções de concordância. Vamos ver que os clíticos redobrantes do PB são exclusivamente proclíticos e se fixaram em uma única posição na sentença: a raiz verbal.
- c. A hipótese de concordância abre espaço para se discutirem os redobramentos de 1.^a e 2.^a pessoa. Traços de pessoa são traços- ϕ , associados principalmente a fenômenos de concordância.
- d. O fenômeno de concordância é pervasivo nas línguas e não requer nenhuma estipulação hipotética não atestável empiricamente, como é o caso da hipótese do constituinte complexo.

2.3.2 Evidências a favor de uma hipótese de concordância para os RC do PB

Em Machado-Rocha (2011), defendemos que há várias evidências sintáticas de que as formas *me* e *te* foram reanalisadas como afixos de concordância no PB dialetal. Na perspectiva da gramaticalização, esse parece ser um fenômeno comum nas línguas (GIVÓN, 1976; ROBERTS & ROUSSOU, 2003; FUß, 2005; CURNANE, 2008, 2010).

No PB, podemos apontar cinco critérios que indicam esse caminho de reanálise. São eles: (i) a restrição de adjacência ao verbo e a ausência de movimento; (ii) a identificação de traços; (iii) a preservação da estrutura argumental; (iv) a não distribuição complementar (ou, seja, o redobramento); e (v) a incompletude do paradigma.

Fuß (2005, p. 140) explica que um quesito fundamental para que um elemento pronominal seja reanalisado como marca de concordância é sua adjacência ao verbo. Uma vez que a reanálise ocorre, a adjacência se torna mandatória e a marca não pode mais se mover. Curnane (2008) aponta que a adjacência favorece a reanálise, porque a concordância é sempre local na sintaxe e, por isso, espera-se que marcas de concordância sejam incapazes de se mover independentes de seus hospedeiros. É exatamente nesta situação que encontramos os clíticos do PB dialetal, que ocorrem unicamente em posição proclítica e somente ligados à raiz verbal, diferentemente de outros estágios e variedades do português.

46) PB

- a. ele não quer **me** ajudar **eu/pro**
- b. *ele não **me** quer ajudar **eu/pro**

O PE, ao contrário, embora seja uma língua eminentemente enclítica, aceita a próclise e a cliticização em auxiliares e modais. Movimento é uma característica própria dos clíticos, mas não de marcas de concordância (FUß, 2005; CURNANE, 2008).

47) PE:

- a. Os alunos ofereceram-**te** todos flores.
- b. Os alunos ofereceram-**te** também flores.
- c. Todos os alunos **te** ofereceram flores.
- d. Os alunos também **te** ofereceram flores.
- e. O que **te** ofereceram os alunos?

(MAGALHÃES, 2006, pp. 14-15.)

- f. Eles não **te** querem fazer mal.

Os critérios de identificação de traços e preservação da estrutura argumental estão relacionados. Para que um pronome clítico possa ser reanalisado como um morfema de concordância, é preciso que algum outro elemento passe a ocupar a posição de argumento do verbo. Ao mesmo tempo, projeções de concordância precisam ter seus traços não interpretáveis valorados na sintaxe, o que requer que algum elemento recorrente com traços- ϕ interpretáveis sirva de alvo para essa operação de valoração. Perceba que a estrutura redobrada oferece exatamente este tipo de configuração, em que um pronome pleno sempre ocupa a posição de argumento e ao mesmo tempo apresenta traços- ϕ interpretáveis, identificados com os traços das marcas *me* e *te*, formando sempre os pares *me/eu*, *te/você*.

48)

- a. aí começô a **me** xingá **eu**
- b. cê pode intrá qu'eu **te** ajudo **ocê** no qu'eu pudé

O critério (iv) diz respeito a uma propriedade fundamental da concordância, como vimos em Barbiers (2008), qual seja, a de que um conjunto de traços de um elemento apareça replicado em outro. Numa perspectiva de movimento, como a defendida em Kayne (1975), clíticos e pronomes plenos aparecem em distribuição complementar. Fenômenos de concordância são o oposto da distribuição complementar, e requerem que ambas as partes da relação apareçam na superfície. Também neste quesito, os RC do PB oferecem sustentação para a hipótese da concordância, visto que eles são constituídos exatamente na presença de dois elementos que compõem o par de elementos cujos traços- ϕ são idênticos.

Por fim, o estudo pioneiro de Zwicky & Pullum (1983) para a distinção entre clíticos e marcas de concordância defende que clíticos aparecem em paradigmas completos, enquanto que marcas de concordância apresentam lacunas e sincretismos no paradigma. Quando comparamos o quadro de clíticos do PE aos clíticos que resistem nas variedades orais do PB, percebemos uma grande diferença:

Tabela 3 – Clíticos do PE vs. Prefixos do PB

	Clíticos do PE	Prefixos do PB
1ª sing	me	me
2ª sing	te	te/lhe/le
3ª sing	o/a/se/lhe	--
1ª pl	nos	--
2ª pl	vos	--
3ªpl	os/as/lhes	--

(MACHADO-ROCHA, 2010, p. 114, adaptado)

O paradigma de pronomes clíticos do PE exibe formas específicas para cada pessoa, com especificações para gênero/caso nas séries de 3.ª pessoa, além de formas para a 1.ª e a 2.ª pessoas do plural, ao passo que o paralelo do PB possui um número bem menor de formas, sendo que *me* e *te* são as que resistem no léxico oral. As formas *lhe/le*, quando usadas no registro oral, se referem à 2.ª pessoa (*Eu le vi ontem*) e assim figuram como uma alomorfa da marca *te*. O pronome *se* é marcadamente reflexivo e por isso não parece preencher a lacuna dos pronomes clíticos OD/OI de 3.ª pessoa.

2.4 Síntese do Capítulo

Discutimos, neste capítulo, dois grandes grupos de abordagens para os RC na literatura: (i) as que tratam RC como fracionamento de um constituinte complexo; e (ii) as que consideram que RC são fenômenos de concordância. Os trabalhos reunidos no primeiro grupo associam clíticos a determinantes e procuram explicar principalmente

casos de RC OD. O segundo grupo é composto por análises que relacionam RC com fenômenos de concordância mais gerais e em sua maioria atribuem ao clítico uma projeção funcional dedicada. Comum às duas vertentes é a tendência de se elaborarem explicações diferenciadas para RC/OD e RC/OI. Os RC/OD são, em quase todas as análises, associados ao efeito interpretativo de especificidade. Um conceito que parece instável através destes trabalhos é a perspectiva de um parâmetro que dê conta dos RC, numa perspectiva interlinguística. Vimos que o modelo de RC como concordância é mais atraente para uma análise dos dados do PB dialetal, língua que oferece várias evidências de que as marcas *me* e *te* foram reanalisadas como afixos de concordância.

3. RC no PB, efeitos interpretativos e cadeias paralelas

Como vimos no capítulo 2, a maior parte da literatura sobre os RC assume algum efeito interpretativo que restringe a ocorrência dos redobros. Entre esses efeitos, destaca-se o que se convencionou chamar de *especificidade*. Jaeggli (1982, 1986) e Borer (1984) assumiram que clíticos redobrantes garantiriam (ou tornariam explícito) que o DP redobrado fosse definido ou específico. Nesses casos, o DP redobrado deveria vir obrigatoriamente precedido de uma preposição especial (*a* no espanhol, *shel* no hebraico, *pe* no romeno). Suñer (1988) defendeu que objetos diretos redobrados em espanhol são limitados a contextos de NPs específicos e argumentou ainda que traços de animacidade estariam envolvidos nos fenômenos de redobro. Sportiche (1996) propõe que clíticos licenciam especificidade em seus DPs associados. Núcleos clíticos relacionados a objetos indiretos, por outro lado, são tratados como marcas de concordância, uma vez que eles não resultam em efeitos de especificidade. Uriagereka (1988, 1995), tratando clíticos como determinantes (na hipótese do DP complexo), assumiu que clíticos acusativos em todas as línguas se movem para um domínio funcional e também que eles são necessariamente específicos. Bleam (1999) defendeu a existência de restrições de animacidade em RC/OD. Torrego (1998) argumentou que clíticos são específicos ou definidos.

Todas essas análises conduzem à expectativa de que, também no PB, as estruturas de RC estariam relacionadas a efeitos interpretativos, tais como especificidade e definitude. Além disso, vimos que há efeitos interpretativos em estruturas redobradas do PB padrão e na diacronia do português. Neste capítulo, apresento uma tentativa de análise dos RC do PB com base em efeitos interpretativos, a partir de uma abordagem em termos de cadeias paralelas, como proposto em Chomsky (2005), e da realização de múltiplos nós de uma cadeia, como desenvolvido em Nunes (2011b).

3.1 RC como uma estrutura de “pessoa específica”

Em Machado-Rocha (2010, 2011), sugeri que a estrutura redobrada garantiria que o referente do pronome na posição argumental seria “específica”, no sentido de ser não genérica²². A ideia aqui é que os pronomes plenos de 1.^a e 2.^a pessoas *eu* e *você*, em estruturas simples, permitiriam leituras ambíguas entre a genérica e não genérica, enquanto que a estrutura redobrada cl-V-pronome seria necessariamente não genérica.

49)

- a. Estrutura simples com o pronome pleno - leitura ambígua entre genérica e específica:

*E quando você tenta sair dessa vida, ninguém ajuda **você** não.*

(Aqui, pode-se interpretar o pronome *você* como “qualquer pessoa”.)

- b. Estrutura redobrada - apenas leitura específica:

*E quando você tenta sair dessa vida, ninguém **te** ajuda **você** não.*

(Aqui, a única interpretação possível do par pronominal seria *você*, cujo referente deveria ser necessariamente o interlocutor do eixo discursivo em questão.)

(MACHADO-ROCHA 2010, p. 104)

Na construção desta hipótese, destaca-se que pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas permitem a leitura genérica, enquanto que pronomes de 3.^a a proíbem.

50)²³

- a. *Hoje vê **eu** fumando um cigarro, amanhã pega **eu** experimentado coisa pior.*

(Aqui, o emissor está criando uma situação hipotética. A referência do pronome *eu* é arbitrária, podendo significar *eu*, *você*, *qualquer pessoa*.)

²² Perceba que esta aplicação na noção de especificidade para pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas é compatível com o conceito de especificidade que leva em conta o pertencimento a um conjunto dado no contexto. Ver nota 18.

²³ Esses exemplos são uma adaptação de exemplos apresentados em Carvalho (2008).

- b. *Hoje vê você fumando um cigarro, amanhã pega você experimentado coisa pior.*

(Leitura ambígua, entre a genérica e a específica.)

- c. *Hoje vê ele fumando um cigarro, amanhã pega ele experimentado coisa pior.*

(Leitura genérica proibida.)

Como pode ser visto nos exemplos (50-a) e (50-b), os pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas permitem uma interpretação ambígua, e a leitura genérica é permitida. Em (50-c), por outro lado, em que o pronome é de 3.^a pessoa, a leitura é obrigatoriamente específica, e a interpretação do pronome *ele* precisa de um antecedente no discurso ou um referente dêitico. Para os pronomes de 1.^a e 2.^a, não há obrigação de antecedentes, e mesmo a leitura dêitica desses pronomes pode ser diluída, como se vê nos casos dos contextos genéricos/hipotéticos. Com pronomes de 3.^a pessoa, quando se quer atingir a interpretação genérica/hipotética, é preciso usar a variante nula *pro*. Veja a comparação entre (51-a) e (51-b):

51)

- a. *E você acha que empresa de telefone está preocupada em ajudar ele?*

(O pronome pleno *ele* precisa de um referente no contexto. A leitura genérica é proibida.)

- b. *E você acha que empresa de telefone está preocupada em ajudar ____?*

(Com a variante nula *pro*, a situação é inversa: *pro* pode ser interpretado como *qualquer pessoa*.)

(MACHADO-ROCHA 2010, p. 105)

Considerando essas diferenças e o fato de que pronomes de 3.^a pessoa são subespecificados para os traços discursivos [falante] e [destinatário], a conclusão em Machado-Rocha (2010) é que a presença das formas *me* e *te*, em estruturas de RC, proibiria a interpretação genérica dos pronomes plenos *eu* e *você*. Dessa forma, os argumentos redobrados pelos pares pronominais *me/eu* e *te/você* seriam necessariamente específicos. As estruturas simples, ao contrário, compostas apenas dos

pronomes plenos *eu* e *você*, seriam ambíguas entre a interpretação específica e a genérica. A não ocorrência de RC para a 3.^a pessoa se explica então, porque não há traços de [falante] e [destinatário] nessas formas para serem redobradas. A oposição específico/genérico para a 3.^a pessoa é feita com a alternância *ele/pro*.

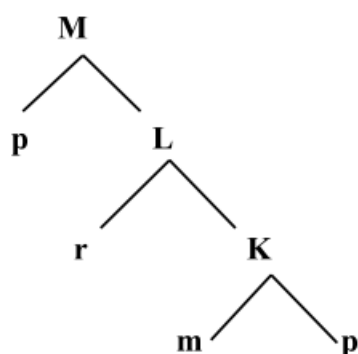
3.2 RC, Teoria de Cópia e cadeias paralelas

Nesta abordagem em termos de efeitos interpretativos para os RC do PB, uma intuição foi que o redobramento seria o efeito do não apagamento de cópias de uma cadeia. Os principais fundamentos dessa hipótese foram a sintaxe de Fases de Chomsky (2005), em que ele desenvolve a ideia de cadeias paralelas, e os desenvolvimentos de Nunes (2011b) para a Teoria de Cópia. O objetivo principal dessa etapa da investigação foi testar a possibilidade teórica de tratar clítico e pronome pleno, em estruturas de RC, como elos de uma cadeia. Dessa forma, o pronome pleno seria a cauda da cadeia e o clítico seria a cabeça. A primeira questão a ser discutida numa tal abordagem é a anomalia do não apagamento da cauda, uma vez que, na ordem geral das operações, todos os elos de uma cadeia são apagados na PF²⁴, com exceção da cabeça.

Nunes (2011b) explica que a cabeça da cadeia é o candidato ótimo para ser enviado para Spell-out, porque é ela que tem o maior número de traços checados/valorados. Uma cadeia não poderia exibir mais de um elo com o mesmo material fonético, porque, nessa situação, a estrutura contendo esses elos não poderia ser linearizada. Em algumas situações particulares, no entanto, a realização fonética de mais de um elo de uma cadeia seria possível. Nunes apresenta a seguinte estrutura:

²⁴ “Forma Fonológica” (de *Phonological Form*).

a. Estrutura enviada para Spell-out:



b. Fusão na Componente Morfológica:

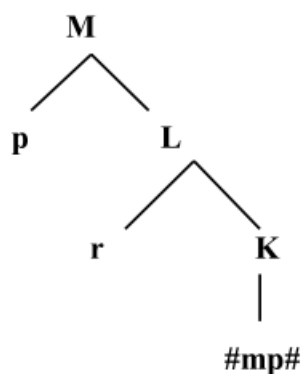


Diagrama 5 - Fusão na Componente Morfológica
(NUNES 2011b, p. 160)

Nunes salienta a presença de duas cópias de *p* enviadas para Spell-out no (diagr. 5-a). Porém, na Componente Morfológica, os nós terminais *p* e *m* são fundidos (no sentido de Halle & Marantz (1993)), resultando no terminal atômico *#mp#* (ou *#pm#*), de modo que a estrutura interna do elemento não é mais acessível para operações morfológicas ou sintáticas posteriores. Para fins de linearização, *p*, *r* e *#mp#* não representam um problema, uma vez que não há dois elementos idênticos. Nessa linha de raciocínio, é possível a realização visível de duas cópias sintáticas numa cadeia, garantindo-se que haja razões morfológicas para tal.

Considerando-se essas premissas, numa estrutura de RC, podemos tomar o clítico redobrande e o pronome pleno como elementos que, embora compartilhem traços sintáticos comuns, são morfofonologicamente distintos, e assim poderiam ser vistos

como a realização de mais de um elo da cadeia argumental. Além disso, associamos essa perspectiva à postulação de Chomsky (2005) sobre cadeias paralelas.

No quadro teórico de Chomsky (2005), operações sintáticas são reduzidas a dois tipos básicos de Merge: o Merge Externo, que toma itens da Numeração e os insere na derivação; e o Merge Interno, que toma objetos sintáticos presentes na derivação, para inseri-los (movê-los) em outra posição. Ambas as formas de Merge teriam por propósito a checagem/valoração de traços não interpretáveis e, portanto, atenderiam ao Princípio de Interpretação Plena (Full Interpretation Principle - FI).

Também os traços não interpretáveis passam a ser considerados como pertencentes a apenas dois grupos: os Traços de Margem, os quais ou ativam a seleção de itens da Numeração ou a cópia sintática de objetos presentes no curso da derivação; e os Traços de Concordância (Agree Features), responsáveis pelas operações Agree, que podem resultar ou em cópia/movimento de objetos inteiros (pied-piping), ou na cópia/movimento de Traços Formais (FF)²⁵, o que dá origem a Agree a longa distância, como proposto anteriormente em Chomsky (1993, 1995).

Chomsky (2005) ainda revê alguns aspectos da Ciclicidade de Movimento. Antes, um mesmo elemento podia passar por múltiplos movimentos e formar uma cadeia com três ou mais elos. Abandonando essa visão tradicional, e considerando a abordagem de cópias, Chomsky (2005, p. 16) assume que, quando um elemento parece se mover mais de uma vez, formando cadeias do tipo A'-A-A, o que de fato está acontecendo é a construção de cadeias distintas, a partir do mesmo elemento de base.

52)

- a. C [T [who [v* [see John]]]]
- b. who_i [C [who_j [T [who_k v* [see John]]]]]
- c. who saw John

53)

- a. C [T [v [arrive who]]]
- b. who_i [C [who_j [T [v [arrive who_k]]]]]]
- c. who arrived

²⁵ “Traços Formais” (de Formal Features).

Considerando (52), Chomsky argumenta que na fase v^* , a operação de concordância entre v^* e *John* valora todos os traços não interpretáveis. Na fase C, ambos os traços de margem e os traços Agree de C sondam o alvo *who* em Spec- v^* . Os traços Agree, herdados de T por C, atraem o elemento sondado, ou seja, acionam a operação de cópia, para o Spec-T, enquanto que os traços de margem de C atraem o mesmo elemento (resultando numa nova operação de cópia) para o Spec-C. O resultado dessas duas operações de cópia/movimento é representado em (52-b). Chomsky ressalta que uma cadeia é construída com as cópias $\{who_i, who_k\}$, e outra com as cópias $\{who_j$ e $who_k\}$, sem nenhuma relação direta entre who_i e who_j .

Portanto, em (52-b), são formadas duas cadeias-A. O mesmo raciocínio se aplica a (53), em que duas cadeias paralelas são formadas pelos traços Agree e os traços de margem de C.

Com esse aparato em mãos, consideramos, primeiramente, que, numa estrutura de RC, um pronome pleno e um clítico podem ser a realização de dois elos de uma mesma cadeia.

54) *Eu te ajudo você*

[T [**te** [v ajudo [**você**]]]

O problema aqui é explicar por que a cópia mais baixa *você* sobreviveu à operação de *redução de cadeia* (NUNES, 2011b), que prediz que todas as cópias, exceto a cabeça, devem ser apagadas. De acordo com Chomsky (2005), cadeias paralelas podem ser construídas a partir de um único elemento de base, quando mais de um traço não interpretável sonda o mesmo item. Relembre que estamos considerando haver um efeito interpretativo na cliticização, o efeito de *especificidade*, que em Machado-Rocha (2010, 2011) é tido como a leitura não genérica de pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas. O pronome pleno na posição argumental também precisa ter seus traços de Caso checados. Então, nesta situação, temos dois traços a serem checados: [_uCaso] e [_uespecífico]. A checagem desses dois traços resultaria na emergência de cadeias paralelas.

Num primeiro passo, o traço [_uN] de *v* sonda o pronome objeto e valora seu traço [_uCaso]. Vamos assumir que esta operação ocorre como Agree à longa distância, com movimento de traços formais (FF) apenas, e a matriz pronominal permanece in situ. Essa operação resulta na primeira cadeia:

55) Cadeia I: {_iFF/Caso-pronome, matriz-pronominal_{argumento-licenciado}}

Esta primeira cadeia valora os traços de Caso do pronome, via movimento de traços, e o argumento pronominal é licenciado, permanecendo in situ.

Mas os traços não interpretáveis de *v* ainda não foram exauridos. Com a raiz verbal movida normalmente para *v*, o traço D de *v* (Chomsky, 1995, 2000, 2001), responsável pela definitude/especificidade de objetos movidos (shifted) ou cliticizados, sonda o mesmo elemento, o argumento pronominal, cuja matriz permaneceu in situ após a checagem de Caso à distância. Diferentemente do traço de Caso, a operação de cópia acionada pelo traço D resulta numa “cópia completa” que, na Componente Morfológica, vai receber uma forma dedicada clítica. O traço D em pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas no PB resultaria na leitura não genérica. Nesse ponto, uma segunda cadeia emerge:

56) Cadeia II: {_iD-pronome, _uD-pronome}

Com essas duas cadeias enviadas para o Spell-out, temos a estrutura redobrada. Uma primeira pergunta a ser respondida sobre essa estrutura é: Por que a cauda dessas cadeias conseguiu escapar à redução de cadeia?

Quando consideramos a cadeia II, não haveria nenhuma razão para se manter a cópia mais baixa, uma vez que as duas cópias são formalmente idênticas, e a cópia mais alta tem mais traços valorados. A redução de cadeia deveria se aplicar normalmente aqui. As condições mudam, no entanto, quando inspecionamos a cadeia I. Porque não houve a cópia integral, mas apenas cópia/movimento de traços formais FF, a interpretabilidade dos traços movidos dependem da cadeia como ela foi formada, e por isso a cópia mais baixa não pode ser apagada. Por essa razão, as duas cópias do pronome são enviadas para o Spell-out e a estrutura redobrada aparece.

Esta análise encontra ressonâncias com a proposta de Poletto (2006). Como vimos, Poletto considera o redobro um recurso de economia, quando um XP precisa checar mais de um traço funcional na sintaxe, embora ela adote uma perspectiva de fracionamento do DP. Colocando de lado essa diferença teórica, podemos reconhecer os seguintes pontos de contato entre as duas abordagens: (i) em ambas as propostas, considera-se que a sintaxe pode operar com apenas cópias/movimentos de partes relevantes da estrutura funcional, sem cópias desnecessárias, em respeito ao princípio de economia; (ii) ambas abrem mão de uma projeção funcional dedicada para o clítico,

contrariamente ao que propõe Sportiche (1996); (iii) as duas abordagens predizem a criação de duas peças sintáticas, uma que é movida e outra que permanece in situ; (iv) tanto em Poletto quanto em nossa análise, os dois duplos não são idênticos.

3.3 Problemas da hipótese de efeito interpretativo

Apesar de esta hipótese apresentar certa coerência teórica interna, ela nos deixa às voltas com alguns problemas difíceis de resolver. Basicamente, conseguimos aqui explicar a restrição da categoria de pessoa, para a ocorrência dos RC, e associar a ela um fator interpretativo. Entre os problemas não resolvidos, há alguns fundamentais: Por que a estrutura redobrada é necessária? Por que a estrutura simples com apenas o clítico não é capaz de checar ambos os traços de Caso e o traço D? E por que a opcionalidade, se estamos lidando com um traço com implicações semânticas? Este é um problema que demanda refinamentos dessa hipótese. Além disso, a análise dos dados do PB nos levou a alguns contraexemplos para a hipótese do efeito interpretativo que não podemos ignorar. Considere, por exemplo, o dado em (57)²⁶:

57) *Aí, F, tá **te** tirano **ocê**, zé...*

Em (57), a referência do pronome redobrado *te/ocê* é específica, não genérica. No entanto, esse efeito semântico não parece depender da estrutura redobrada. Tanto a estrutura clítica simples “*tá **te** tirano*” quanto a estrutura com o pronome pleno “*tá tirano **ocê***” seriam tão específicas quanto a construção redobrada. Essa constatação é feita, partindo-se da situação contrária, em que verificamos haver estruturas que, mesmo sendo redobradas, permitem a ambiguidade específico/genérico, como exemplificado em (58)²⁷:

²⁶ Machado-Rocha (2013), estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte.

²⁷ Ramos (2010), fala de Belo Horizonte.

58) *Achou por bem eu fazer natação e lá é
o seguinte: ou você faz ou eles te dispensa você*

O que parece estar em jogo aqui é dificuldade geral de se tentar relacionar as análises da literatura para os RC, que tratam majoritariamente de pronomes de 3.^a pessoa, com os dados do PB, composto unicamente de pronomes de 1.^a e 2.^a.

Quando consideramos pronomes de 3.^a pessoa do português padrão escrito, parece ser possível um alinhamento com os resultados do espanhol, por exemplo. Para essa variedade, os clíticos de 3.^a pessoa também parecem restritos a contextos em que os pronomes têm referência específica²⁸.

59)

- a. *Esta professora, eu a conheço.*
- b. ** Alguma professora, eu a conheço.*

Quando, porém, estamos lidando com pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas do PB dialetal, o efeito interpretativo não se sustenta.

Precisamos então retornar à comparação entre os exemplos (57) e (58) e nos perguntar o que está causando a ambiguidade em (58). Perceba que, diferentemente da sentença assertiva em (57), (58) contém o operador *irrealis* “ou”. Curiosamente, mesmo pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas do PB, quando sob o escopo de operadores irrealis, podem exibir uma leitura ambígua entre a específica e a genérica. Observe, por exemplo, que, em (60), a primeira ocorrência do clítico exibe uma leitura indubitavelmente específica, ao passo que, na segunda ocorrência, em que o clítico está sob o escopo de “se”, a leitura ambígua entre específica e genérica é permitida.

60) Tô te falando pra você: se te pegarem você colando, você tá fora!

²⁸ Não faz sentido tentar construir a estrutura redobrada cl-V-DP no padrão escrito (**Eu a conheço (a) esta professora*), por isso vamos considerar uma construção com deslocamento de objeto à esquerda topicalizado. Esse paralelo hipotético é também bastante complicado. Os redobros encontrados na escrita do tipo de “*viu-me a mim (e não a ele)*” não refletem sequer a escrita contemporânea. Atualmente, o padrão de colocação do clítico é principalmente a próclise (“*me viu*”); algo como “*me viu a mim*”, é estranho, nada usual na escrita. Com pronomes de 3.^a pessoa, a situação é ainda pior (“*?Eu o vi (a) ele*”).

Essas comparações colocam alguns problemas quanto à assunção da literatura de que clíticos seriam intrinsecamente específicos ou definidos²⁹. Ao menos para os dados do PB, parece que as leituras genérica ou específica dos pronomes não residem num traço lexical dos pronomes, mas resultam de efeitos composicionais em relações com operadores. Há aqui diversos pontos a serem analisados. No PB, alguns tempos e modos verbais parecem permitir a leitura genérica de pronomes (como sentenças condicionais e subjuntivas), enquanto outros a bloqueiam (como os tempos perfectivos). Esses aspectos semânticos não compõem, obviamente, o foco de análise desta tese, e deixamos essas questões em aberto.

3.4 Síntese do capítulo

Nas etapas iniciais desta pesquisa, procuramos condicionamentos interpretativos para as ocorrências dos RC do PB dialetal. Diante de uma profusão de possibilidades teóricas, testamos a hipótese de que RC seriam a realização morfofonológica de múltiplos nós de cadeias paralelas. Essa iniciativa foi motivada por uma longa tradição na literatura de associar RC acusativos a efeitos de especificidade, e também por dados de outras variedades do português. Assim, elaboramos uma tentativa de análise que explica os RC como pares pronominais específicos, em posição às estruturas simples com apenas o pronome pleno, que permitem uma interpretação genérica dos pronomes. Nessa perspectiva, a estrutura redobrada surge da checagem de dois traços distintos, resultando em duas cadeias paralelas, uma relacionada ao Caso do argumento e outra ao traço de especificidade do pronome. No entanto, o avanço do projeto mostrou que essa hipótese apresentava vários problemas. Ela não é capaz de explicar a opcionalidade das estruturas de RC e a variação entre estruturas redobradas, simples com clítico e simples com pronome pleno. Além disso, reconhecemos que os efeitos de especificidade não estão, de fato, associados às estruturas de RC, mas a fatores composicionais da

²⁹ No capítulo 4, vamos apresentar um trabalho que desafia a hipótese de que clíticos são intrinsecamente específicos: Bleam (1999).

sentença. Por isso, abandonamos esta hipótese, rumo a uma análise em termos de concordância puramente formal.

4. Particularidades morfossintáticas dos pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas

4.1 Clíticos de 1.^a e 2.^a pessoas como concordância

Embora a maior parte da literatura tenha apontado os RC como codificação de especificidade, assimilados a determinantes, há alguns trabalhos que desafiaram esta hipótese. Um deles é o de Ormazabal & Romero (2010). O&R argumentam que, no espanhol, a maioria dos clíticos não são determinantes. Com exceção dos clíticos acusativos de 3.^a pessoa (eles usam o termo clíticos OD de 3.^a pessoa) *lo(s)*, *la(s)*, todos os demais clíticos são marcas de concordância e participam de um único sistema que não diferencia entre OD e OI, nem morfologicamente nem na sintaxe. Veja que este é o caso dos clíticos *me* e *te* do PB, que não distinguem o caso do sintagma redobrado. O&R (2010) ainda levantam a hipótese de que os clíticos no espanhol tenham passado o estágio do clítico e se tornando morfemas de concordância, um fenômeno muito comum nas línguas. Eles apontam várias similaridades entre a concordância clítica de objeto e a concordância de sujeito. A informação morfológica dos clíticos em geral seria mais próxima da concordância de sujeito (que leva em conta traços de pessoa e número) do que acontece com cl-OD, pronomes e determinantes, que consideram também traços de gênero. Além disso, Cl-OD-3.^a redobram apenas quantificadores que combinam com determinantes definidos. Cl-OI do espanhol combinam com qualquer tipo de quantificador, e nisso eles também se assemelham à concordância de sujeito.

61)

- a. (Les) pagamos las deudas a todos los / algunos / muchos acreedores
lhes pagamos as dívidas a todos os alguns muitos credores
- b. Todos los/ Algunos / Muchos acreedores cobraron las deudas
todos os alguns muitos credores cobraram as dívidas

O&R discutem também os clíticos de 1.^a e 2.^a pessoa e pontam que eles teriam o mesmo comportamento dos clíticos OI: eles não exibem nenhum tipo de restrição quanto ao tipo de argumento que eles possam redobrar. Como apontam os autores, contextualmente é mais difícil encontrar interpretações não específicas para argumentos de 1.^a e 2.^a pessoas; mas, quando essas dificuldades são controladas, os RC OD de 1.^a e 2.^a se agrupam ao lado dos OI, no sentido de não exibirem restrições e poderem aparecer em contextos não específicos e com quantificadores, contrariamente aos Cl-3.^a-OD.

62)

- a. Os veré a los que vayáis pronto
vos verei a os que chegardes cedo
- b. Os controlan a gente de la universidad
vos controlam a gente de a universidade
(vos controlam vocês pessoas da universidade)
- c. Os he encontrado a vosotros
vos hei encontrado a vocês
- d. ¿A quiénes/ cuántos nos han elegido para el puesto?
A quem quantos nos hão elegido para o posto
- e. No os encontramos a nadie/ninguno
não vos encontramos a ninguém nenhum
- f. Os veré a todos/algunos/muchos en el examen
vos verei a todos alguns muitos no exame

63)

- a. Nos mandarán a algunos a resolver el problema
nos mandarão a alguns a resolver o problema
- b. Si queréis, os llevo a algunos/unos cuantos a-l Pueblo
se quiséreis vos levo a alguns uns quantos ao centro

A partir desses dados, O&R defendem que esses clíticos de 1.^a e 2.^a devem ser agrupados com as marcas de concordância. Então todos os clíticos da série dos OI e os clíticos de 1.^a e 2.^a, que não distinguem OD e OI, seriam marcas de concordância geradas no núcleo verbal ou flexional (podemos dizer, gerados no domínio funcional do verbo). O sistema de concordância de objeto do espanhol, segundo O&R, é o seguinte:

Tabela 4 - Sistema de concordância de objeto no espanhol

	Clíticos de concordância OD		Clítico de concordância OI	
	Sing	Pl	Sing	Pl
1.^a P	me	nos	me	nos
2.^a P	te	os	te	os
3.^a P	---	---	le	les

(ORMAZABAL & ROMERO, 2010, p. 17)

Bleam (1999) vai além e questiona o status de inerentemente específicos dos clíticos em geral, independentemente do caso e da forma. Esta autora é abertamente contrária à proposta de que clíticos OD possuem o traço [+específico] inerente, o qual estaria ausente em clíticos objetos indiretos. Bleam argumenta que não há um tal traço [+específico]. Ela defende que especificidade seria uma propriedade configuracional. E seriam essas propriedades configuracionais as responsáveis pelo redobramento do clítico. Para ela, especificidade não parece ser uma noção semântica unificada e, portanto, não haveria nenhuma noção a que a sintaxe pudesse se referir por meio do uso de um traço. Importante também é a observação feita por Bleam de que não haveria nenhuma relação direta entre o clítico e a interpretação do sintagma que ele redobra.

A autora explica que, na visão de Uriagereka (1988, 1995), qualquer que seja a propriedade inerente responsável pela interpretação específica de determinantes definidos (veja que aqui não estão sendo considerados os definidos não específicos), esta mesma propriedade é responsável pela interpretação específica dos clíticos. Esta seria uma via para se explicar a interpretação dos clíticos propriamente, ou seja, dos clíticos em estruturas simples.

64) **La** vi (*pro*)

a vi

No entanto, esta hipótese se abala, diante da assunção do próprio Uriagereka de que o clítico se moveu de uma estrutura de DP com um NP *pro* na posição de complemento. O *pro*, em (64), por ser um elemento pronominal, também contribui com uma interpretação específica. Dessa maneira, é difícil determinar a contribuição do clítico propriamente para a interpretação do objeto como específico. Bleam ainda propõe uma comparação com o clítico dativo no espanhol. Ela aponta que, por si sós, clíticos dativos são interpretados como específicos também, embora na teoria de Uriagereka eles não sejam analisados como determinantes.

65)

a. Carmen le entregó el libro.

Carmen lhe entregou o livro

b. Carmen entregou o livro para ele/ela

c. * Carmem entregou o livro para alguém/ninguém

A sentença em (65) só pode ser interpretada como em (b), em que alguém específico é referido como receptor do livro. O clítico ali não pode ser interpretado como inespecífico, como em (c), em que o receptor pode ser alguém indeterminado ou mesmo não ser ninguém. Por outro lado, esses sentidos indeterminados são compatíveis com o clítico dativo, quando ele é acompanhado por um objeto direto visível, ou seja, em uma estrutura redobrada, como em (66).

66) Le entregó el libro a alguien.

Lhe entregou o livro a alguém

Dessa forma, é razoável assumir que, em (65), o *pro* associado ao clítico dativo é que está dando origem à interpretação específica, e não o clítico em si. Uma vez que se assume que na estrutura com clítico acusativo, como em (64), há também um *pro* associado ao clítico (ambos originados em um DP complexo), não é coerente atribuir a leitura específica ao clítico propriamente.

Uma vez que no PB não estamos lidando com RC OD de 3.^a pessoa, faz sentido que não se esperem efeitos interpretativos dessas estruturas. Como no caso dos clíticos em geral do espanhol, tudo parece indicar que estamos diante de elementos de concordância. Vimos, no capítulo 2, que há boas evidências sintáticas de que as formas *me* e *te* se comportem como marcas de concordância no PB dialetal.

4.2 Agree e concordância operador-variável com pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas

Alguns autores defendem que o sistema de concordância dos elementos de 1.^a e 2.^a pessoas é um sistema especial. Três trabalhos são centrais aqui: Baker (2008), Déchaine & Wiltchsko (2010) e van Koppen (2012).

Baker (2008) discute as restrições que se aplicam à concordância de 1.^a e 2.^a pessoas em relação à concordância de 3.^a. Este trabalho separa completamente essas duas formas de concordância.

Baker aponta alguns fatos gerais das línguas para sustentar que a concordância de 1.^a e 2.^a pessoas não pertence à operação Agree por si mesma, mas é o resultado de um tipo especial de concordância que se dá entre um operador e uma variável. Esta operação está, com frequência, associada a Agree, e por isso se cria a falsa impressão de se tratar de uma mesma operação. Baker (2008, p. 111) postula a Condição Estrutural sobre a Concordância de Pessoa (SCOPA - *Structural Condition on Person Agreement*), da seguinte maneira:

67) F pode concordar com XP em +1 ou +2, apenas se uma projeção de F se junta (*merges*) com um elemento +1 ou +2 e F projeta.

Segundo Baker, essa condição altamente específica não é parte da teoria padrão de concordância. Um dos fatos levantados na formulação dessa postulação é a impossibilidade muito comum das línguas de concordância para 1.^a e 2.^a pessoas em adjetivos. Todos os elementos de 1.^a e 2.^a pessoas, incluindo-se aí os pronomes, precisam ser ligados por um operador mais próximo do tipo relevante. Nesse sentido, elementos de 1.^a e 2.^a pessoas diferem dos de 3.^a, os quais não estariam sujeitos a nenhum tipo de condição de ligação local. Considerando-se a SCOPA, a concordância de pessoa (vista aqui como a concordância para 1.^a e 2.^a pessoas) seria relativamente frágil, e as condições para que ela ocorra precisariam ser precisamente atendidas.

Para Baker, há pelo menos mais um tipo de concordância operando nas línguas naturais, além da relação entre núcleos funcionais e NPs próximos. Esse segundo tipo de concordância ocorre entre um operador e uma variável ligada a esse operador, como ilustrado em (68).

68)

a. Every boy_k hopes that he_k (*she_k, *they_k, *I_k) will pass the test.

Todo garoto espera que ele (*ela *eles *eu) vai passar o teste

(“Todo garoto acredita que vai passar no teste.”)

b. Every girl_k hopes that someone will hire her_k (*him_k, *them_k, *me_k).

Toda garota espera que alguém vai contratar ela-acu (*ele-acu *eles-acu *eu-acu)

(“Toda garota acredita que alguém irá contratá-la.”)

c. Only the Yankees_k think that they_k (*he_k, *we_k) will win the championship.

Apenas os Yankees acham que eles (*ele *nós) vão vencer o campeonato

(“Apenas os Yankees acham que eles vão vencer o campeonato.”)

Quando um pronome é interpretado como sendo ligado por um quantificador masculino singular como *every boy*, o pronome precisa ser realizado como a forma masculina singular *he*, *him* ou *his*, como em (68-a). Quando um pronome é ligado por um quantificador feminino singular como *every girl*, ele precisa ser uma forma feminina

singular (*her*, em (68-b)). E quando o pronome é ligado por um quantificador plural como *only the Yankees*, ele precisa ser 3.^a pessoa plural (*they*, em (68-c)). Baker aponta que isso também é uma forma de concordância, num sentido amplo.

Essa operação de concordância entre operador-variável é um fenômeno claramente diferente da concordância que se aplica aos núcleos funcionais. Por exemplo, sabe-se que um núcleo funcional pode concordar com um NP, apenas se ambos estão contidos no mesmo CP flexionado para Tempo (a condição de fase). Essa restrição não se aplica para a concordância operador-variável: em todos os exemplos em (68), o pronome ligado está contido no CP finito encaixado, uma fase que não contém o quantificador antecedente. Mesmo assim, a concordância entre o pronome e seu operador não apenas é possível, ela é obrigatória.

Além disso, em inglês e em várias outras línguas, a concordância de núcleo funcional só é possível na presença de uma relação de valoração de Caso (a condição de alvo ativo). Para a concordância operador-variável, essa restrição também não é relevante. Por exemplo, a variável em (68-b) está no acusativo, enquanto que a expressão quantificada está no nominativo. Ainda assim, uma concordância para traços- ϕ ocorre. Esse tipo de concordância, portanto, não depende de valoração de Caso, como pode ocorrer com outras formas de concordância.

E ainda, um núcleo funcional pode concordar com um dado NP Y apenas se não há outro NP Z mais próximo do núcleo funcional que Y (a condição de intervenção). (69) mostra que a concordância operador-variável também está livre dessa condição.

69) Every girl_k told every boy about her_k troubles with her_k parents.

Toda garota contou todo garoto sobre dela problemas com dela pais

(“Toda garota contou a todo garoto sobre os problemas dela com os pais.”)

Os dois pronomes *her* em (69) concordam com o sujeito *every girl* para o traço feminino, apesar do fato de haver um NP quantificado mais próximo (*every boy*) na posição de objeto, que possui um valor diferente para o mesmo traço (masculino). A concordância aqui é claramente com o NP que liga o pronome, independentemente de sua posição sintática. Novamente, isso é bastante diferente da concordância com núcleos funcionais, em que a posição sintática relativa é determinante.

Por fim, Baker aponta que mesmo condições de c-comando não afetam a concordância operador-variável. Isso é ilustrado em (70), em que o NP quantificado não c-comanda o pronome referencialmente dependente.

70) Someone in every city_k loves its_k (*their_k, *his_k) weather.

Alguém em toda cidade adora dela (*deles *dele) clima

(“Alguém em toda cidade adora o clima dela.”)

Esses testes demonstram que nenhuma das condições sintáticas que são características da relação Agree entre um núcleo funcional e um NP se aplicam à concordância operador-variável. Dessa forma, essas duas operações devem ser fundamentalmente diferentes, embora ambas façam com que traços que são inerentes em uma expressão sejam também realizados em outra.

Baker formula então esse tipo de concordância da seguinte maneira (Baker, 2008, p. 122):

71) Se uma variável X é referencialmente dependente de um operador Y (direta ou indiretamente), então X tem os mesmos traços-φ de Y.

A qualificação “direta ou indiretamente” é motivada por exemplos como em (72):

72) Every boy_k says that he_k finished his_k (*her_k, *their_k, *our_k) homework.

Todo garoto diz que ele terminou dele (*dela *deles *nosso) dever de casa

(“Todo garoto diz que ele terminou o dever de casa dele.”)

Neste exemplo, o pronome *his* concorda com *he*, que por sua vez é dependente do operador da sentença matriz, o que estabelece uma relação de dependência indireta entre *his* e *every boy*, para a concordância-φ.

Baker aponta que traços de 1.^a e 2.^a pessoas também participam da concordância operador-variável e ilustra com os exemplos em (73) (extraídos de um manuscrito de Irene Heim).

73)

- a. Only I_k finished my_k ($*his_k$, $*her_k$, $*our_k$) homework.

Apenas eu terminei meu ($*dele$ $*dela$ $*nosso$) dever de casa

(“Apenas eu terminei meu dever de casa.”)

(Para $x = eu$, x terminou o dever de casa de x ;

Para todo x , $x \neq eu$, não: x terminou o dever de casa de x .)

- b. All of you_k are hoping that you_k ($*I_k$, $*she_k$, $*they_k$)

Todos de vocês estão esperando que vocês ($*eu$ $*ela$ $*eles$)

will win the single's title.

vão vencer o individual-GEN título

(“Todos vocês estão acreditando que vocês vão ganhar o título do individual.”)

(Para todo x , x um de vocês, x acredita que x vai ganhar o título do individual.)

Nesses exemplos, o pronome pode ser interpretado como uma variável ligada pelo sujeito da sentença mais alta, se e somente se o pronome concorda com aquele sujeito em pessoa e também em número. Dessa forma, traços de pessoa participam ativamente no sistema de concordância operador-variável.

A partir dessas evidências, Baker adota a seguinte conjectura:

- 74) A operação Agree nunca coloca os traços +1 ou +2 num núcleo; os traços +1 e +2 são sempre o resultado de concordância operador-variável.

Essa conjectura é a formalização da intuição de Baker de que traços de 1.^a e 2.^a pessoas fazem parte unicamente do sistema de concordância operador-variável. Para ele, a concordância que ocorre com núcleos funcionais, como T, v, F, A e P são sempre concordância “parcial”, que copiam inicialmente apenas traços de número e gênero. O fato de que traços de 1.^a e 2.^a pessoas possam ocorrer em T e v não são resultado direto de Agree. Mas Agree cria um contexto em que concordância operador-variável pode ocorrer, como expresso em (75):

- 75) Se F concorda com XP, então F conta como uma variável que depende referencialmente de XP.

Dessa maneira, além de copiar traços de número e gênero de um XP em F, Agree torna F dependente de XP. Baker relembra que é recorrente a intuição de que morfemas de concordância possuem algo de pronominal: a correlação de traços e a relação de diacrônica são as intuições mais discutidas. Se um núcleo funcional F numa relação Agree é dependente do XP com o qual ele concorda, e se esse XP é um pronome dependente de algum operador mais alto Z, então F é (indiretamente) dependente de Z e deve concordar com ele. Se Z é um elemento de 1.^a ou 2.^a pessoa, então F também exibirá traços de 1.^a ou 2.^a pessoa. Essa seria a maneira como um núcleo numa relação Agree poderia vir a ter também traços de 1.^a e 2.^a pessoas, não diretamente como resultado de Agree, mas indiretamente, como resultado da concordância operador-variável que ela torna possível.

Essa formulação de Baker lança um pouco de luz sobre as diferenças nos padrões de concordância para traços de 1.^a e 2.^a e também sobre o comportamento sintático tão peculiar dos pronomes de 1.^a e 2.^a em relação aos pronomes de 3.^a.

Diante dessas considerações, Baker discute o caráter dos operadores especiais que ligam pronomes de 1.^a e 2.^a e questões de localidade para variáveis de 1.^a e 2.^a. Nessa discussão, ele argumenta que algumas hipóteses amplamente aceitas sobre pronomes de 1.^a e 2.^a precisam ser revistas, a saber: (i) “pronomes de 1.^a sempre incluem, em sua referência, a pessoa que fala (ou escreve, ou emite) a sentença”; (ii) “pronomes de 2.^a sempre incluem, em sua referência, a pessoa para quem a sentença é endereçada”. Baker diz que essas hipóteses enfrentam contraexemplos. Kayne (2000, p. 154), apresenta um exemplo em que um pronome de 1.^a pessoa não pode ser usado para se fazer referência ao falante, porque o sujeito da sentença é um NP de 3.^a pessoa que, ele próprio, se refere ao falante. Em tal contexto, o pronome *me* não pode ser interpretado e a sentença é agramatical.

76) The man who is talking to you wants you to give him/*me some money.

O homem que está falando com você quer você dar ele-DAT me-DAT algum ...
 (“O homem que está falando com você quer que você dê a ele algum dinheiro.”)

Numa direção contrária, Schlenker (2003) dá exemplos do amárico, em que um pronome de 1.^a pessoa pode ser interpretado como referente a outra pessoa que não o falante, mais especificamente, o sujeito da oração matriz. (Baker, 2008, p. 125).

77)

ʃon ʃəɡna nə-ññ yil-all.

John hero be.PF-1sO 3M.say-AUX.3M

‘John says that he is a hero.’ (lit. ‘John says that I be a hero.’)

(“John diz que ele é um herói.” Literalmente: “John diz que eu ser um herói.”)

Baker salienta que Schlenker revê várias evidências para mostrar que a sentença encaixada em (77) não é um caso de discurso direto. Ele ainda aponta que esse tipo de construção é específico para o verbo ‘dizer’.

A partir desses exemplos, Baker propõe que há categorias vazias especiais introduzidas em no nível do CP que designam o falante e o destinatário da sentença, como formulado em (78):

78)

a. Toda sentença matriz e certas sentenças encaixadas possuem dois argumentos nulos especiais gerados dentro da projeção CP, um designado como S (para *speaker*) e outro como A (para *addressee*).

b. Na ausência de uma relação de controle que tenha precedência, S designa a pessoa que produziu o CP e A designa a pessoa para quem o CP é endereçado.

A ideia aqui é que certos aspectos fundamentais do que se pode considerar como o “ponto de vista” a partir do qual a sentença é interpretada são expressos por elementos representados na sintaxe. Assim, todos os usos de um pronome de 1.^a pessoa devem ser interpretados como sendo ligados pelo operador S, e todos os usos de um pronome de 2.^a pessoa devem ser interpretados como sendo ligados pelo operador A, de acordo com a Condição de Licenciamento de Pessoa, como descrito em (79):

79) Condição de Licenciamento de Pessoa (PLC - *The Person Licensing Condition*)

a. Um DP/NP é 1.^a pessoa, apenas se ele é ligado localmente por um S numa estrutura de c-comando ou por outro elemento que seja 1.^a pessoa.

- b. Um DP/NP é 2.^a pessoa, apenas se ele é ligado localmente por um A numa estrutura de c-comando ou por outro elemento que seja 2.^a pessoa.
- c. Do contrário, um DP/NP é 3.^a pessoa.

Baker aponta que a PLC explica o fato de NPs não pronominais ordinários nunca serem 1.^a ou 2.^a pessoa, mesmo quando eles se referem ao falante ou ao destinatário. Exemplos em (80) mostram isso, em que DPs sujeitos ordinários não podem acionar a concordância distintiva de 1.^a e 2.^a pessoas no verbo *ser*.

80)

- a. The man who is talking to you is/*am hoping to get some money.
O homem que está falando com você está/*estou esperando receber algum...
("O homem que está falando com você está esperando receber algum dinheiro.")
- b. Sorry honey, but Daddy is/*am too tired to play with you tonight.
Desculpa querido(a) mas papai está/*estou muito cansado para brincar com...
("Desculpa, querido(a), mas o papai está muito cansado para brincar com você esta noite.")
- c. Your honor was/*were misinformed by the counsel for the defense.
Sua honra foi-3P/foi-2P mal informado pelo advogado de defesa
("O meritíssimo foi mal informado pelo advogado de defesa.")

Baker explica que é um fato geral que pronomes possam ser ligados por operadores em construções com pronome resumptivo, por exemplo, enquanto que NPs lexicais não o podem normalmente (a menos que eles contenham um elemento pronominal).

81)

- a. ?John_k, who_k we all wonder whether he_k will actually show up, . . .
John, que nós todos nos perguntamos se ele vai de fato aparecer
("John, sobre o qual nós todos nos perguntamos se ele de fato vai aparecer...")

- b. *John_k , who_k we all wonder whether the boy_k will actually show up, . . .
 John, que nós todos nos perg. se o garoto vai de fato aparecer
 (“John, sobre o qual nós todos nos perg. se o garoto de fato vai aparecer...”)

Então, se NPs lexicais não podem ser ligados por operadores, como exemplificado em (81-b) e expressões só podem ser 1.^a ou 2.^a pessoa, se elas são ligadas por um operador especial (79-a,b), isso explica por que NPs lexicais não podem ser nunca 1.^a ou 2.^a pessoa. Eles sempre vão terminar na condição geral apresentada em (79-c). (82) exemplifica uma configuração relevante, em que o pronome de 1.^a pessoa *me* é ligado indiretamente pelo operador *S*.

82) [CP S_i [TP [NP_i I] want you to give *me*_i /**him*_i some money]]

Déchaine & Wiltchsko (2010) investigam as relações operador-variável dos pronomes de 1.^a e 2.^a e sua estruturação sintática. Elas discutem Fillmore (1971), para quem pronomes de 1.^a e 2.^a são exemplos genuínos de expressões indiciais, no sentido de que a referência desses pronomes dependeria do contexto de uso: formas de 1.^a pessoa singular indexam o falante e formas de 2.^a pessoa singular indexam o destinatário. Essa hipótese é conhecida como a “Hipótese da Indicialidade Intrínseca”.

83)

- a. **I** got a question from the audience
 Eu recebi uma questão de a plateia
 (“Eu recebi uma questão da plateia.”)
- b. **You** did **your** homework
 Você fez seu dever de casa
 (“Você fez seu dever de casa.”)

De acordo com as autoras, um dos principais problemas dessa hipótese é o fato de pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas poderem ser interpretados como anáforas variáveis ligadas, conforme (Partee, 1989), como demonstrado nos exemplos:

84)

- a. Only **I** got a question that **I** understood (nobody else did)
Apenas eu recebi uma questão que eu entendi (ninguém mais recebeu)
= (i) λx [x recebeu uma questão que y FALANTE entendeu]
(... nenhuma outra pessoa recebeu uma questão que eu entendi)
= (ii) λx [x recebeu uma questão que x entendeu]
(... nenhuma outra pessoa recebeu uma questão que ela entendeu)
- b. Only **you** did **your** homework (nobody else did)
Apenas você fez seu dever de casa (ninguém mais fez)
= (i) λx [x fez o dever de casa do FALANTE y]
(... nenhuma outra pessoa fez seu dever de casa)
= (ii) λx [x fez o dever de casa de x]
(... nenhuma outra pessoa fez o dever de casa dela)

Em (84-a), a segunda ocorrência de *I* pode ser interpretada como indicial (i) ou como uma variável ligada (ii). Na leitura indicial, a pessoa que entende a questão é o falante, não importa quem tenham recebido a questão. Por outro lado, na leitura de variável ligada, a pessoa que entende a questão covaria com a pessoa que recebe a questão. Portanto uma única forma pode ser usada como indicial e como variável ligada e isso se configura como um desafio à hipótese da indicialidade intrínseca.

D&W (2010) apontam que uma conclusão óbvia poderia partir da negação de que estamos lidando com um único item. Ao invés disso, poder-se-ia afirmar que esse comportamento duplo reflete a existência de duas instâncias distintas dos pronomes *I* e *you* que acabam por exibir a mesma forma. Isso equivale a dizer que, diante dos exemplos em (83) e (84), a hipótese de indexicalidade intrínseca conduz à postulação de homofonia, como proposto em Kaplan (1989).

Partindo principalmente de proposta anterior (D&W, 2002) para a estrutura morfossintática dos pronomes, as autoras propõem, se afastando da literatura semântica, uma explicação sintática para as ocorrências indiciais e de variáveis ligadas dos pronomes de 1.^a e 2.^a, conforme o esquema apresentando a seguir:

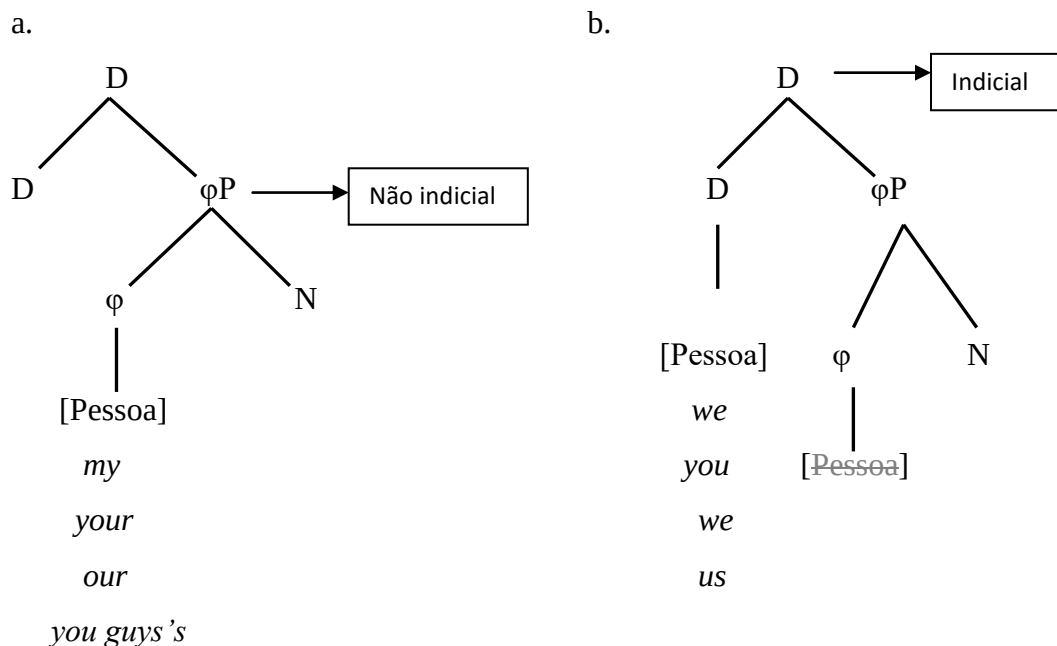


Diagrama 6 - A base estrutural da (não) indicialidade
(D&W, 2010, p. 11)

Esse esquema ilustra que elementos de 1.^a e 2.^a podem corresponder ao nível D ou ao nível ϕ da estrutura interna do DP. Quando corresponde ao D, o pronome possui referência indicial. Quando corresponde a ϕ , a interpretação do elemento- ϕ é de uma variável ligada.

As línguas, nessa análise, podem variar na forma como exibem elementos D e elementos ϕ , da seguinte maneira:

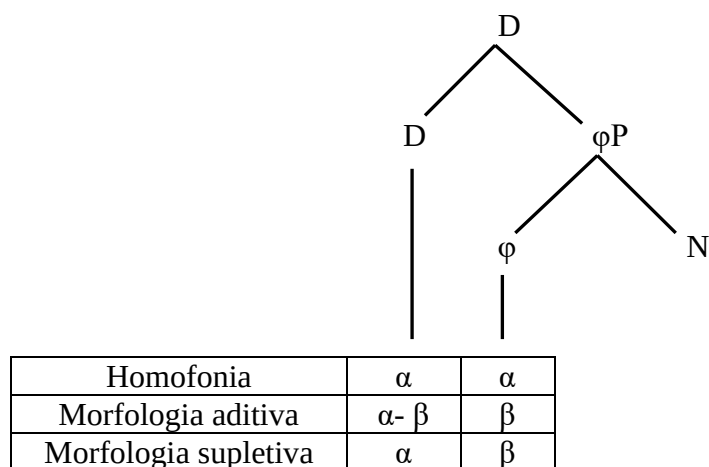


Diagrama 7 - Padrões morfossintáticos previstos para pronomes D e pronomes ϕ
(D&W, 2010, p. 12)

As línguas podem apresentar homofonia entre os elementos D e φ , morfologia aditiva D sobre φ ou itens supletivos D e φ . O inglês exemplifica casos de pronomes de 1.^a e 2.^a com o padrão da homofonia, como também é o caso do PB. Assim, a mesma forma é mapeada para D ou φ , como no (diagr. 8). Isso faz com que a mesma forma possa ser usada como indicial ou não indicial.

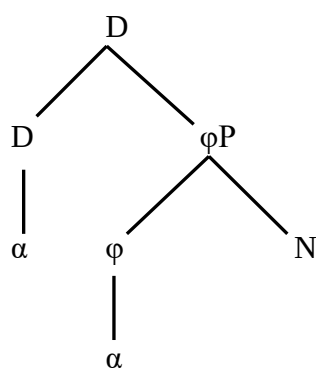


Diagrama 8 - Homofonia de pronomes D e pronomes φ
(D&W, 2010, p. 13)

As autoras defendem que a denotação dos pronomes é determinada sintaticamente: pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas, quando indiciais, são pronomes D; quando não indiciais, permitindo leitura de variável ligada, são pronomes φ .

4.3 Concordância independente para traços de Participante

Van Koppen (2010) analisa casos de concordância em C em dialetos do holandês. Ela mostra que, nesses dialetos, o sujeito concorda com o verbo finito e com o complementizador que introduz a sentença encaixada. A autora discute dois grupos de dialetos, com duas realizações diferentes de concordância em C. No primeiro grupo, o complementizador e o verbo finito exibem a mesma marca de flexão (85). No segundo, composto por dialetos conhecidos como dialetos de concordância dupla, o complementizador e o verbo finito não possuem o mesmo afixo (86).

85)

- a. ... **de-s**/*det **doow** morge kum-s
que-2PS/que você amanhã vem
(... que você vai vir amanhã)
- b. ... **de-s**/*² det auch **doow** morge kum-s
que-2PS/que também você amanhã vem
(... que também você vai vir amanhã)
- c. DOOW denk ik **de-s**/*det de wedstrijd winnen zal-s
Você penso eu que-2PS/que o jogo vencer vai
("VOCÊ, eu acho que vai vencer o jogo.")

86) ... **darr-e**/*dat wiej den besten **bint**/*binn-e!

que-AGR/que nós os melhores somos-AGR/somos-AGR
(... que nós somos os melhores!)

Van Koppen argumenta que a diferença entre os dois dialetos pode ser explicada, se C não sonda o mesmo alvo nos dois dialetos. Nos dialetos com concordância dupla, a concordância de complementizador é resultado de uma sonda concordando com traços de *participante* dentro da estrutura pronominal, enquanto que a concordância em C em outros dialetos reflete concordância com o nó mais alto dessa estrutura pronominal.

Assim há dois tipos de concordância:

- Tipo 1: a marca em C é igual à do verbo;
- Tipo 2: a marca em C é diferente da do verbo.

Há dois afixos que aparecem em C: *-e*, que van Koppen analisa como [1PSing] e *-t*, que seria o afixo *elsewhere* (que também podemos chamar de *default*).

Para explicar essa variação, van Koppen assume que pronomes contêm traços de participante e traços de individuação, seguindo Harley & Ritter (2002). Esses traços seriam inseridos como grupos discretos de traços, de modo que eles podem ser alvo de operações sintáticas como Agree independentemente de outros traços- ϕ associados aos

Van Koppen (2012) conjuga a proposta de Déchaine & Wiltschko (2002), para a estrutura interna dos pronomes (D&W, 2002, p. 410), e a proposta de Harley & Ritter (2002) para os traços presentes na projeção pronominal. Ela argumenta que traços de participante ([falante] e [destinatário]) podem engatilhar concordância, independentemente de outros traços pronominais. A estrutura de D&W (2002, p. 410) é como a seguir:

C.

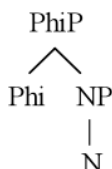
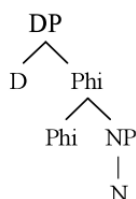
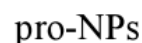


Diagrama 9 - pro-DPs, pro- ϕ Ps e pro-NPs

Harley & Ritter (2002) apresentam uma estrutura para os traços presentes na projeção pronominal em forma de uma geometria de traços, que agrupa classes naturais de traços morfológicos e define a hierarquia entre esses traços. As categorias fundamentais são *Participante*, *Individuação* e *Classe*, ao invés das categorias tradicionais *pessoa*, *número* e *gênero*. A noção de participante apresenta uma pequena diferença em relação à noção de pessoa, pois reflete os traços de participante no ato discursivo, o que teoricamente inclui o valor de pessoa, mas que também em alguns casos pode incluir o valor de número. Para H&R, não há dependência entre os traços de

participante e os traços de individuação. A geometria proposta é a seguinte (H&R, 2002, p. 486):

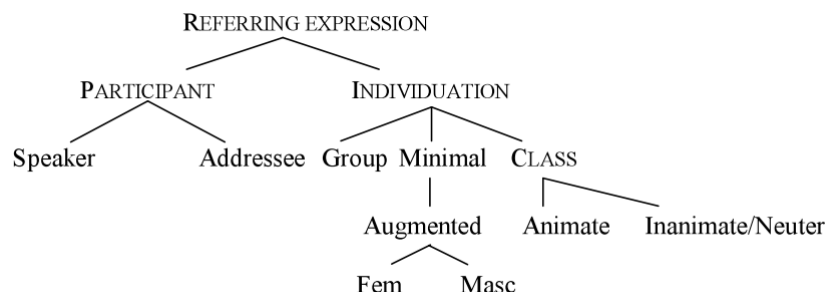


Diagrama 10- Geometria de traços de Harley & Ritter (2002)

Partindo da proposta de H&R (2002), van Koppen (2012) defende que traços de participante e traços de individuação não constituem, inicialmente, um conjunto de traços. De acordo com van Koppen, esses grupos de traços entram na derivação em posições discretas e são juntados posteriormente. Para van Koppen, o traço de participante ocupa o Spec-PhiP. Os traços de individuação ocupariam uma posição hierarquicamente mais baixa. Essa posição poderia ser NP, ou poder-se-ia assumir que o termo PhiP é um rótulo para duas projeções mais básicas: ParticipantP e IndividuationP.

A categoria Participante tem os traços dependentes “falante” e “destinatário”. A categoria de individuação tem os traços dependentes “grupo” e “mínimo”. E a categoria “Classe”, dependente da Individuação, possui os traços dependentes “animado” e “inanimado”.

Van Koppen (2012, p. 146) interpreta essa estrutura de forma que, quando a categoria participante possui o traço dependente falante, o valor do traço participante é 1.^a pessoa singular. Isso equivaleria a dizer que ambas as formas singular e plural conteriam uma singular: os traços de participante em si seriam sempre singular. Van Koppen salienta que essa posição está de acordo com o sentido dos pronomes de 1.^a pessoa plural. Um pronome de 1.^a pessoa plural não constitui uma pluralidade de 1.^{as} pessoas do singular (LYONS, 1968; ILJIC, 1994; BESTEN, 1996). O sentido de um pronome de 1.^a pessoa plural é o de que há um grupo que minimamente contém o falante. Da mesma forma, quando o traço subsequente a [participante] é o traço [destinatário], o valor de participante é 2.^a pessoa. Van Koppen argumenta que o traço

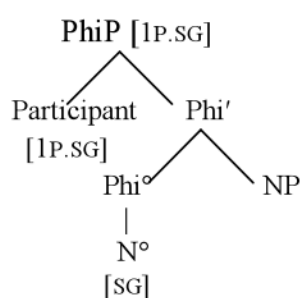
de destinatário não é especificado para número, ao contrário de falante, uma vez que o papel de destinatário não é necessariamente singular ou plural (CYSOUW, 2001).

O nó de Individuação especifica se o pronome se refere a um grupo mínimo ou a um grupo maior. Van Koppen assume que, quando o pronome se refere a um grupo mínimo, o valor do traço de individuação é singular, do contrário, plural.

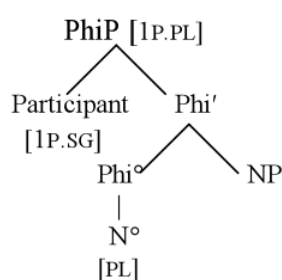
Van Koppen (2012) associa as propostas de D&W (2002) e H&R (2002), de modo a identificar como os traços propostos em H&R estão distribuídos na projeção pronominal apresentada em D&W. Para van Koppen, os traços de participante são inseridos como um conjunto discreto de traços na periferia esquerda da projeção pronominal, mais especificamente em Spec-PhiP. A autora explica que há uma razão interna à teoria para se acreditar que os traços de participante ocupam uma posição de Spec ao invés de uma posição de núcleo, que tem a ver com o fato de traços de participante não necessariamente determinarem a especificação de traços de todo o sintagma. O fato de traços de participante serem dêiticos, no sentido de que a referência deles muda quando o falante muda, sustentaria esta hipótese, uma vez que isso significa que traços de participante precisam estar disponíveis no discurso. Isso levou alguns autores a situarem tais traços na periferia esquerda. Por exemplo, Bianchi (2006) propõe que traços de pessoa estão ligados à periferia esquerda da sentença.

A partir das propostas de D&W (2002) e H&R (2002), van Koppen apresenta os esquemas em (86), para os pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas (a autora não esquematiza pronomes de 3.^a, uma vez que eles não são relevantes para sua análise). A estrutura no (diagr. 11-a) é destacada: nela, há uma discrepância entre a especificação de traços de participante e os outros traços do pronome completo. Nesse caso, os traços de participante inseridos na posição de especificador de PhiP são singular (1.^a pessoa), ao passo que a acumulação de traços nessa projeção são plural (1.^a pessoa). Van Koppen salienta que esta estrutura captura o sentido dos pronomes de 1.^a pessoa plural: há um falante singular inserido num grupo.

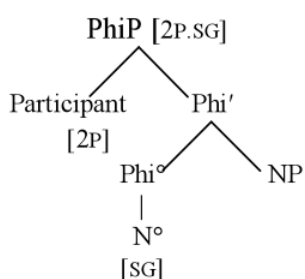
a) 1.^a pessoa singular



b) 1.^a pessoa plural



c) 2.^a pessoa singular



d) 2.^a pessoa plural

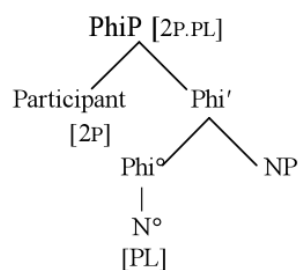


Diagrama 11 - Estrutura dos pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas em van Koppen (2012)

Para explicar como os conjuntos de traços do pronome como um todo são computados, a autora adota a proposta de Dalrymple e Kaplan (1997). Os traços de participante e individuação seriam juntados em um único conjunto de traços durante a derivação e, como resultado disso, esses traços passam para o nó pronominal mais alto. Esse processo, segundo a autora, é análoga à análise de Dalrymple and Kaplan (1997) para estruturas de DPs coordenados. Esses autores propõem que, em estruturas coordenadas, os feixes de traços, e portanto as especificações dos traços dos Ds conjuntos, são unidos. Em terminologia sintática corrente, quando um nó é juntado a outro, os valores dos traços desses dois nós passam por Merge (e por isso são unidos).

87) John and me love ourselves.

John e eu amamos nós mesmos

(“John e eu amamos a nós mesmos.”)

(van KOPPEN, 2010, p. 149)

O pronome reflexivo *ourselves* em (87) carrega traços e 1.^a pessoa plural. O sujeito, porém, consiste de uma parte que é 3.^a pessoa singular (*John*) e outra parte que é 1.^a pessoa singular (*I*). A pergunta aqui seria com qual elemento o pronome reflexivo concorda, uma vez que nenhuma das partes tem traços de 1.^a pessoa plural. Dalrymple and Kaplan (1997) argumentam que o pronome reflexivo concorda o conjunto unificado de traços dos dois componentes do sujeito, que constituem um conjunto de 1.^a pessoa plural: basicamente um conjunto constituído por mais de uma entidade, incluindo-se aí o falante. Van Koppen explica que, em termos minimalistas, pode-se dizer que, dentro de um sintagma com coordenação, os traços das partes são unidos pela operação Merge: quando os traços de *John* e os traços de *me* passam por Merge, um conjunto de traços mais bem representado como 1.^a pessoa plural passa a existir. Van Koppen sugere que um mecanismo similar opera nas estruturas pronominais: os traços na projeção pronominal, ou seja, os traços de participante e individuação, são unidos por Merge e, dessa forma, se tornam um único conjunto de traços no nó final da projeção pronominal, ou seja, PhiP.

É a partir dessas associações teóricas que van Koppen analisa a concordância de complementizadores em dialetos do holandês. É central nesta análise a ideia de que os traços de participante, por serem inseridos separadamente dos traços de individuação, e por serem inseridos na periferia esquerda (no caso, da projeção pronominal), podem participar de relações Agree independentemente de outros traços na projeção pronominal. Dessa forma, os dois tipos dialetos são explicados. Os dialetos que apresentam concordância em C idênticos à marca que aparece no verbo refletem casos de Agree com o nó PhiP integral, mais alto. Os dialetos de concordância dupla, que apresentam uma marca em C e outra no verbo surgem de uma relação Agree com um alvo interno a PhiP, ou seja, com o traço de participante na periferia de PhiP.

4.4 O traço relevante para os RC do PB

O paradigma dos pronomes clíticos do PB é bastante empobrecido, quando comparado com o PE e com outros estágios do português, como discutido no capítulo 2. As formas amplamente atestadas em nossos dados dialetais, *me* e *te*, não parecem portar

muitos traços. Há algumas evidências de que os clíticos *me* e *te* não carregam mais que um traço. Por exemplo, é possível encontrar estruturas redobradas com *mismatch* de traços de número:

88)

- a. Ô zé, ô **te** contá **p'cês** qui...³⁰
- b. que Deus **te** ilumine **você** e sua família

É bem verdade que essa não identidade de traços não pode ocorrer para a 1.^a pessoa do plural, em uma estrutura do tipo “**ele me ajuda nós/ a gente*”. Mas vimos, por outro lado, o argumento de van Koppen (2012), para quem traços de participante (associados à categoria de pessoa) e traços de individuação (associados à categoria de número) não estão interligados. Para esta autora, o traço da série de participante que equivale ao falante é sempre singular, e um pronome de 1.^a pessoa plural não equivale a uma pluralidade de 1.^{as} pessoas, mas a um conjunto que contém o falante. O traço destinatário, porém, não seria especificado para número, uma vez que a categoria de destinatário não é necessariamente singular ou plural. Essa perspectiva parece conciliável com os dados em (88). Mesmo assim, um paralelo de (88-b) com a forma *me* é possível: “*Ele me ajudou eu e meus irmãos*”.

Além disso, os clíticos *me* e *te* não estão envolvidos na checagem de Caso do pronome associado. O caso do objeto é valorado por *v*, e por isso mesmo a estrutura redobrada é possível. Se os clíticos *me* e *te* recebessem caso de *v*, não haveria uma fonte atribuidora de Caso para os DPs redobrados, a menos que eles fossem sempre preposicionados. Como vimos em todos os exemplos de RC acusativos, não é isso o que acontece.

Embora tenhamos abandonado a hipótese apresentada no capítulo 3, há alguns insights lá que devemos considerar. A ocorrência dos RC no PB com apenas as formas *me* e *te* indicam que os traços [falante] e [destinatário] são determinantes nessas estruturas. Não parece haver outros traços, além da série de participante, presentes na realização dos RC no PB: as formas *me* e *te* não codificam outros traços- ϕ (número e gênero) e não estão envolvidos com traços de Caso.

³⁰ Machado-Rocha (2013), estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte.

O trabalho de van Koppen (2012) oferece alguns elementos para postularmos que RC no PB, e a cliticização de objeto em geral, estão associados a um traço de participante da fase-v. Nos dados analisados para a concordância dupla com complementizadores do holandês, van Koppen assume que traços de participante desencadeiam concordância de modo independente. Para os nossos dados, vamos assumir que a projeção de concordância em questão não possui outros traços, para além do traço da série de participante. Além disso, vamos adotar um sistema de traços diferentes do proposto em van Koppen. Vamos assumir, baseados em Adger (2006), apenas um traço bivalente, responsável pela codificação tanto do falante, quanto do destinatário. Este traço será [_vautor:±]. Dependendo do valor atribuído a este traço na relação de concordância, ele resulta em uma forma associada ao falante [autor:+] ou ao destinatário [autor:-]. Vamos desenvolver esta hipótese no capítulo 5.

As abordagens de Baker (2008) e D&W (2010) criam um cenário em que a referência de pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas não é inerentemente específica (indicial, nos termos de D&W), como defendido pela maior parte da literatura, mas depende da estrutura interna da projeção do DP e da relação com operadores específicos na sentença. Esses trabalhos formalizam a intuição de Bleam (1999), para quem a noção de especificidade não está associada a um traço sintático. Essa perspectiva é mais conciliável com os dados do PB que, como vimos, permite leituras genéricas de clíticos simples e RC. Nesse sentido, temos que considerar que os clíticos *me* e *te* são elementos φ , apenas. Essa hipótese é consonante com a maioria das análises para elementos clíticos.

4.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, discutimos trabalhos que preparam o terreno para nossa hipótese central, orientada para uma análise dos RC do PB como relações de concordância. O&R (2010), de modo semelhante ao que propusemos para o PB, no capítulo 2, assumem que os clíticos do espanhol participam de um sistema único de concordância de objeto, com a exceção de que a os clíticos acusativos de 3^a pessoa que não fazem parte desse

sistema. Bleam (1999) questiona o status inerentemente específico de clíticos acusativos, demonstrando que a interpretação específica é composicional e não depende do clítico, propriamente. Baker (2008) propõe que as relações de concordância para elementos de 1ª e 2ª pessoa fazem parte de um sistema diferente de Agree: a concordância operador-variável. Essa hipótese encontra sustentação no trabalho de D&W (2010), que demonstram que pronomes- ϕ são pronomes não indiciais, ou seja, que podem exibir comportamento de variáveis. Por fim, van Koppen oferece um exemplo de concordância independente para traços de participante, o que oferece um paralelo para a concordância do traço- ϕ envolvido nos RC do PB.

5. Os RC no PB como instâncias de concordância de objeto

Um conjunto representativo dos dados do PB dialetal que pretendemos analisar é o seguinte:

89) RC com acusativos³¹

- a. cê pode intrá qu'eu **te** ajudo **ocê** no qu'eu pudé
- b. aí começô a **me** xingá **eu**
- c. tinha cinco médico lá... **me** oiano **eu** assim
- d. ê... **te** ajudo **ocê**
- e. se cê ua hora acha um que **te** acerta **ocê**
- f. ê começa a **me** xingá **ô** de novo
- g. se fosse **te** entrevistá **ocê** sem... sem apreparo
- h. e lá é o seguinte, ou você faz [natação] ou eles **te** dispensa **você**
- i. Aí, F, tá **te** tirano **ocê**, zé...
- j. Aí, F, **te** tirano **ocê**, doido...
- k. somente uma tia que **me** acolheu **eu** e meus irmãos
- l. que ele **te** abençoe **vc**
- m. que Deus **te** ilumine **você** e sua família
- n. se você puder **me** ajudar **eu** e meus irmãos

90) RC com dativos³²

- a. deixa eu **te** perguntar **ocê** um negócio
- b. eu tô **te** falando pra **você**
- c. que mãe todo dia **me** falava **comigo** pa mim num demorar
- d. Ô zé, ô **te** contá **p'cês** qui... O cara vai voltá já...
- e. Porque a hipoteca cê **me** devolve é **pra mim**...

³¹ Os dados de (a) a (g) são de Ramos (2010), fala de Piranga; (h) é da fala de Belo Horizonte; (i) e (j) são de Machado-Rocha (2013), alunos de Ensino Médio de Belo Horizonte; os dados de (k) a (n) são de Vitral (2014), projeto Cartas ao Papai Noel.

³² Os dados de (a) a (c) são de Ramos (2010), fala de Piranga; (d) e (e) são de Machado-Rocha (2013), fala de alunos de Ensino Médio de Belo Horizonte.

91) RC com sujeitos ECM³³

- a. tem vez quês num gosta munto de me dexá eu ficá lá não
- b. ela pidiu pai pa me dexá eu ficá com ela uns tempo

92) RC com sujeito de minioração³⁴

- a. aí ele cumeçô a me xingá eu de maria-vai-com-as-zôta
- b. pegô e me chamô eu de Maria vai com as zôta ...
- c. aí ele começô a me xingá ô de Maria vai co as zôta ...
- d. Me chama eu de moça não... qu'eu fico bravo

93) RC com possessivos³⁵

- a. argum fii que me ... que me atendê meu pedido
- b. Troca iss'aqui no banco e me paga meu dinheiro
- c. A T tá me extorquindo 'qui minhas coisa, uai...
- d. ô véi, esses cara qué me furá meu...

94) RC com expressões idiomáticas³⁶

- a. toda casa que ele ia me metia ne mim o ferro
- b. num sei o quê que me deu na minha cabeça

Esse conjunto de dados demonstra que os RC no PB podem ocorrer em contextos bastante variados. Uma pergunta imediata aqui é se esses contextos representam estruturas diferentes ou variações de uma mesma estrutura básica. Como discutimos no capítulo 1, esses dados sugerem que o RC no PB é um caso de opcionalidade sintática, visto não há contextos obrigatórios para os redobramentos. Em todas as ocorrências de (89) a (94), as estruturas simples (ou com apenas o clítico, ou com apenas o pronome livre) são gramaticais e intercambiáveis, sem alterações dos sentidos das sentenças.

³³ Ramos (2010), fala de Piranga.

³⁴ De (a) a (c): Ramos (2010), fala de Piranga; (d): Machado-Rocha (2013), estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte.

³⁵ (a): Ramos (2010), fala de Piranga; (b) a (d): Machado-Rocha (2013), estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte.

³⁶ (a): Ramos (2010), fala de Piranga; (b) Ramos (2010), fala de Acerburgo.

95)

- a. cê pode intrá qu'eu te ajudo ocê no qu'eu pudé
- b. cê pode intrá qu'eu te ajudo no qu'eu pudé
- c. cê pode intrá qu'eu ajudo ocê no qu'eu pudé

No capítulo 3, discutimos uma tentativa de análise para os RC do PB e nos deparamos com um problema fundamental: os dados do PB sugerem que as estruturas de RC não são condicionadas por efeitos interpretativos. A perspectiva de análise de RC como associados a efeitos interpretativos segue a tradição linguística que se dedicou prioritariamente a investigar redobros de clíticos acusativos de 3.^a pessoa. Como discutimos, muitas análises relacionam esses clíticos a determinantes, o que é completamente inviável para uma análise dos dados do PB, compostos por redobros dos pares pronominais *me/eu*, *te/(v)ocê*.

No capítulo 4, porém, introduzimos a discussão de Bleam (1999) e Ormazabal & Romero (2010), que em tudo parecem conciliados com as expectativas que pretendemos desenvolver neste capítulo: segundo O&R, os clíticos acusativos de 3.^a pessoa do espanhol são um sistema à parte, de fato mais próximos dos determinantes nesta língua, e não pertencem ao sistema de concordância clítica da língua. O paradigma geral dos clíticos no espanhol representa um sistema de marcas de concordância. Para Bleam, mesmo os clíticos acusativos de 3.^a pessoa não seriam intrinsecamente específicos, embora ela também assuma que a sintaxe desses elementos se diferencie dos demais clíticos na língua.

Temos, então, um conjunto de premissas que precisamos considerar na construção de nossa hipótese. São elas:

(i) As estruturas de RC no PB são opcionais. Covariam com essas construções as estruturas simples com apenas o clítico e as estruturas simples com apenas o pronome livre. Precisamos formalizar essa opcionalidade. Para tal, vamos discutir o modelo de opcionalidade sintática desenvolvido em McCloskey (1996).

(ii) Os elementos *me* e *te* estão fixos na posição pré-verbal. Essa fixação sugere que esses dois elementos estão perdendo a possibilidade de cliticização em várias posições na sentença. Tal comportamento é mais próprio das marcas de concordância do que de clíticos propriamente. Nesse sentido, o modelo de Sportiche (1996) e as análises de Bleam (1999) e Ormazabal & Romero (2010) são conciliáveis com nossos dados, o que os caracteriza como uma concordância de objeto.

(iii) Os RC no PB não estão associados a efeitos interpretativos. Isso nos leva a acreditar que tais estruturas, então, refletem apenas instâncias de concordância. Vamos discutir a noção de Cadeia de Concordância Pura, como proposto em Adger (2006). A partir deste trabalho, vamos também identificar o traço envolvido na concordância dos RC do PB, qual seja, o traço de [autor].

Vamos começar a construção de nossa hipótese, considerando que a estrutura básica do RC no PB é cl-V-DP. Para isso, vamos assumir que, mesmo no caso dos redobros com DPs dativos, estamos diante de um DP de fato, e os elementos *pra* e *com* não são preposições reais, nestes contextos, mas marcas de caso. PPs no PB não aceitam cliticização em hipótese alguma, o que faz dessa operação um diagnóstico para se diferenciarem preposições de marcas de caso.

96)

- a. A Maria falou a verdade com/pra você
- b. A Maria te falou a verdade
- c. A Maria te falou a verdade com/pra você
- d. A Maria te falou com/pra você a verdade

97)

- a. A Maria conversou com você
- b. * A Maria te conversou
- c. * A Maria te conversou com você

Uma propriedade patente dos clíticos *me* e *te* no PB é que eles não distinguem o caso do DP associado, como fica claro nos exemplos de (89) a (94). Por isso, tudo indica que o processo de cliticização dessas formas é o mesmo para as ocorrências de acusativo e dativo. Vamos começar nossa análise a partir desses dois grupos e depois estendê-las aos demais.

Nesta nova tentativa de análise, vamos considerar o núcleo clítico como um núcleo opcional, seguindo as intuições de McCloskey (1996), gerado no domínio funcional do verbo, na esteira de Sportiche (1996). A ideia central de nossa abordagem é que este núcleo porta um único traço bivalente não valorado [_uautor: ±] (Adger, 2006). Na próxima seção, vamos revisar os trabalhos que sustentam esta hipótese.

5.1 Fundamentação da hipótese

5.1.1 Sportiche (1996): Projeções clíticas

Como vimos no capítulo 2, em Sportiche (1996), clíticos são tratados como núcleos funcionais que possuem sua própria projeção. Vamos retomar aqui os aspectos principais dessa teoria, a começar pela estrutura proposta para a sintaxe de cliticização (Sportiche, 1996, p. 235), como apresentado no (diagr. 4), repetido abaixo:

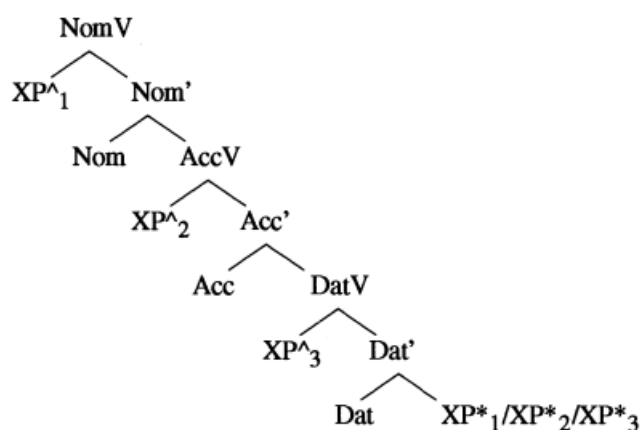


Diagrama 4 - Projeções Clíticas de Sportiche (1996)

Nessa abordagem, o RC e a cliticização simples são estruturalmente idênticos, e ambos realizam uma relação de concordância com um argumento, quer seja um DP ou um objeto *pro*. A diferença essencial entre o RC e a cliticização simples tem a ver com quais partes da estrutura são realizados de modo visível ou encoberto.

Todo clítico $XP^\wedge$ estaria relacionado com um argumento XP^* e, em algum ponto da derivação (seja antes do Spell-out ou na LF), o XP^* deve ser mover para a posição clítica $XP^\wedge$, para estabelecer uma configuração Spec-núcleo, requerida pela operação de concordância.³⁷ Um ponto importante deste modelo é que o dilema movimento X inserção desaparece, uma vez que temos tanto a inserção do clítico quanto o movimento

³⁷ No modelo minimalista atual (CHOMSLY, 1993, 1995) e no modelo de Fases (CHOMSKY 2005), não precisamos estipular a necessidade de movimento para o estabelecimento e uma configuração Spec-núcleo, mas assumir simplesmente uma relação Agree entre $XP^\wedge$ e XP^* .

do argumento. De modo semelhante, o problema da distribuição complementar entre clíticos e argumentos, como discutido inicialmente em Kayne (1975) também se resolve.

No caso dos argumentos acusativos, o clítico seria responsável pelo licenciamento do traço de especificidade no XP principal. Quanto aos clíticos dativos, eles são considerados com marcas de concordância pura, uma vez que carecem do traço de especificidade.

Para motivar o movimento de XP* para XP[^], Sportiche alinha o movimento dos clíticos à sintaxe geral do movimento. Para tal, ele propõe o Critério do Clítico, segundo o qual o clítico e seu XP associado devem estar numa estrutura de Spec-núcleo em LF (ver capítulo 2, p. 44). É a partir desse critério que Sportiche vai derivar as várias possibilidades de realização de clíticos e argumentos, que podem ser visíveis ou encobertos, de acordo com os parâmetros de construções com clíticos, que predizem que:

- i. O movimento de XP* para XP[^] pode ocorrer de modo visível ou de modo encoberto;
- ii. O núcleo (ou seja, o clítico) pode ser visível ou nulo;
- iii. XP* (ou seja, DP) pode ser visível ou nulo.

Com essas generalizações em mãos, Sportiche pretende explicar as variações interlinguísticas das construções com clíticos, como apresentado na Tabela 2, repetida abaixo:

Tabela 2 - Estruturas clíticas de acordo com Sportiche (1996)

XP* (DP)	Movimento para XP[^]	Núcleo	Construção resultante
encoberto	visível ou encoberto	visível	clítico simples (francês, italiano, holandês)
visível	encoberto	visível	RC (espanhol, romeno)
visível	visível	visível	concordância de objeto (árabe libanês)
visível	visível	encoberto	scrambling (holandês)

Um ponto central nesta abordagem é a assunção de que toda construção com clítico é de fato uma construção de redobro. A cliticização simples é uma instância de XP* não visível (um objeto *pro*), enquanto que a estrutura redobrada tem um DP visível. O argumento não cliticizados, por outro lado, é um caso de XP* visível com um XP^ (o clítico) nulo.

5.1.2 McCloskey (1996): Projeção de concordância opcional

McCloskey (1996) propõe que projeções Agr possam ser opcionais dentro de uma dada língua, no sentido de que elas podem estar presentes ou ausentes na derivação. Essa hipótese é elaborada a partir de formas “analíticas” de verbos do irlandês, como exemplificado em (98). Verbos na forma analítica apresentam flexão de Tempo, mas não são especificados para nenhum traço de concordância. Compare (98) com (99), em que o verbo concorda normalmente com o sujeito.

98)

D' eirigh go maith leofa.
 TEMPO subir.PASS bem com-eles
 (“Eles agiram bem.”)

99)

Neartaigh a ghlor.
 Fortaleceu dele voz
 (“A voz dele se fortaleceu.”)

De acordo com McCloskey, verbos na forma analítica, como em (98), por não serem especificados para traços de concordância, não requerem a presença de nenhuma projeção de concordância. Projeções de concordância, por sua vez, não têm função em LF (Chomsky, 1991) e, portanto, quando elas não são requeridas pela sintaxe, podem ser deixadas de fora da derivação. O problema para o irlandês é explicar a alternância

entre os verbos regulares, que concordam normalmente, e os verbos analíticos impessoais. A solução proposta por McCloskey é representada no (diagr. 12):

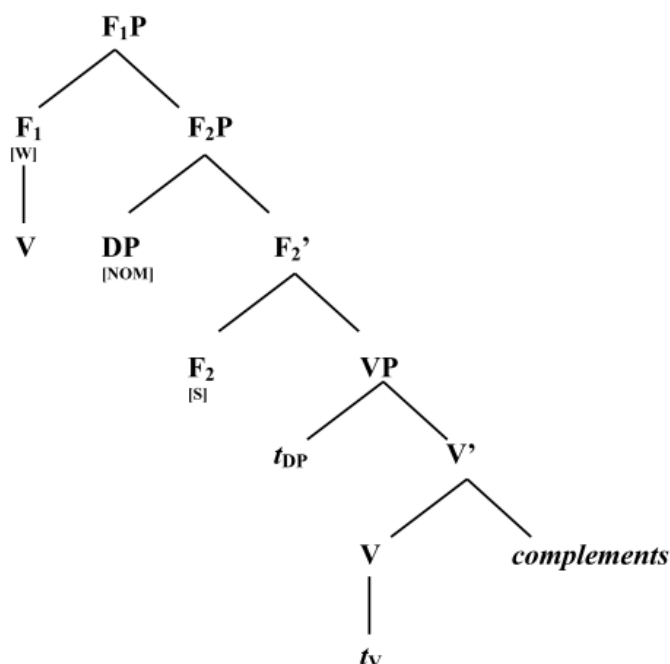


Diagrama 12 - Projeções de concordância em McCloskey (1996)
(MCCLOSKEY, 1996, p. 270)

Em irlandês, F1 seria Tempo e F2, AgrP. Em construções com verbos analíticos, a projeção F2 seria dispensável e, por isso, não faria parte da derivação. McCloskey relembra que é muito comum que Numerações possam variar. No caso do exemplo (98), se F2 não é selecionado, não vai haver nenhum problema para a checagem de traço ou para a interpretação. Por outro lado, se F2 fosse selecionado, seus próprios traços verbais e nominais permaneceriam não valorados e a derivação iria fracassar. Então a conclusão é que, nas construções impessoais do irlandês, apenas F1 está presente, e F2 é deixado de fora. Se, por outro lado, na Numeração inicial há um verbo transitivo que seleciona um DP nominativo, então F2 precisa também estar presente, como um requisito de convergência.

Seguindo a hipótese de McCloskey, vamos argumentar que a projeção clítica do PB, como uma instância de concordância, é também uma projeção opcional. Na

próxima seção, vamos discutir como a presença da projeção clítica é condicionada pela presença de um traço- ϕ em particular, qual seja, o traço [_uautor:±], seguindo Adger (2006). É a partir deste trabalho também que vamos defender que o RC do PB é um caso de cadeia de concordância pura, desvinculada de efeitos interpretativos.

5.1.3 Adger (2006): sistema de traços e operações de checagem nos pronomes

Adger (2006) adota um sistema de traços formais bivalentes. Ele explica que um traço bivalente expressa uma noção de contraste. Por exemplo, [singular:±] é um traço bivalente capaz de classificar pronomes como singulares ou plurais.

Para o sistema pronominal do inglês, o autor propõe que os traços [singular:±], [participante: ±] e [autor: ±] são suficientes para gerar todas as formas. O traço [singular: ±] seria bastante para gerar toda a variação de número necessária, porque nesta língua não há duais ou outras formas para número, nem na morfologia nem na sintaxe. O traço [participante: ±] indica se o pronome se refere a um participante do ato discursivo ou não. E o traço [autor: ±] (Halle, 1997) é responsável pela diferenciação entre falante e destinatário. A relação entre os traços [autor: ±] e [participante: ±] é tal que, se há uma especificação para o traço [autor: ±], consequentemente o traço [participante: ±] tem uma especificação positiva. E o contrário também é verdadeiro: se um pronome é especificado como [participante: +], então ele necessariamente deve ter uma especificação para [autor: ±], ao menos em línguas como o inglês, uma vez que não há formas pronominais que não distinguem entre falante e destinatário. Essas observações são sintetizadas na Restrição de Coocorrência de Traços (FCR, do inglês *Feature Co-occurrence Restriction*):

100) Restrição de Coocorrência de Traços (FCR)

Um item lexical é especificado para [participante:±], sse ele tem uma especificação para [autor:±].

A partir dessas formulações, a composição de traços dos pronomes do inglês seria como a seguir:

Tabela 5 - Composição de traços dos pronomes do inglês, de acordo com Adger (2006)

$\left[\begin{array}{c} \text{singular:}+ \\ \text{participant:}+ \\ \text{author:}+ \end{array} \right]$ I	$\left[\begin{array}{c} \text{singular:}- \\ \text{participant:}+ \\ \text{author:}+ \end{array} \right]$ we
$\left[\begin{array}{c} \text{singular:}+ \\ \text{participant:}+ \\ \text{author:}- \end{array} \right]$ you	$\left[\begin{array}{c} \text{singular:}- \\ \text{participant:}+ \\ \text{author:}- \end{array} \right]$ you
$\left[\begin{array}{c} \text{singular:}+ \\ \text{participant:}- \end{array} \right]$ he/she/it	$\left[\begin{array}{c} \text{singular:}- \\ \text{participant:}- \end{array} \right]$ they

No que diz respeito à concordância, o autor relembra que há alguns traços no léxico que são de natureza puramente formal: os traços não interpretáveis (*u*). Esses traços não estão diretamente associados com a interpretação semântica, mas eles precisam estar presentes em relações de concordância com certos traços interpretáveis, caso contrário, a estrutura se torna mal formada. Duas generalizações resumem essas ideias (Adger, 2006, p. 509):

- 101) Uma cadeia de concordância é um par de itens lexicais (ILs), em que os traços não interpretáveis de um IL é um subconjunto dos traços interpretáveis do outro IL.
- 102) Interpretação Plena
 Todo traço não interpretável deve estar em (um item lexical em) uma cadeia de concordância.

Por exemplo, considere (103) (Adger, 2006, p. 509):

- 103) *He were there.
 Ele estar-PASS lá

O problema aqui estaria relacionado à incompatibilidade na especificação de traços do pronome e do verbo, porque a especificação [_usingular:-] em *were* não está numa cadeia de concordância e, por isso, viola o princípio de Interpretação Plena, como representado em (104):

104) He [singular:+, participante: -] were [_usingular: -, ...] ...

Também para o sistema pronominal do PB, os traços [singular: ±], [participante: ±] e [autor: ±] são suficientes para se explicarem todas as formas. Para os propósitos deste trabalho, vou considerar apenas os traços [participante: ±] e [autor: ±], uma vez que não vamos lidar com formas plurais, mas apenas as formas singulares *me* e *te*. Será central para nossa análise também a noção de cadeia de concordância, como proposta por Adger.

5.2 Estruturação da hipótese

Estamos agora em condições de formular nossa proposta de análise. Vamos seguir Sportiche (1996) e considerar que clíticos possuem sua própria projeção funcional. Essa projeção, como uma instância de Agr, é gerada logo acima de *v*. Embora Sportiche utilize a nomenclatura VoiceP, vamos evitar essa terminologia, para afastar possíveis confusões com projeções que causam alternância de vozes no verbo, e vamos adotar a nomenclatura ClP, que é como Anagnostopoulou (2006, 2015) reinterpreta o trabalho de Sportiche.

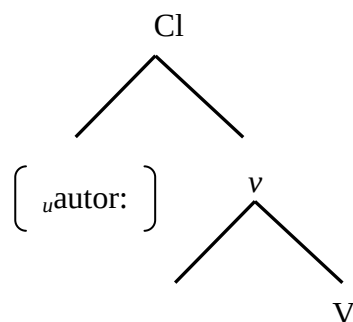


Diagrama 13 - A projeção clítica no PB

A projeção do clítico logo acima de *v* atesta dois fatos empíricos:

(i) o clítico está relacionado com o domínio funcional do verbo. No PB, a cliticização é possível unicamente com esse domínio, seja com a raiz verbalizada ou com o *v*:

105)

a. Ele me ajuda eu

b. ele me fez eu sair

(ii) Os clíticos associados a objetos *me* e *te* do PB nunca aparece em T, como acontece com casos de clíticos sujeitos (ver, por exemplo, Poletto (2006), Roberts (2010b), entre outros). Em PB a cliticização com auxiliares e modais é mal formada:

106)

a. ele não quer me ajudar eu

b. *ele não me quer ajudar eu

Os clíticos objetos não podem ocorrer com nenhum outro núcleo a não ser os núcleos verbais, em PB. Essa fixação da posição, como discutimos, é um indício forte de que essas marcas são elementos de concordância.

Seguindo a proposta de McCloskey, vamos assumir que a projeção do clítico é opcional, uma vez que os dados do PB sugerem que a entrada do clítico na derivação é opcional, condicionada pela presença de um traço valorado na sentença: o traço de [autor]. A terceira peça de construção de nossa análise é a proposta de Adger (2006), em

que traços formais são tratados como bivalentes e não valorados. Na projeção clítica do PB, o traço relevante é [_μautor: ±].

Ainda com base em Adger (2006), vamos assumir que os traços relevantes na configuração das formas clíticas são as seguintes (considerando-se também a forma de 3.^a pessoa, não atestada nas variantes orais investigadas):

107) Composição de traços das formas clíticas *me* e *te* e da forma não atestada na variante oral *o*:

- [participante:+, autor:+] → **me**
- [participante:+, autor:-] → **te**
- [participante:-] → **o**

A terminologia de Adger (2006) relaciona as interpretações de pessoa a apenas um traço bivalente, cujos valores equivalem ao falante [autor:+] e ao destinatário [autor:-], diferentemente de abordagens como as de Harley e Ritter (2002), em que falante e destinatário correspondem a traços distintos. Como veremos a seguir, o traço bivalente captura melhor os fatos do RC do PB.

5.3 Aplicação da hipótese

Propusemos ClP como uma projeção de concordância no domínio de v. Essa projeção hospeda apenas um traço [_μautor:±] que precisa ser valorado.

Como vimos em van Koppen (2012), no holandês, o traço de participante dos pronomes pode desencadear concordância em C. A projeção ClP em PB, como uma instância de traços-φ da sonda-v, também parece poder desencadear concordância separadamente para este traço. A fixação sintática das formas *me* e *te* e a ausência de formas mais especificadas para outros traços pronominais (como é o caso dos clíticos *nos*, *vos* etc., que aparecem na diacronia do português) indicam que esses são clíticos que sofreram empobrecimento de traços. Nossa hipótese é que agora eles representam apenas os dois valores possíveis para o único traço de [autor].

Na literatura, há várias maneiras de se formalizar a operação de concordância entre o objeto e domínio de *v* que gera as formas clíticas. Podemos propor uma projeção de concordância, como estamos fazendo, seguindo Sportiche (1996) e McCloskey (1996). De outra forma, podemos propor que as marcas *me* e *te* são a expressão morfológica de traços- ϕ em *v*, sem a projeção dedicada para a concordância, como faz Roberts (2010). Estamos optando pela primeira forma, por dois motivos principais: (i) o modelo de incorporação de Roberts (2010) precisa necessariamente considerar a Generalização de Kayne, para que o redobro possa ocorrer, visto que *v* está associado a Caso e concordância. Assim, a preposição licenciadora do caso do DP é indispensável, para que *v* fique livre para licenciar Caso no clítico. Como discutimos amplamente ao longo deste trabalho, as marcas *me* e *te* do PB não estão associadas a caso; (ii) Roberts (2010b) aponta o problema do traço D em *v*, que prediz definitude/especificidade para elementos cliticizados. Nossos dados não permitem uma tal predição. Para dispensarmos a projeção clítica, precisaríamos adaptar os mecanismos do modelo de incorporação de Roberts (2010b). Esta é uma escolha teórica que não vamos fazer, embora julguemos que ela não seja de todo inconciliável com nossa análise. Embora o modelo corrente de Chomsky (1995) e Chomsky (2005) sugira que a projeção Agr seja abandonada, vamos rever, fim desse capítulo, uma sugestão de Adger (2006), segundo ao qual há motivos internos à teoria para se adotar esse construto teórico.

Vamos considerar, primeiro, como nossa hipótese se aplica a estrutura de cliticização simples. Vamos ilustrar isso com um argumento de 2.^a pessoa, mas a contraparte de 1.^a pessoa funciona da mesma forma. Relembre que, de acordo com Sportiche (1996), todas as estruturas de clítico objeto são estruturas redobradas, sendo que a única diferença é o tipo de DP na posição de objeto: um DP/pronome visível ou um objeto *pro*.

108) Eu te ajudo *pro*

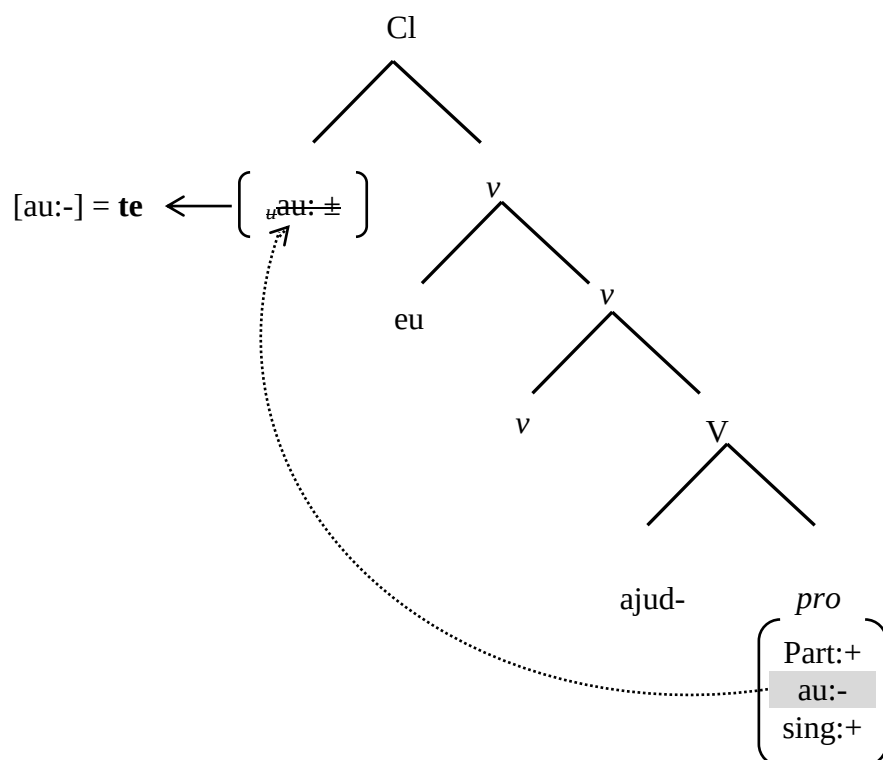


Diagrama 14 - Derivação da estrutura simples com clítico

Em (108), o objeto inserido é um *pro* especificado como [autor:-]. Este objeto permite que ClP seja inserido e, mais do que isso, ele *exige* que o ClP seja inserido, uma vez que *pro* com essas especificações não é licenciado diretamente pelo verbo, mas precisa concordar com um núcleo que carregue traços- ϕ . Objetos nulos sem uma contraparte clítica são obrigatoriamente interpretados como 3.^a pessoa. Quando o objeto em cena é *pro*[autor:-], a ausência do clítico resulta numa estrutura agramatical:

109) **Eu ajudo pro-2P.*

A sentença em (109) só seria gramatical se o *pro* em questão fosse licenciado no discurso, em contextos de pergunta e resposta ou com outro operador. Fora desses contextos, (109) não pode ser interpretado com *eu ajudo você*.

Relembre também que a análise de McCloskey (1996) para as formas verbais analíticas impessoais dispensa a projeção de concordância F2, porque essas formas são

especificadas para Tempo, mas não para traços de concordância. Quando, por outro lado, a Numeração contém um verbo transitivo, que subcategoriza para um NP nominativo, F2 precisa ser inserido como um requisito de convergência da sentença. De modo semelhante, (108) exemplifica uma Numeração que contém um objeto *pro* com traços de 2.^a pessoa e, conseqüentemente, requer a presença do ClP. Uma vez inserida, a projeção clítica entra numa relação Agree com *pro* e tem seu traço [_uautor:±] valorado pelos traços-φ de *pro* como [autor:-]. Essa operação vai resultar na forma clítica relevante, no caso, o clítico de 2.^a pessoa *te*. Tal operação de concordância é possível, quando consideramos a hipótese de van Koppen (2012), segundo a qual traços de participante podem concordar de modo independente dos demais traços pronominais. A diferença entre van Koppen (2012) e nossa análise é que a concordância para o traço de participante no holandês ocorre em C e no PB, em *v*.

Consideremos agora que, no lugar de *pro*, o objeto inserido seja o pronome visível *você*, como em (110):

110) Eu te ajudo você.

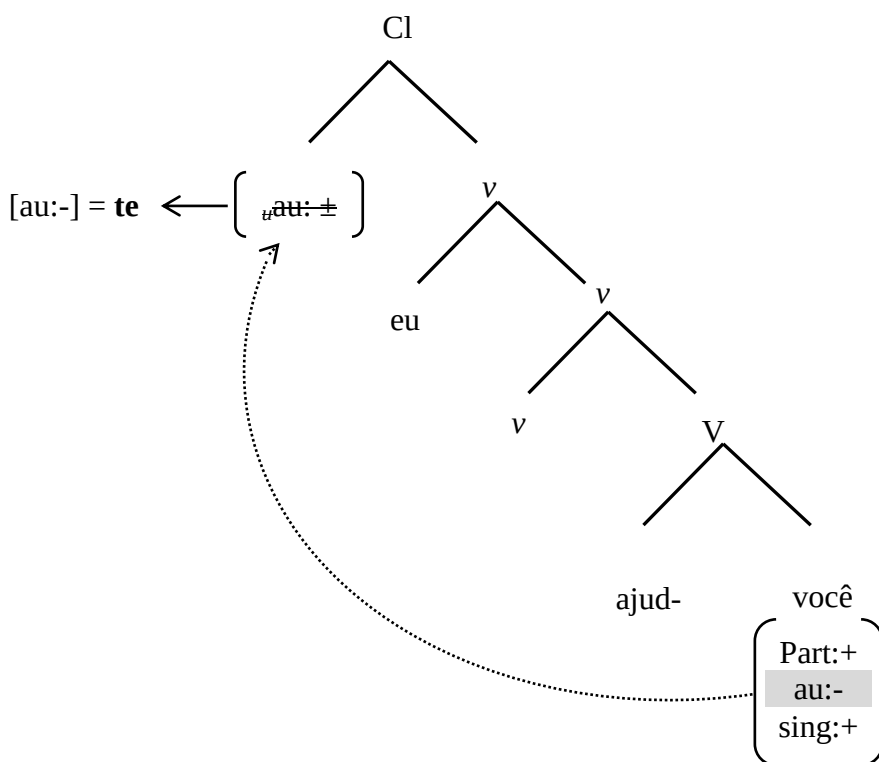


Diagrama 15 - Derivação da estrutura redobrada

Aqui, embora não seja obrigatório, CLP pode ser inserido, uma vez que, na derivação, vai haver um alvo potencial para a valoração dos traços desse núcleo. Nesse caso, o resultado é a estrutura redobrada.

Diante dessas estruturas, surge a pergunta: Por que a projeção clítica “ignora” o sujeito em Spec-v no momento da sondagem? Em (110), o pronome sujeito *eu* está mais próximo de CLP do que o pronome objeto *você*. Esse pronome também possui um traço de autor valorado [autor: +], mas, mesmo assim, CLP “salta” Spec-v e sonda o objeto para sua valoração. Podemos aqui lançar mão de duas hipóteses.

A primeira delas leva em conta a proposta de Baker (2008) de que a concordância de 1.^a e 2.^a pessoas depende de condições especiais e não dos critérios de localidade da relação Agree canônica. Assim, a concordância da projeção clítica se daria pela ligação indireta com o pronome *você*, vista como uma variável ligada ao operador A da sentença, que designa o destinatário. Relembre que, de acordo com Baker, um DP pronominal se torna uma variável no momento mesmo que ele entra numa relação Agree, tornando-se elegível para uma relação e concordância operador-variável. Um problema imediato dessa hipótese é que a concordância clítica do PB ocorre, ao que tudo indica, na fase *v*, e os operadores S e A pertencem à fase C. Poderíamos simplesmente assumir uma versão adaptada de Baker (2008) e propor que esses operadores precisam estar presentes na fase *v*, uma vez que é na fase *v* que os argumentos são inseridos na sentença e assim, é de se esperar que as referências de falante e destinatário já estejam definidas lá. Mas há uma alternativa que dispensa o recurso à operação de concordância operador-variável.

Como discutimos, os clíticos não estão envolvidos na checagem de Caso do pronome associado, porque, no momento em que *v* é inserido, ele checa o caso do objeto. Na sondagem que o traço não valorado da projeção clítica faz, o sujeito em Spec-v, por possuir um traço de Caso não valorado, não conta como alvo possível. Levando-se em conta a generalização de Adger (2006), como apresentada em (101), uma cadeia de concordância se estabelece entre um item lexical LI1 e um item lexical LI2, garantindo-se que os traços de um seja um subconjunto dos traços do outro. No momento em que CLP é inserido, e assim, sonda a estrutura, o pronome sujeito em Spec-v sempre vai apresentar um traço de Caso não valorado (e por isso, não deletado). Por possuir mais traços que a sonda clítica, o elemento em Spec-v é opaco para a sondagem de CLP, e dessa forma essa projeção vai sempre sondar o objeto, que tem seu caso já valorado por *v*, e nunca o sujeito em Spec-v, cujo caso será valorado apenas na próxima

fase. Isso captura o fato de a projeção clítica no domínio verbal do PB ser uma concordância de objeto e não de sujeito. A única situação em que os prefixos *me* e *te* redobram um pronome sujeito é em contextos de sujeito ECM ou sujeitos de minioração, como nos exemplos (111) e (112):

111) RC com sujeito ECM

tem vez quês num gosta munto de me dexá eu ficá lá não

112) RC com sujeito de minioração

aí ele cumeçô a me xingá eu de maria-vai-com-as-zôta

Esses redobramentos de sujeito de encaixada são possíveis exatamente porque, em última instância, os pronomes em questão são objetos do verbo matriz e, por isso, recebem caso acusativo do mesmo domínio verbal em que CIP é inserido. (111) e (112) são mais evidências de que os clíticos *me* e *te* sondam elementos com Caso valorado. Tendo-se em conta (111), embora o pronome *eu* seja sujeito do verbo *ficar*, ele recebe caso de *deixar* e por isso a valoração de acusativo se dá na operação padrão estabelecida com *v*. Quando o clítico é inserido na fase, *eu* já tem seu caso valorado e, por isso, se torna um alvo potencial para o CIP. Isso coloca a análise dos RC em contextos de sujeito ECM e de sujeito de minioração no mesmo rol dos RC com acusativos comuns.

Voltemos agora nossa atenção para a estrutura simples, com apenas o pronome pleno, como em (113).

113) Eu ajudo **você**.

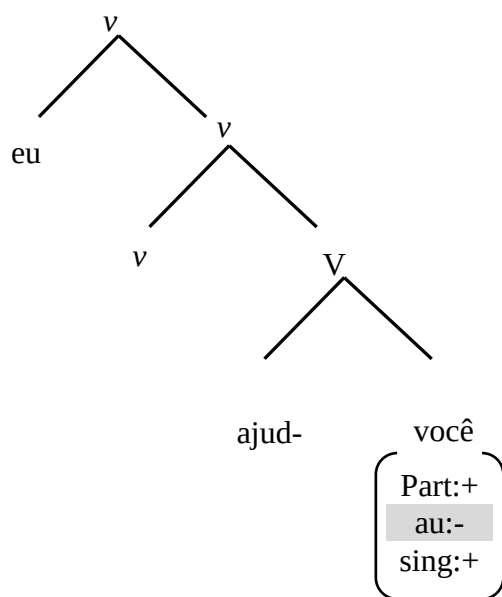


Diagrama 16 - Derivação da estrutura simples com pronome pleno

Uma vez que o ClP carrega apenas um traço não interpretável não valorado, a ausência dessa projeção não possui qualquer efeito semântico e, por isso, ela pode ser deixada de fora, como proposto em McCloskey (1996). Como vimos, este seria o sentido da opcionalidade do clítico nos dados dialetais do PB. Diante de um objeto visível, a projeção clítica é permitida, mas não obrigatória.

Temos ainda de lidar com a situação em que objeto presente na Numeração é um pronome visível de 3.^a pessoa (*ele*). Por que, neste caso, não possível a inserção de ClP e a estrutura em (114) é mal formada?

114) *Eu **o** ajudo **ele**

O problema aqui é que pronomes de 3.^a pessoa não são especificados para o traço relevante da projeção clítica [_uautor:±], porque a sua especificação para o traço [participante:±] é negativa: [participante:-]. Como vimos na formulação de Adger (2006), apenas elementos especificados como [participante:+] possuem um valor para o traço [autor]. Por essa razão, ClP não pode ser inserido, porque não vai haver nenhum alvo de valoração para o traço [_uautor:±] e assim a derivação fracassa neste ponto.

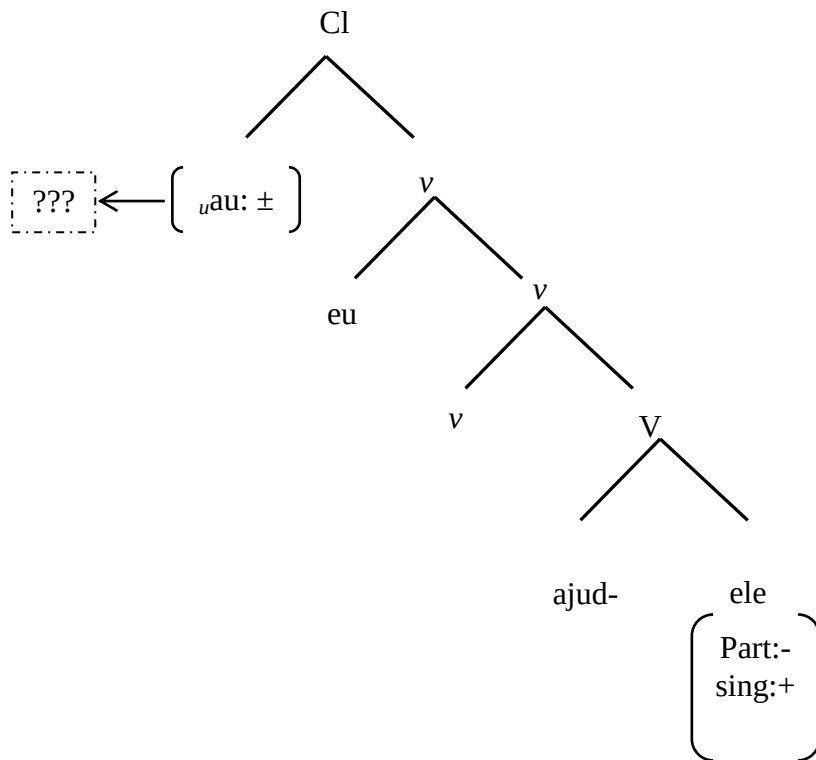


Diagrama 17 - Má formação da estrutura redobrada com clítico de 3.^a pessoa

O mesmo raciocínio se aplica à Numeração que contém um *pro* de 3.^a pessoa. Assim, temos uma explicação para a estranheza do uso de clíticos de 3.^a pessoa em estrutura de clítico simples e a agramaticalidade da estrutura redobrada, tendo-se em conta a variante dialetal oral que estamos considerando.

115) ²Eu o ajudo

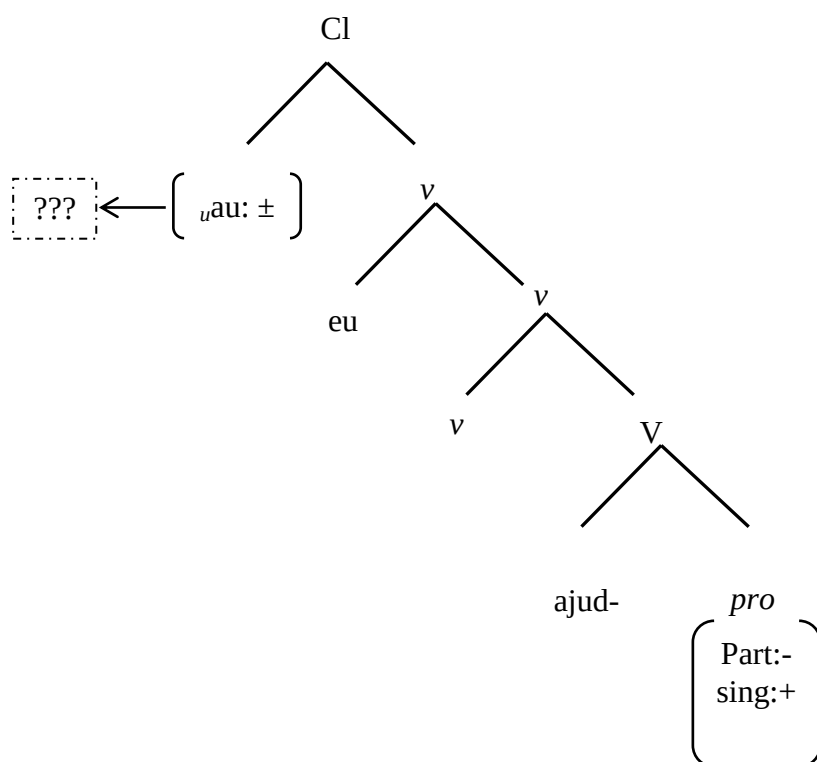


Diagrama 18 - Má formação da estrutura simples com clítico de 3.^a pessoa

Dessa forma, esta análise também explica porque, quando se exclui a possibilidade do objeto nulo, o recurso preferencial para a construção de objeto pronominal de 3.^a pessoa no PB dialetal é com o pronome pleno, cuja estrutura não pede ClP e não permite o clítico.

116) Eu ajudo ele

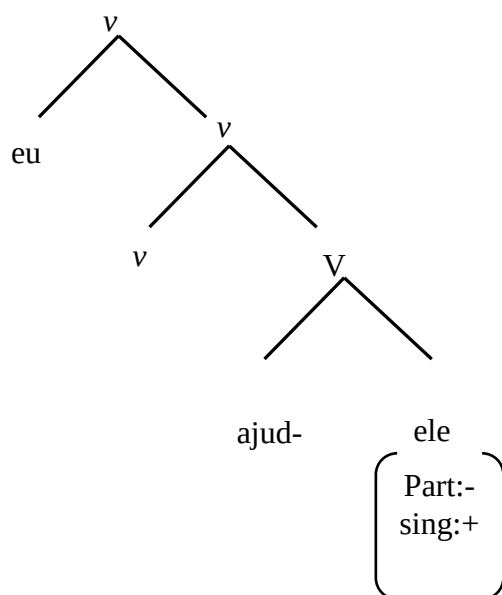


Diagrama 19 - Derivação da estrutura simples com pronome pleno de 3.^a pessoa

Até aqui, discutimos os casos de RC acusativos no PB. Assumimos, além disso, que os DPs dativos também correspondem a um caso de cl-V-DP, e que os elementos *pra* e *com* que antecedem esses DPs são marcas de caso, e não preposições reais, uma vez que preposições reais não aceitam cliticização no PB (e nas línguas em geral). Dessa maneira, casos de RC dativos, com em (117), podem ser analisados a partir da mesma estrutura proposta no diagrama (13). Como demonstramos, um critério para que CIP sonde um elemento pronominal é que este elemento pronominal não apresente traços de caso não valorados. No caso dos dativos, um núcleo aplicativo baixo vai valorar o caso do pronome inerentemente, na posição em que eles são gerados (TORRES MORAIS & SALLES, 2010), permitindo assim que o clítico sonde esse elemento em busca de um valor para seu traço não valorado.

117) Eu tô **te** falando **pra** **você** (*pro/ a verdade/que...*)

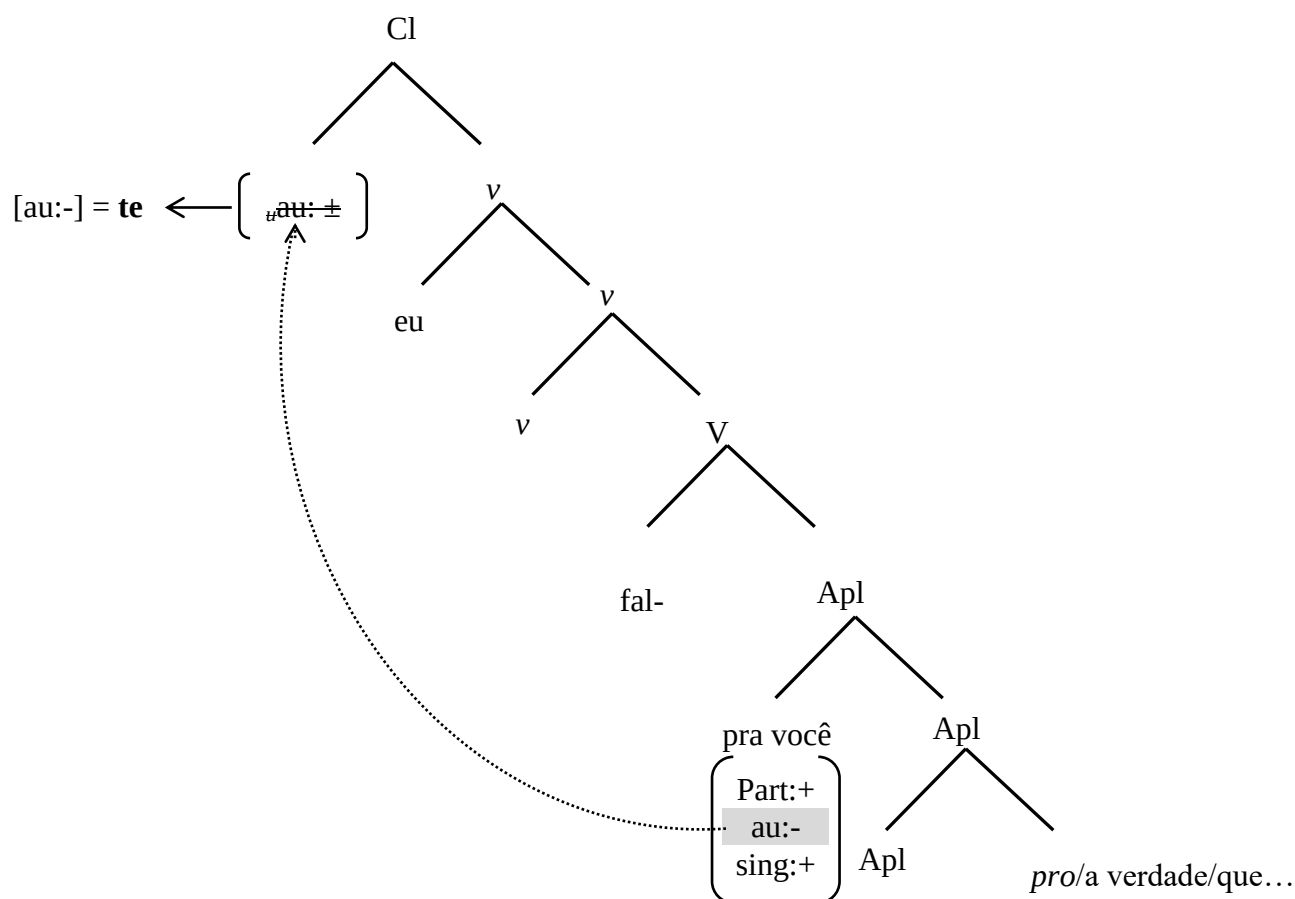


Diagrama 20 - Derivação da estrutura redobrada com argumento dativo

Os RC no PB se realizam apenas com as formas *me* e *te*, analisados aqui como morfemas de concordância, resultado da valoração da projeção e concordância ClP. A maioria dos nossos dados mostra que esse redobramento se dá sempre com os pronomes de 1.^a e 2.^a pessoas *eu* e *você*, e que NPs ordinários não permitem redobramento, porque NPs ordinários são em geral não especificados para o traço envolvido na projeção de ClP [autor:±], sendo [participante:-] e por isso subespecificados para o traço de pessoa, resultando sempre em 3.^a pessoa (BAKER, 2008). No entanto, no PB dialetal, mesmo DPs com núcleos nominais podem ser redobrados, garantindo-se que eles apresentem um valor para o traço sondado pelo clítico. Isso é possível, como ilustrado nos exemplos de RC com possessivos em (93). Na presença de um determinante possessivo

(*meu/minha, seu/sua*), um NP passa a ser constituído por um traço [autor] valorado, o que permite a inserção e a valoração do traço do ClP. A existência desses casos de RC dá grande força à nossa hipótese da projeção clítica composta apenas pelo traço [autor:±].

118) **me** paga **meu** dinheiro

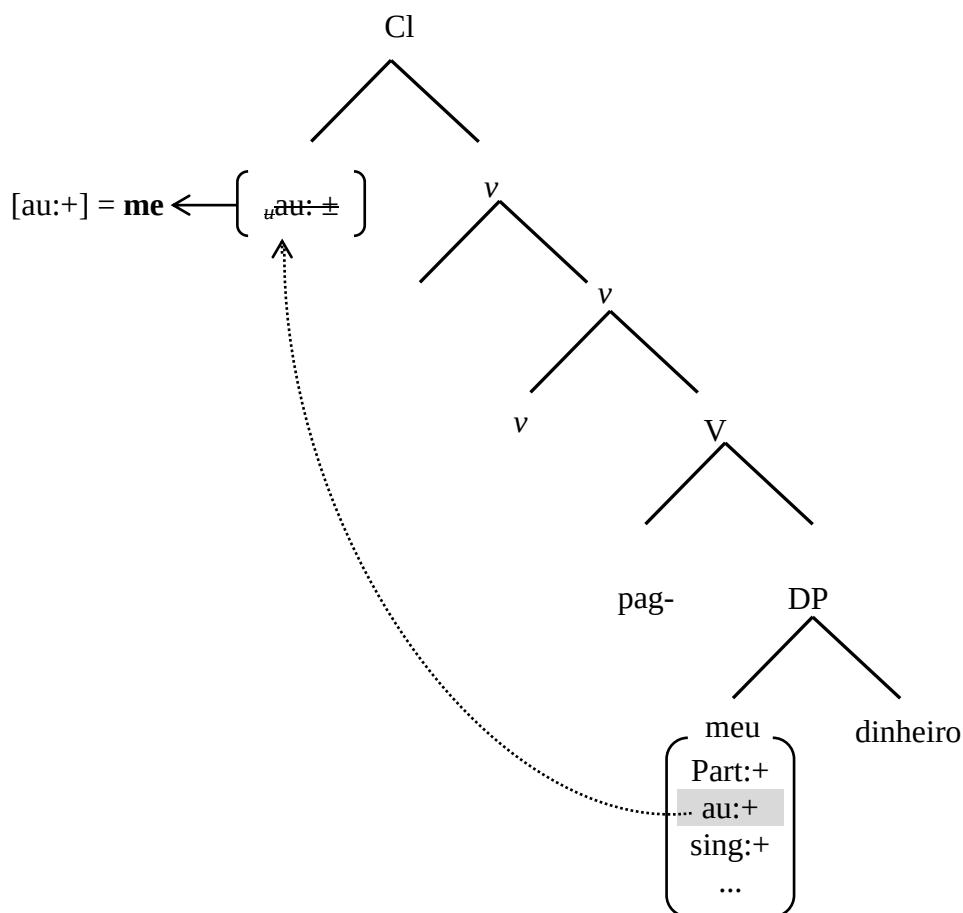


Diagrama 21 - Derivação da estrutura redobrada com um determinante possessivo

Resta ainda o grupo dos RC com expressões idiomáticas.

119) RC com expressões idiomáticas

a. toda casa que ele ia **me** metia **ne mim** o ferro

b. num sei o quê que **me** deu na **minha cabeça**

Expressões idiomáticas deram margem para muita discussão na literatura a respeito de sua interpretação semântica. Num horizonte vasto de abordagens, Nunberg, Sag & Wasow (1994) aparecem como um marco na discussão do dilema composicionalidade vs. não composicionalidade, mostrando que é possível encontrar expressões idiomáticas nas duas situações. Para nossa análise, interessam apenas as estruturas e operações sintáticas mais fundamentais, que vão permitir ou não a inserção da projeção de concordância clítica. Nesse sentido, as expressões em (119) se conformam com nossa estrutura fundamental. Assumindo-se que expressões idiomáticas entram na derivação em bloco, em (119-a) o VP *meter o ferro em* seria invariável, e a pessoa alvo da ação seria variável. Quando o complemento dessa expressão é um pronome de 1.^a ou 2.^a pessoa, a cliticização é possível, o que indica que esse complemento pode ser visto como um DP aplicado, com caso inerente, e por isso o clítico pode ser inserido e valorado. Dessa maneira, a valoração do clítico aqui se dá de modo semelhante aos dativos regulares. Igualmente, a expressão *dar na cabeça* é invariável, e a pessoa experienciadora pode variar. Aqui, porém, estamos diante de um caso de DP com determinante possessivo. É curioso notar que a posse inalienável, que permite a cliticização simples (*me deu na cabeça*) sugere que o determinante possessivo aqui pode ser nulo, embora os traços de pessoa relevante ainda estejam lá. Caso contrário, a cliticização não seria possível. Nesse sentido, a presença do clítico é um diagnóstico para a presença desse determinante encoberto.

120)

- a. num sei o quê que me deu na minha cabeça
- b. num sei o quê que deu na minha cabeça
- c. num sei o quê que me deu na [] cabeça
- d. *num sei o quê que deu na cabeça

O que a análise de todas as ocorrências apresentadas neste trabalho revela é que o RC do PB dialetal se dá sempre dentro de um domínio verbal, cuja estrutura simples fundamental é cl-V-DP. Este DP pode ser um acusativo ou um dativo, visto aqui como um DP aplicado. PPs não podem cliticizar, o que leva a crer que dativos baixos no PB são sempre argumentos aplicados e PP são projeções no nível da sentença, nunca do VP.

5.4 O traço [_uautor: ±] na concordância do PB

No desenvolvimento de nossa análise, partimos da intuição, motivada pelos dados empíricos, de que um traço não de participante é realizado na periferia da fase v. A realização morfológica desse traço, após sua valoração, aparece na superfície como as marcas *me* e *te*, originadas de antigos clíticos que podiam se mover na sentença, mas que agora parecem reanalisadas como morfologias fixas, sempre pré-verbais. Por outro lado, embora estejamos rotulando essa projeção como ClP, a natureza dessas marcas, como toda a discussão indica, não é a de um clítico comum propriamente, mas de uma marca de concordância ou um clítico altamente empobrecido. Vamos, no entanto, manter a terminologia ClP, assumindo que essas marcas representem fases finais de um processo de empobrecimento de traços de clíticos anteriormente mais ricos (ver, por exemplo, Givón (1976), Fuß (2005), Cournane (2008, 2010) e os trabalho basilar de Roberts e Roussou (2003), sobre o processo de gramaticalização que leva elementos pronominais a serem reanalisados como marcas de concordância).

Se nossa hipótese estiver correta, o desaparecimento da forma clítica de 3.^a pessoa e das demais formas clíticas desusadas no PB oral está correlacionado com esse processo de empobrecimento do clítico, em paralelo com sua reanálise como um morfema de concordância.

Van Koppen (2012) argumentou, com base na concordância de Cs, no holandês dialetal, que traços de participante podem desencadear concordância de modo independente dos demais traços-φ da estrutura pronominal. Visto dessa maneira, a autora ainda assume que o traço de participante é inserido separadamente na derivação e juntado posteriormente ao resto da estrutura pronominal por Merge.

A postulação da concordância para o traço [_uautor: ±] no domínio de v-V, especificação bivalente para o traço [participante: +], nos leva a perguntar sobre a presença deste traço na estrutura de concordância da fase C-T em PB. Em outras palavras, haveria casos em que esse traço daria sinais morfológicos em C-T de uma operação de concordância independente, deixando de lado outros traços-φ? Quanto a esta questão, o retorno aos dados dialetais é revelador. Veja alguns casos de concordância Sujeito-verbo da fala de Piranga, comparando a concordância de 1.^a pessoa do singular com as demais:

121) 1.^a P.Sing

- a. eu **moro** ca minha mãe
- b. eu nem **gosto** de ficá per dele

122) 2.^a P.Sing

- a. Cê **gosta** assim das coisa antiga
- b. Que que cê **faz** lá?

123) 3.^a P.Sing

- a. Ele **fica** cutucano a gente.
- b. Ele **bebe** muito

124) 1.^a P.Pl

- a. nós **correu** demais com medo
- b. nós **oiô** pá trais e viu mais nada

125) 2.^a P.Pl

- a. é porque cês **tava** com medo
- b. cês **vai** correno chamá lá o Jésu

126) 3.^a P.Pl

- a. eles **fala** que a gente topa com ele no caminho
- b. os home **pegô** e **vortô**

Levando-se em conta o sistema de concordância sujeito-verbo nessa variante dialetal, parece haver uma marca distintiva única para a 1.^a pessoa singular [autor:+] e todas as outras formas aceitam a flexão default zero [autor:-].

127)

Eu	fal- o
Você	fala-Ø
Ele	fala-Ø
A gente/nós	fala-Ø
Vocês	fala-Ø
Eles	fala-Ø

Curiosamente, mesmo a 1.^a pessoa do plural aceita a forma default. O traço de número parece não ser diretamente relevante para os verbos regulares. Verbos irregulares com raiz monossilábica (constituída de apenas uma consoante), como *ir*, *ser*, *estar* (na forma reduzida: *tô*, *tá*, *tão*) e outros, apresentam uma forma para as pessoas do plural, diferenciada da 1.^a pessoa e da default zero.

128) ³⁸

- a. espera aí, que nois **vão** atrás do cê
- b. agora nois **vão** vortá. Nois **vorta** pa trais
- c. eles **tão** atrais de nois ... **vão** esperá eles embora primero

Ainda assim, mesmo essas formas irregulares permitem a flexão default como em “*nós vai*”, “*cês vai*”. Essas evidências são bastante sugestivas no que diz respeito ao sistema de concordância do PB dialetal em geral. Parece que a concordância com traço [autor] é determinante tanto no domínio de v-V, quando no domínio C-T. Estes pontos, no entanto, fogem ao foco do presente trabalho e deixamos essas questões em aberto para pesquisas futuras. De toda forma, a análise de van Koppen (2012), para quem traços de participante podem concordar independentemente parecem se confirmar no PB.

Em nossos dados, todos os casos de concordância parecem coincidir com Agree e por isso não precisamos lançar mão, diretamente, da conjectura de Baker (2008), segundo a qual concordância de 1.^a e 2.^a pessoas é sempre uma concordância operador-

³⁸ Ramos (2010), fala de Piranga.

variável. Mesmo em casos de objeto dativo, assumimos que não estamos diante de PPs, mas de DPs aplicados. Mesmo assim, o fato de a concordância de objeto nos dados do PB dialetal ocorrerem apenas para a 1.^a e a 2.^a pessoa parecem correlacionados com essa hipótese.

Se as estruturas apresentadas por van Koppen (2012) estiverem corretas, então podemos supor que o traço [autor] se realiza morfológicamente tanto na sonda T, quanto na sonda v em PB dialetal. Obviamente, há a realização de outros traços-φ nessas sondas em outros registros e variedades do PB, que possuem paradigmas mais ricos.

5.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, desenvolvemos nossa proposta de análise para os RC do PB dialetal. Vimos que a variedade de contextos em que os RC ocorrem pode ser reduzida a uma estrutura única, qual seja, cl-V-DP. Em nossa elaboração, assumimos que os RC do PB refletem uma relação de concordância entre uma instância de traços-φ de v, que rotulamos de CIP, e traços-φ dos objetos de 1.^a e 2.^a pessoas. Vimos que a opcionalidade dos RC está relacionada à natureza dos objetos pronominais plenos de 1.^a e 2.^a pessoas no PB, que permitem a entrada da projeção clítica na derivação, mas não a exigem. O traço envolvido na realização das formas clíticas é apenas um traço da série de participante, qual seja, [_uautor:±], o que reflete o caráter altamente empobrecido da composição de traços das formas clíticas remanescentes na variante dialetal analisada. É a presença deste traço em CIP que permite que as formas que trazem uma contraparte valorada possam ser realizadas, nomeadamente as formas de 1.^a e 2.^a pessoa *me* e *te*, ao passo que as formas de 3.^a pessoa, que não possuem uma especificação para [autor] não sejam aceitas. Por fim, discutimos a presença do traço [_uautor:±] na concordância de sujeito no PB dialetal, em que este traço também parece relevante, uma vez que o paradigma dessas variantes parecem distinguir apenas a 1.^a pessoa singular de uma marca *elsewhere* default, para todas as demais pessoas do verbo.

Conclusões

Nesta tese, nos propusemos investigar um conjunto de quatro problemas centrais a respeito dos RC do PB dialetal. Vamos retornar a eles.

(i) A opcionalidade do RC no PB.

Diante das evidências empíricas discutidas ao longo deste trabalho, precisamos assumir que os RC no PB são casos de concordância opcional. Com base em McCloskey (1996), vimos que essa opcionalidade não é irrestrita, mas condicionada pela presença ou a ausência de um traço relevante na Numeração. Propusemos que, no PB dialetal, as formas *me* e *te* são resultado da valoração de um único traço não interpretável, não valorado [_{autor}:±], hospedado em uma projeção dedicada, o ClP, seguindo Sportiche (1996) e Anagnostopoulou (2006, 2015). Para que essa projeção seja inserida na derivação, é preciso que a Numeração contenha uma contraparte valorada neste traço em outro item que possa funcionar como alvo para ClP. Esse item pode ser um pronome pleno, um *pro* com uma especificação para o traço [autor] ou ainda um determinante possessivo especificado para [autor]. Na presença de um pronome pleno na posição de objeto, a projeção do clítico em si é opcional, uma vez que ela carrega apenas um traço não interpretável, não valorado. Se uma dada Numeração contém um pronome pleno de 1.^a ou 2.^a pessoa, ClP pode ser inserido, já que vai haver um alvo potencial, mas não é obrigatório, já que o licenciamento do pronome pleno não depende dessa relação de concordância. Nessas circunstâncias, se o ClP é inserido, o resultado é a estrutura redobrada; se ele é deixado de fora, emerge a estrutura simples com apenas o pronome pleno. Quando o objeto em questão é *pro* especificado para [autor:+] ou [autor:-], porém, ClP precisa também ser inserido, como uma condição de convergência. Caso contrário, *pro* não pode ser interpretado como sendo 1.^a ou 2.^a pessoa. Nessas condições, a estrutura resultante é a cliticização simples.

(ii) No PB dialetal, o RC não ocorre para a 3.^a pessoa, mas apenas para a 1.^a e a 2.^a.

Vimos que a projeção clítica possui apenas um traço: [_{autor}:±]. Quando o ClP é inserido, este traço precisa ser checado contra algum alvo potencial. Se o objeto é 1.^a pessoa, o traço do clítico é valorado como [autor: +]. Se o objeto é 2.^a pessoa, ClP

adquire [autor:-]. Uma vez que pronomes de 3.^a pessoa são subespecificados para traços do ato discursivo, sendo compostos basicamente por [participante: -], a projeção do clítico não pode ser inserida quando o objeto em questão é um elemento de 3.^a pessoa, seja ele pleno ou nulo. Se ela for, seu traço não interpretável leva a derivação a fracassar. Por isso, os RC ocorrem apenas para elementos de 1.^a e 2.^a pessoas, e mesmo a cliticização simples para 3.^a pessoa no PB dialetal é mal formada.

(iii) A amplitude de contextos sintáticos que permitem o redobramento pelas formas *me* e *te*.

Vimos que os RC no PB dialetal podem ocorrer com acusativos, dativos, possessivos, em construções de sujeito ECM, em miniorações e também com objetos dentro de expressões idiomáticas. Embora haja essa variedade de contextos, vimos que a estrutura básica do RC no PB é cl-V-DP. Para que a estrutura de RC seja possível, dois critérios precisam ser atendidos: (i) é preciso haver um [autor] valorado; e (ii), é preciso que argumento redobrado tenha seu traço de Caso valorado. Isso é possível em todos os contextos encontrados. Com os acusativos, o Caso é valorado por *v*; com os dativos, por um núcleo aplicativo; em construções de ECM e miniorações, o pronome sujeito da oração encaixada é também objeto do verbo matriz, e recebem Caso do mesmo *v* em que o clítico ocorre; o mesmo se dá com as expressões idiomáticas, e o Caso do argumento redobrado é valorado por *v* ou pelo núcleo aplicativo. No caso dos redobramentos de possessivo, o traço relevante está no determinante possessivo, o que torna possível o redobramento de DPs.

(iv) O estatuto categorial das formas redobrantes *me* e *te*.

As formas *me* e *te* do PB dialetal não podem ser consideradas como clíticos completos. Demonstramos no capítulo 1 que elas perderam uma propriedade característica dos clíticos, qual seja, a de poderem se hospedar em raízes verbais e em auxiliares. Além disso, essas formas não aceitam sequer posições variadas em relação à raiz verbal (ênclise, mesóclise), mas se fixaram exclusivamente na posição proclítica. A fixação da posição é um indício de reanálise dessas formas como marcas de concordância (ver Machado-Rocha, 2011, para alguns diagnósticos). Além disso, essas formas parecem ter passado por um processo de empobrecimento de traços, de modo que resta nelas apenas um único traço não formal não valorado. Assim, embora

estejamos rotulando a projeção que resulta nessas formas de CIP, *me* e *te* são analisadas neste trabalho como marcas de concordância de objeto.

A ideia de um núcleo que carrega apenas traços- ϕ não interpretáveis vai contra o argumento teórico de Chomsky (1995), para quem AgrP deveria ser banido do modelo. No entanto, esse argumento pode ser relativizado, como nosso trabalho sugere. Núcleos que carregam apenas traços não interpretáveis são plausíveis, do ponto de vista teórico, mas sua instabilidade reflete uma instabilidade do sistema, do ponto de vista diacrônico. Para o caso do PB, essa perspectiva parece correta e pode ser relacionada com a perda gradual da riqueza de traços do sistema pronominal (cf. Nunes, 2011a). Neste sentido, o redobro de clítico na PB é um caso de cadeia de concordância pura (Adger, 2006), não relacionado diretamente com nenhum efeito interpretativo. De acordo com Adger (2006, p. 508), nas cadeias de concordância pura,

“traços puramente formais não estão diretamente associados a interpretações semânticas, mas eles precisam estar numa relação de concordância com traços que, estes sim, são semanticamente interpretados, caso contrário, a estrutura seria mal formada”.

Na discussão da literatura sobre os RC nas línguas, vimos que, em vários momentos, levantou-se a hipótese de um “parâmetro do RC”. De um ponto de vista intralinguístico, os dados do PB nos permitiram desenvolver uma análise unificada, de modo que vários contextos de redobrimento podem ser explicados a partir de uma única estrutura, cl-V-DP, e um único traço motivador ($[_{u}autor:\pm]$). Vimos também que muitos autores perseguiram uma explicação que desse conta dos fenômenos de redobrimento interlinguisticamente, como Sportiche (1996) e vários outros. No entanto, quando comparamos a proposta desenvolvida aqui com análises desenvolvidas para outras línguas, o parâmetro do RC não parece ser factível empiricamente. Por exemplo, os estudos para os RC no espanhol, em sua grande maioria, propõem estruturas distintas para os RC/OD e os RC/OI, o que afasta nossa análise desses trabalhos. Além disso, o espanhol, os dialetos do italiano e o romeno, por exemplo, permitem RC com elementos de 3.^a pessoa, enquanto que o PB os proíbe. Embora não seja um requisito absolutamente obrigatório, vimos que a Generalização de Kayne desempenha um papel importante em vários contextos de RC no espanhol. Roberts (2010b) estende essa generalização para línguas que não possuem um elemento preposicional em contextos de RC, mas em que uma morfologia de caso faz as vezes desse elemento, como no

grego. No PB dialetal, a estrutura básica do RC acusativo não requer nenhum elemento preposicional, o que afasta mais uma vez o fenômeno de RC no PB de outras línguas estudadas para esse fenômeno.

O redobramento sintático é, como discutido em Barbiers (2008), um propriedade comum das operações de concordância. Nesse sentido, as operações de concordância em geral replicam traços de um elemento em outro. Como os fenômenos de concordância são muito variados de língua para língua, é bastante improvável que haja um parâmetro universal específico para o RC. Os RC nas línguas parecem relacionados com as operações de concordância num sentido mais amplo. Se há que se pensar em um parâmetro, ele estaria ligado à concordância em si, e os RC representariam apenas um aspecto particular desse princípio geral.

Referências

- ADGER, D. Combinatorial Variability. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 42, n. 3, p. 503-530, 2006.
- ANAGNOSTOPOULOU, E. *Clitic Dependencies in Modern Greek*. Tese de doutorado. Salzburg University, 1994.
- _____. *The Syntax of Ditransitives: Evidence from Clitics*. Mouton de Gruyter: Berlin/New York, 2003.
- _____. Clitic Doubling. In: EVERAERT, M.; RIEMSDIJK, H. (Eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*, vol. 1, cap. 14, p 519-581. Blackwell Publishing: Oxford, 2006.
- _____. Clitic Doubling (no prelo). Versão atualizada de “Clitic Doubling”, 2006. In: EVERAERT, M; RIEMSDIJK, H. (Eds.) *The Blackwell Companion to Syntax*. Oxford: Blackwell Publishing, 2015. Disponível em: <<http://www.philology.uoc.gr/staff/anagnostopoulou/files/a34.pdf>>. Acesso: 11 jan. 2016.
- AOUN, J. *The Formal Nature of Anaphoric Relations*. Tese de doutorado, MIT, 1981.
- BAKER, M. Explaining the restriction on person agreement. In: BAKER, M. *The syntax of Agreement and Concord*. Cambridge University Press: New York, 2008. p. 111-152, cap. 4.
- BARBIERS, S. Microvariation in syntactic doubling - An introduction. In: BARBIERS, S. et al (eds.). *Microvariation in syntactic doubling*. Syntax and Semantics, vol. 36. Bingley: Emerald, 2008. p. 1-34.
- BAYER, J; BADER, M; MENG, M. Morphological underspecification meets oblique case: syntactic and processing effects in German. *Lingua* 111, p. 465-514, 2001.
- BELLETTI, A. Extending doubling to non-lexical domains: complete vs. partial copying + deletion and related reconstruction issues. In: BRANDT, P; FUSS, E. (eds). *Form, Structure and Grammar*. A festschrift presented to Günther Grewendorf on occasion of his 60th birthday. Studia Grammatica 63. Akademie Verlag: Berlin, 2005.
- BESTEN, H. Associative DPs. In: CREMERS, C; DIKKEN, M. (eds.). *Linguistics in the Netherlands*. 13–24. John Benjamins: Amsterdam, 1996.
- BIBERAUER, T. *Verb second (V2) in Afrikaans: a minimalist investigation of word-order variation*. Tese de doutorado. University of Cambridge, 2003.
- BIBERAUER, T.; ROBERTS, I. Changing EPP parameters in the history of English: accounting for variation and change. *English language and linguistics*, vol. 1, p. 5-46, 2005.
- BLEAM, T. *Leísta Spanish and the Syntax of Clitic Doubling*. Tese de doutorado. University of Delaware, 1999.

BORER, H. *Parametric Syntax: Case Studies in Semitic and Romance Languages*. Dordrecht: Foris, 1984.

BOUCHARD, D. *On the Content of Empty Categories*. Tese de doutorado. MIT, 1982.

BURZIO, L. *Italian Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1986.

CARDINALETTI, A; STARKE, M. The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the three classes of pronouns. In: van RIEMSDIJK (ed.). *Clitics in the language of Europe*. Mouton et Gruyter: Berlin, 1999. p. 145-234.

CARVALHO, D. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português*. Tese de doutorado, UFAL, Maceió, 2008.

CASTILHO, C. *O processo de redobrimento sintático no português medieval*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CHOMSKY, N. *Barriers* (Linguistic Inquiry Monograph 13). MIT Press: Cambridge, MA, 1986.

_____. Some notes on economy of derivation and representation. In: FREIDIN, R. (ed.). *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. MIT Press: Cambridge, MA, 1991, p. 417-54.

_____. A minimalist program for linguistic theory. In: HALE, K; KEYSER, S. (eds.) *The View from Building 20*. MIT Press: Cambridge, MA, 1993, p. 1-52.

_____. *The Minimalist Program*. MIT Press: Cambridge, MA, 1995.

_____. Minimalist Inquiries: The framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D; URIAGEREKA, J (eds.). *Step by Step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. MIT Press: Cambridge, Mass, 2000. p. 89-155.

_____. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M (ed.) *Ken Hale: A Life in Language*. MIT Press: Cambridge, MA, 2001.

_____. *On Phases*. Manuscrito. MIT, 2005. Disponível em: <http://www.fofssil.in/Chomsky_Phases.pdf>. Acesso: 11/01/2016.

CORRÊA, V. *O objeto nulo no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1991.

COURNANE, A. *The Grammaticalization of Subject Clitics in Quebec French: An Analysis of Reanalysis*. Manuscrito, University of Toronto, 2008.

_____. *Using synchronic microvariation to understand pathways of change: subject clitic doubling in Romance dialects*. Proceedings of the 2010 annual conference of the Canadian Linguistic Association, 2010. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2010/CLA2010_Cournane.pdf>. Acesso: 11/01/2016.

- CYSOUW, M. *The paradigmatic structure of person marking*. Tese de doutorado. University of Nijmegen, 2001.
- DALRYMPLE, M; KAPLAN, R. A set-based approach to feature resolution. In: BUTT, M; KING, T (eds.). *Proceedings of the LFG 97 conference*. CSLI: San Diego, 1997.
- DÉCHÂINE, R-M; WILTSCHKO, M. Decomposing Pronouns. *Linguistic Inquiry* 33, p. 409-442, 2002.
- _____. *When and why can 1st and 2nd person pronouns be bound variables?* Manuscrito, 2010. Disponível em:<http://lingserver.arts.ubc.ca/linguistics/sites/default/files/dechaine_wiltschko.pdf>. Acesso: 11/01/2016.
- DOBROVIE-SORIN, C. Clitic Doubling, Wh-Movement, and Quantification in Romanian. *Linguistic Inquiry*, v. 21, p.351–397, 1990.
- FILLMORE, C. *Lectures on Deixis*. CSLI Publications: Stanford, 1997. Publicado originalmente por Indiana University Linguistics Club, 1971.
- FRANCO, J. *On object agreement in Spanish*. Tese de doutorado, USC, Los Angeles, 1993.
- FUß, Eric. *The Rise of Agreement: A formal approach to the syntax and grammaticalization of verbal inflection*. John Benjamins: Amsterdã / Filadélfia, 2005.
- GALVES, C. A sintaxe pronominal do Português Brasileiro e a tipologia dos pronomes. In: GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Editora da UNICAMP: Campinas, 2001.
- GIVÓN, T. Topic, Pronoun and Grammatical Agreement. In: CHARLES, L (ed.). *Subject and Topic*. Academic Press: New York, 1976. pp. 88-149.
- GROAT, E. English Expletives: A Minimalist Approach. *Linguistic Inquiry*, v. 26, p. 354-365, 1995.
- HALLE, M; MARANTZ, A. 1993. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K; KEYSER, J (Eds.) *The View from Building 20*. MIT Press: Cambridge, ,1993, p. 111-176.
- HALLE, M. Distributed Morphology: impoverishment and fission. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 30, p. 425–449, 1997.
- HARLEY, H; RITTER, E. Person and number in pronouns: A feature geometric analysis. *Language* 78(3), p. 482–526, 2002.
- HEUSINGER, K. Specificity. In: HEUSINGER, K; MAIENBORN, C; PORTNER, P (eds.). *Semantics - An international handbook of natural language meaning*, vol. 2, p. 1025-1058. De Gruyter: Berlin, 2011.
- ILJIC, R. Quantification in Mandarin Chinese: two markers of plurality. *Linguistics* 32, p. 91–116, 1994.

- IONIN, T. This is definitely specific: specificity and definiteness in article systems. *Natural language semantics*, vol. 14, p. 175-234, 2006.
- JAEGGLI, O. *Topics in Romance Syntax*. Foris: Dordrecht, 1982.
- _____. (1986). Three Issues in the Theory of Clitics: Case, Doubled NPs and Extraction. In: BORER, H. (ed.) *The Syntax of Pronominal Clitics*. Academic Press: New York, 1986, p. 15-42.
- KAPLAN, D. Demonstratives. In: ALMOG, J; PERRY, J; WETTSTEIN, H (eds.). *Themes from Kaplan*. Oxford University Press: Oxford. 1989.
- KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES M; KOLLER, E; TEIXEIRA, J; LEMOS, A (orgs). *Ciência da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. CEHUM (U. do Minho): Braga, 2005, p. 131-245.
- KAYNE, R. *French Syntax*. MIT Press: Cambridge, MA, 1975.
- _____. *The Antisymmetry of Syntax*. Linguistic Inquiry Monographs, vol. 25. MIT Press: MA, 1994.
- _____. *Parameters and Universals*. Oxford University Press: Oxford, 2000.
- KOPPEN, M. The distribution of phi-features in pronouns. *Natural language and linguistic theory*, vol. 30, p. 135-177, 2012.
- LONGOBARDI, G. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry* 25, p. 609-665, 1994.
- LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge University Press: Cambridge, 1968.
- MACHADO-ROCHA, R. *Morfossintaxe de caso nos pronomes pessoais do PB/MG atual*. Dissertação de mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- _____. A reanálise dos clíticos **me** e **te** em estruturas de redobro pronominal no dialeto mineiro. *Caligrama* (UFMG), v.16. p. 105-129, 2011.
- _____. Fala espontânea – estudantes do Ensino Médio de Belo Horizonte. *Corpus inédito*, 2013.
- MAGALHÃES, T. *Aprendendo o sujeito nulo na escola*. 2000. Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, 2000.
- MAGALHÃES, T. *O Sistema Pronominal Sujeito e Objeto na Aquisição do Português Europeu e do Português Brasileiro*. Tese de doutorado, Unicamp, 2006.
- MCCLOSKEY, J. Subjects and Subject Positions in Irish. In: BORSLEY, R; ROBERTS, I (eds.) *The syntax of the Celtic languages: a comparative perspective*. Cambridge University Press: New York, 1996, p. 241-283.

MÜLLER, G. Pro-drop and impoverishment. In: BRANDT, P; FUSS, E (eds). *Form, Structure and Grammar. A festschrift presented to Günther Grewendorf on occasion of his 60th birthday*. Studia Grammatica 63. Akademie Verlag: Berlin, 2005.

NEVINS, A. Multiple agree with clitics: person complementarity vs. omnivorous number. *Natural language and linguistic theory* 29, p. 939-971, 2011.

NUNBERG, G; SAG, I; WASOW, T. Idioms. *Language*, vol. 70, n. 3, p. 491-538, 1994.

NUNES, J. On the diachronic reanalysis of null subjects and null objects in Brazilian Portuguese: triggers and consequences. In: RINKE, E; KUPISCH, T (eds.). *The development of grammar: language acquisition and diachronic change - In honor of Jürgen M. Meisel*. John Benjamins: Amsterdã/Filadélfia: 2011, p. 331-354.

_____. The Copy Theory. In: BOECKX, C. (org.). *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford University Press: Oxford, 2011. p. 143-172.

ORMAZABAL, J; ROMERO, J; *Object Clitics and Agreement*. Manuscrito, 2010. Disponível em: < ling.auf.net/lingbuzz/001032/current.pdf>. Acesso: 11/01/2016.

PARTEE, B. Binding implicit variables in quantified contexts. In: WILTSHIRE, C; GRACZYK, R; MUSIC, B (eds.). *Papers from CLS 25*. Chicago Linguistic Society: Chicago, 1989, p. 342-356.

PERLMUTTER, D. *Deep and surface structure constraints in syntax*. Rinehart and Winston Inc.: New York, 1971.

PESETSKY, D; TORREGO, E. Case. In: BOECKX, C (ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford University Press: Oxford, 2011, p. 52-72.

POLETTTO, C. *Doubling as economy*. University of Venice, Working papers in Linguistics, vol. 16, 2006. p. 211-235. Disponível em: <<http://arcaold.unive.it/bitstream/10278/209/1/2006-7s-Poletto.pdf>> Acesso: 11/01/2016.

PREMINGER, O. Breaking agreements: distinguishing agreement and clitic-doubling by their failures. *Linguistic Inquiry* 40, p. 619-666, 2009.

RAMOS, J. *Corpus do dialeto mineiro: textos orais; textos escritos dos séculos XVIII, XIX e XX*. Belo Horizonte: UFMG/FAPEMIG/CNPq/ Núcleo de Pesquisa em Variação Linguística, 2010. (Versão eletrônica)

RICHARDS, M; BIBERAUER, T. Explaining Expl. In: DIKKEN, M; TORTORA, C (eds.) *The function of function words and functional categories*. John Benjamins: Amsterdã, 2005.

RIJKHOFF, J; SEIBT, J. Mood, definiteness and specificity: a linguistic and a philosophical account of their similarities and differences. *Tidsskrift for Sprogforskning*, vol. 3-2, p. 85-132, 2005. Disponível em: <http://pure.au.dk/portal/files/79717066/Mood_definiteness_and_specificity.pdf>. Acesso: 11/01/2016.

- RIVAS, A. *A theory of Clitics*. Tese de doutorado, MIT, 1977.
- RIZZI, L. *Residual verb-second and the wh-criterion*. Manuscrito, Universite de Geneve, 1991.
- ROBERTS, I. A deletion analysis of null subjects. In: BIBERAUER, T et al (eds). *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. Cambridge University Press: Cambridge, 2010.
- _____. *Agreement and head movement: clitics, incorporation, and defective goals*. MIT Press: Cambridge, MA, 2010. (Kindle Edition)
- ROBERTS, I; ROUSSOU, A. *Syntactic Change: A Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge University Press: Cambridge, 2003.
- SCHLENKER, P. A plea for monsters. *Linguistics and Philosophy*, vol. 26, p. 29-120, 2003.
- SPORTICHE, D. Clitic Constructions. In: ROORYCK, J; ZARING, L (eds.). *Phrase structure and the lexicon*. Kluwer: Dordrecht, 1996, p. 213-276.
- STROZER, J. *Clitics in Spanish*. Tese de doutorado, UCLA, 1976.
- SUÑER, M. The role of agreement in clitic-doubled constructions. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 6, p. 391-434, 1988.
- TORREGO, E. *A DP analysis of Spanish nominals*. Manuscrito, University of Massachusetts, 1988.
- _____. On the nature of clitic doubling. In: CAMPOS, H; KEMPCHINSKY, P (eds.). *Evolution and revolution in linguistic theory*. Georgetown University Press: Washington, 1995, p. 399-418.
- _____. *The Dependencies of Objects*. MIT Press: Cambridge Mass, 1998.
- TORRES MORAIS, M-A; SALLES, H. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, n. 22, p. 181-209, 2010.
- URIAGEREKA, J. *On Government*. Tese de doutorado. University of Connecticut, 1988.
- _____. Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry*, v. 26, p. 79-124, 1995.
- VITRAL, L. *Projeto Cartas ao Papai Noel - A escrita em Minas Gerais*. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2014.
- WANNER, D. *The development of Romance clitic pronouns from Latin to Old Romance*. Mouton de Gruyter: Berlin / New York 1987.
- ZWICKY, A; PULLUM, G. Cliticization vs. inflection: English n't. *Language*, vol. 59, n. 3, p. 502-513, 1983.

